

CIDE

ESTUDOS MADEIRA
CONTRATO DE MAD-001/83

ESTUDOS DE VIABILIDADE
UHE JI-PARANÁ
DIAGNÓSTICO DA ÁREA INDÍGENA
IGARAPÉ LOURDES E PROPOSTAS
DE AÇÕES

IB-02.03

MAD-16V-9503-NT

BRASÍLIA, MARÇO 1988

SUMARIO

	Páginas	
1	INTRODUÇÃO	01
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	01
1.2	O LEVANTAMENTO DE DADOS	01
1.3	A AREA DE ESTUDOS	03
2	AREAS DE ESTUDOS: OCUPAÇÃO TRADICIONAL INDIGENA	04
2.1	REGISTROS ARQUEOLOGICOS	04
2.2	REGISTROS ETNO-HISTÓRICOS	05
2.3	AREAS INDIGENAS ATUAIS DO ESTADO DE RONDONIA	08
3	OS GRUPOS TRIBAIS DA AREA DE ESTUDO E ADJACENCIAS	13
3.1	QUEM SÃO OS "INDIOS"?	13
3.2	PADRÃO DE POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO SÃO OS "INDIOS"?	14
3.3	OS INDIOS E MANEJO AMBIENTAL	16
3.4	TERRITÓRIOS INDIGENAS ATUAIS DA AREA DE ESTUDO	18
4	OCUPAÇÃO ATUAL DE GRUPOS INDIGENAS ISOLADOS NA REGIÃO PERIFÉRICA À AREA INDIGENA LOURDES.	21
4.1	INTRODUÇÃO	21
4.2	GRUPOS INDIGENAS ISOLADOS HABITANTES DAS BACIAS DOS RIOS ROOSEVELT E MADEIRINHA	22
4.2.1	Kawahib	22
4.2.2	Isolados da Fazenda Consisa	24
4.2.3	Isolados do Igarapé Tiririca	24
4.2.4	Isolados da Cabeceira do Madeirinha	25
4.2.5	Isolados do Rio Branco	25

5	OCUPAÇÃO BRANCA: SITUAÇÃO FUNDIARIA DA REGIAO	26
6	RELACIONAMENTO ENTRE OS GRUPOS TRIBAIS DA AREA DE ESTUDO	35
7	AREA INDIGENA IGARAPE LOURDES	40
7.1	POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO NA AREA	41
7.2	OS GAVIAO: CARACTERISTICAS GERAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS	44
7.2.1	Atividades Económicas	45
7.3	OS ARARA: CARACTERISTICAS GERAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS	47
7.4	O PROBLEMA DA TERRA	48
8	A USINA HIDRELETRICA DE JI-PARANA	51
8.1	CARACTERISTICAS GERAIS	51
8.2	IMPACTOS REGIONAIS	51
9	JP-14: MEIO AMBIENTE E TERRITORIO INDIGENA	54
9.1	CICLO DE SUBSISTENCIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	54
9.2	AREA INDIGENA: IMPACTOS DIRETOS	55
9.3	AREA INDIGENA: IMPACTOS INDIRETOS	59
10	A POSIÇÃO DOS GAVIAO E DOS ARARA FRENTE A BARRAGEM	60
11	AVALIAÇÃO DA CONSULTORIA	62
12	RECOMENDAÇÕES	66
13	BIBLIOGRAFIA	70

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

N. DE URDEM	TITULO	N. DE ILUSTRAÇÕES
01	AREAS INDIGENAS DO ESTADO DE RONDONIA	MAD-16V-9669
02	OCUPAÇÃO FUNDIARIA DA AREA EM ESTUDO	MAD-16V-9686/87
03	AREAS PROPOSTAS PARA ESTUDO	MAD-16V-9688/89

LISTA DE FIGURAS

N. DE ORDEM	TITULO	N. DA FIGURA
01	AREA DE ESTUDO	2
02	AREA INDIGENA IGARAPE LOURDES	1
03	GRUPOS ISOLADOS E AREA TUFI KAWAHIR	3
04	AREA INUNDADA	4

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A utilização de estudos sócio-econômicos, ambientais, arqueológicos e antropológicos, visando avaliar os efeitos sobre a natureza e as populações a serem afetadas por projetos de grande porte, tais como a construção de usinas hidrelétricas, é uma prática indispensável.

Já que este é uma prática nova no Brasil, é mister que se assinale que para que estes estudos possam contribuir de modo mais efetivo para soluções satisfatórias, devem chegar a ter peso equivalente aos estudos de engenharia, geo-morfologia, etc. na definição do local, tipo e porte do projeto em questão, devendo ser realizados conjuntamente na fase de inventário.

Por sua vez, na fase de viabilidade, além da continuidade dos estudos antropológicos torna-se obrigatória a participação direta das populações indígenas, através de suas lideranças, como interlocutores da Eletronorte ou de quem a represente, nos processos de detalhamento dos problemas, da procura de soluções e de decisão a respeito de alternativas diversas.

As possíveis respostas aos sérios problemas criados para as populações indígenas costumam implicar no envolvimento de vários órgãos estatais (municipais, estaduais e federais) e de grupos econômicos privados, na tentativa de "harmonização" desses interesses, contraditórios entre si, num contexto de alta tensão política e muita violência derivada da luta pela terra e pelos recursos naturais. Isso implica em que os encaminhamentos nesse sentido devem ser procurados com grande antecedência, com a Eletronorte dando demonstrações práticas e inequívocas de respeito de defesa da integridade tribal e dos territórios dos grupos atingidos. Só uma atuação nessa linha pode vir a possibilitar o estabelecimento de um clima de confiança indispensável para o encontro de soluções satisfatórias.

1.2 O LEVANTAMENTO DE DADOS

O presente relatório apresenta os resultados dos estudos sobre as consequências da construção do barramento JP-14, no rio Ji-Paraná, sobre as condições de vida dos grupos tribais Arara e Gavião, habitantes da área indígena Igarapé Lourdes, no município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

O relatório elaborado pelo consultor de antropologia Rinaldo S. Arruda, baseia-se em pesquisa de campo realizada na área indígena e regiões adjacentes em julho/agosto de 1986 e em janeiro e março

de 1987. Apoiar-se, também, na literatura etnológica existente sobre a área de estudos e os grupos tribais que nela se encontram (vide bibliografia consultada). Além disso foi consultada a documentação existente na 8a. delegacia regional da FUNAI e no Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Rondônia em Porto Velho; na Superintendência da FUNAI e na Operação Anchieta (OPAN) em Cuiabá, Mato Grosso; no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em São Paulo, Capital.

Outras fontes de informação foram os funcionários da FUNAI e membros da Pastoral Indigenista de Ji-Paraná, com conhecimento da área. Além é claro, e principalmente, os depoimentos dos próprios índios. São eles os únicos que, apesar de não a escreverem, verdadeiramente conhecem sua história e melhor podem expressar a gravidade de sua situação presente.

Os dados recolhidos na primeira fase (segundo semestre de 1986) passaram a indicar a necessidade de ampliação do campo de investigação, incorporando no estudo a região contigua à área indígena Igarapê Lourdes, aquela compreendida entre sua divisa leste (limite dos Estados de Rondônia e Mato Grosso) e a área indígena Zoró, onde foi assimilada a presença de mais de um grupo de índios "isolados".

Dessa maneira, a partir de dezembro de 1986, foi incorporado ao trabalho de pesquisa o indigenista João Carlos de Souza Lobato que fez o levantamento e sistematizou os dados sobre os índios "isolados", projetos de colonização e outros (governamentais e privados) e a extensão da ocupação "não indígena". É dele a autoria da parte 5: "Ocupação Atual de Grupos Indígenas Isolados na Região Periférica à Área Indígena Igarapê Lourdes; e da parte 6: "Ocupação Branca - Situação Fundiária da Região".

Os estudos continuaram focados no ciclo de subsistência formas de ocupação do espaço e de aproveitamento dos meios naturais pelos grupos tribais Arara e Gavião, além de verificar as implicações diretas e indiretas da barragem JF-14 sobre suas condições de reprodução sócio-cultural. Dadas as relações que historicamente os articulam com outros grupos tribais da região, o relatório procura avaliar também de que forma estas relações e as condições de vida dos grupos vizinhos seriam afetadas.

Na última fase da pesquisa de campo, levantamento da ocupação da região contigua à Área Indígena Igarapê Lourdes, feita conjuntamente com João Lobato (sobrevôo detalhando e visita no terreno) contou com a colaboração de Kim-Ir-Sehn (são suas todas as fotos ilustrativas do relatório) e da socióloga Maria Aparecida de Carvalho, a qual também participou do levantamento de dados secundários sobre a ocupação fundiária da região (no INTERMAT, CODEMAT e INCRA de Mato Grosso), das discussões sobre a estrutura do relatório e colaborou em várias fases debatendo conosco o andamento da pesquisa.

1.3 A AREA DE ESTUDOS

A área considerada por este relatório fica compreendida entre o paralelo 11 ao sul e o paralelo 9 ao norte. Delimita-se a oeste pelo rio Ji-Paraná e a leste pelos rios Branco e Roosevelt, conforme se pode visualizar na Figura 2.

O foco central da pesquisa é a Área Indígena Igarapé Lourdes, na margem direita do rio Ji-Paraná, a única diretamente atingida pelo reservatório da barragem JP-14. (Figura 1)

Porém, considerado de outra forma, a partir da geografia indígena a Área Indígena Igarapé Lourdes é parte do território Tupi-Mondê. Dadas as relações que histórica e atualmente esses grupos mantêm entre si e com outros grupos Tupi da região, seus efeitos sem dúvida repercutirão em todas as áreas indígenas vizinhas, pertencentes a esse complexo cultural.

Além disso, efeitos indiretos mas não menos impactantes, derivados do incremento e deslocamento da população "branca" aliados à associada devastação ambiental e pressão redobrada sobre as terras na região, tenderão a se espalhar além dos limites do reservatório, repercutindo de forma diferenciada por toda a área considerada.

2 AREA DE ESTUDO: OCUPAÇÃO TRADICIONAL INDIGENA

2.1 REGISTROS ARQUEOLÓGICOS

As pesquisas arqueológicas já realizadas na bacia do rio Ji-Paraná (1) indicam a existência de uma alta densidade demográfica durante os últimos milênios. Na região já foram pesquisados 52 sítios arqueológicos e os resultados apontam para uma grande diversidade cultural e cronológica.

As evidências estratigráficas dos assentamentos humanos mais antigos pertencem à fase "Itajubã", pré-ceramista, que representa um grupo de caçadores-coletores, que ali viviam desde cerca de 9 mil anos atrás. Várias outras evidências de diversas fases e tradições culturais sugerem que, na área de abrangência da UHE Ji-Paraná, outros troncos linguísticos, com predominância do Tupi, ocuparam a área.

De acordo com Miller (op. cit. pág. 81) esse fenômeno de diversidade cultural ocorre também nas regiões dos rios Aripuanã e Roosevelt, no Marmelos e do Guaporê-Memorê até as encostas do Chapadão dos Parecis.

Por outro lado, recentes estudos linguísticos comparativos indicam (2) que a terra natal dos Proto-Tupi (língua-mãe que deu origem à diversas famílias linguísticas e línguas Tupi) seria entre o vale do rio Ji-Paraná e o vale do rio Aripuanã. Um crescimento populacional e guerras teriam dispersados o tronco Tupi, que passou a se diversificar entre 4 e 2 mil anos atrás.

Até pouco tempo atrás supunha-se que a região de origem dos povos de língua Tupi fosse o litoral atlântico, densamente povoado por estes povos e de onde teriam migrado, fugindo à dizimação acarretada pela invasão dos portugueses, para a região amazônica. Porém, o desenvolvimento das pesquisas nesse campo permite hoje que se estabeleça o centro de irradiação do tronco Tupi no atual Estado de Rondônia e noroeste no Mato Grosso. Na verdade, os habitantes do litoral é que se originaram de grupos estabelecidos

(1) Miller, E. Th. - "Avaliação do Potencial Arqueológico das Áreas de inundação e de influéncia da UHE - Ji-Paraná" - Junho de 1987 - CNEC.

(2) Hanke, W.; Swadesh, M. e Rodrigues, A. - "Notas de Fonologia Mekens" in Miscellanea Paul Rivet, Octogenário Dicata, II. México, 1985.

RODRIGUES, A. "O Tronco Tupi" in Porantim, ano V, 42, 1982.

MIGLIAZZA, E. C. - "Linguistic Prehistory and the Refuge Model in Amazonia", in Biological Diversification in the Tropics. New York, Columbia University Press, 1982.

nessa região, os quais através de várias ondas migratórias povoaram a costa atlântica.

Dada a densidade demográfica já apontada pelos estudos realizados, no seu relatório Miller conclui que - "estima-se aproximadamente 1 sítio-habitação para cada 2 km², em média, para ambas as margens do rio Ji-Paraná, o que resulta em 1 sítio/km. quadrado de rio em média. Este comportamento estatístico para a população de sítios-habitação é esperado também para o potencial arqueológico quantitativo nos afluentes maiores e menores na área da futura UHE Ji-Paraná." (op. cit. : 82).

Dessa maneira observamos uma correlação afirmativa entre os resultados dos estudos linguísticos e arqueológicos, comprovando a originalidade e imemoriabilidade da presepça Tupi na área de abrangência da UHE Ji-Paraná e numa extensa região circundante.

Saltando-se alguns milênios, os dados etno-históricos voltarão a confirmar a ocupação de povos da mesma tradição cultural, nessa exata região.

2.2 REGISTROS ETNO-HISTÓRICOS

Todos os registros históricos são unânimes na indicação da alta densidade demográfica na área Tapajós-Madeira, cuja penetração por não-índios passou a ocorrer somente no século XVII.

Via rio Amazonas, a navegação pelo Tapajós e o Madeira possibilitou a expansão da presença portuguesa e o gradativo domínio do território. Desde o início são inúmeras as notícias sobre "índios ferozes" (resistiam à escravização e à invasão de suas terras) e conflitos sangrentos.

Porém, através dos métodos já desenvolvidos na conquista da costa atlântica,

- catequese sistemática pelos jesuítas, franciscanos, carmelitas, salesianos, etc.
- genocídio: a legislação "regularizava" entradas e descimentos, "normalizando" a escravização dos índios e o massacre no caso de nações recalcitrantes.
- disseminação de epidemias
- alianças: fomento de guerras inter-tribais,

a conquista territorial se faz pouco a pouco, mas se consolida precariamente através de uma colonização rarefeita e sempre combatida, restrita às proximidades dos rios navegáveis.

Letal para os povos autóctones, mas ainda de pouca vitalidade, essa

expansão apresenta avanços e recuos até meados do século XIX, quando se inicia a atividade extrativa da borracha, promovendo o maior incremento populacional na região até aquele momento. Recrudescem as guerras contra as nações indígenas, a violência e o massacre aumentam até o final do século, quando reflui novamente a onda colonizadora, retraem-se os empreendimentos governamentais, desestruturaram-se os seringais, diminui a atuação missionária.

No século XVII registraram-se 20 nações indígenas, localizadas nas margens dos rios Tapajos e Madeira. Nada se sabia sobre o interior e as nações que lá existiam. (Acuña, 1639; Heriarte, 1662).

No século XVIII, o número de nações indígenas, conhecidas na região subia para 85 (Pe. Bartolomeu Rodrigues, 1714), algumas das que não foram totalmente extintas mantendo até hoje a denominação que então lhes foi dada, como os Mura, os Tora e os Arara.

No século XIX também são extensos os relatos sobre os povos da região e a guerra que se lhes travava. Mas é no século XX, a partir de sua primeira década que a região se verá assaltada em ondas cada vez mais vorazes, permanentes e de menor refluxo.

A lista dos povos com os quais se entrou em contato nestes séculos é imensa, a grande maioria de origem Tupi, sendo inúmeros os que foram totalmente extintos.

No século XX, a preocupação com as fronteiras nacionais (questão do Acre, 1903) promove a estratégica decisão de estabelecer uma linha telegráfica de Cuiabá até Santo Antonio do Madeira (hoje Porto Velho), Acre e Manaus. Era interesse do governo brasileiro explorar a extensa região composta pelas bacias dos rios Roosevelt (rio da Dúvida), Guaporé, Ji-Paraná e demais afluentes da margem direita do rio Madeira. Objetivava o estudo científico (geográfico, ambiental e econômico) da região, o estabelecimento de estratégia de defesa do território através da comunicação com as fronteiras, promovendo ao longo da linha a formação de colônias de índios nas vizinhanças das estações telegráficas.

As expedições da Comissão Rondon, encarregadas da exploração do território e estabelecimento da linha, abriram caminho para a ocupação definitiva da região. Nesse mister entraram em contato, nem sempre amistoso, com inúmeros grupos tribais ainda desconhecidos.

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI), para promover a atração e pacificação dos índios "hostis", sua paulatina aculturação e "integração" na sociedade nacional através das colônias agrícolas, instalados junto com os sertanejos, como trabalhadores braçais. Visava articular o "amparo" aos índios com a promoção da colonização com trabalhadores rurais.

Todas essas nações indígenas, apesar de resistirem tenazmente, sofrem enorme mortandade, através das epidemias e massacres promovidos pela colonização que penetrava pelo caminho aberto pela

linha.

Sò para se ter uma idèia, os Mura, da margem direita do rio Madeira foram calculados em 1784 em 60 mil indivíduos, em 1820 eram cerca de 30 a 40 mil (Martius), em 1864 cerca de 3 mil (Albuquerque de Lacerda) e em 1922 não passavam de mil e seiscentos índios (Nimuendajú). Os Munduruku, dos povos mais aguerridos do rio Tapajós eram em 1877 em número de 18 mil, novecentos e dez índios. Em 1960, restavam mil, duzentos e cinquenta. (citado, entre outros grupos, por Ribeiro, D. in Os índios e a Civilização, Ed. Civ. Bras., R.J., 1970)

Levi-Strauss relata que em 1938 restavam apenas 100 ou 150 índios dos dois a três mil contatados nas duas primeiras décadas do século XX. Assinala entre outros os Rama-Rama, entre os Parintintin ao nordeste e os Tupi Kawahib ao nordeste e sul, todos pertencentes ao tronco Tupi. Menciona os Mundê no alto curso do rio Pimenta Bueno e os Tupi Kawahib no curso superior do rio Machado.

Logo após, a segunda Guerra Mundial e a conseqüente demanda por borracha no mercado internacional promovem o terceiro ciclo da borracha e nova onda se abate sobre os povos sobreviventes das anteriores. O apoio governamental e a campanha ideológica impulsionam os interesses econômicos através da migração dos "Soldados da Borracha": milhares de homens empobrecidos na sua região de origem, sobretudo do Nordeste, invadem a floresta amazônica. A onda se arrefece ao término da guerra, deixando aumentado o saldo de destruição dos povos da região e uma rarefeita economia extrativista, um tanto desmantelada pelo abandono dos grandes seringais.

Essas diversas "ondas" que se arremeteram sobre a região de forma cíclica desde o século XVII tinham sua base na economia extrativista. Promoveram a colonização de modo fluido e inconstante, com grandes dificuldades de comunicação, extremamente dependentes de apoio externo continuado. As difíceis condições impostas pela floresta e a persistente resistência dos povos indígenas dificultavam uma permanência mais estável e densa.

A "onda" definitiva que se prolonga até hoje começa a ser armada pelos governos pós 1964, criadores da doutrina de "Segurança Nacional", que desenvolveram uma agressiva política de ocupação da Amazônia. Em 1966 foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), os quais, através dos incentivos fiscais (repasso de dinheiro público para os interesses privados dos grandes grupos econômicos), levaram à Amazônia grandes levas de empresários nacionais e estrangeiros, que passaram a atuar sob a égide do saque e devastação dos recursos naturais.

Até 1943, a área do atual Estado de Rondônia fazia parte da Capitania, Província e depois Estado de Mato Grosso, e da Capitania de São José do Rio Negro, Província e depois Estado do Amazonas. A partir de 1943 é criado o Território de Rondônia que, em 1982 é elevado à categoria de Estado.

Mais dois órgãos foram criados para assessorar a SUDAM: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967 - com o compromisso legal de demarcar todas as terras indígenas do Brasil num prazo de 5 anos - e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) em 1970, para tentar ordenar o crescente fluxo migratório formado pelos "deserdados" do sul do país, expulsos de seus locais de origem pela mecanização da agricultura e falta de perspectivas, atraídos pelo "eldorado" amazônico, como fazia supor a propaganda oficial.

Na verdade, o que se inaugura a partir da década de 60 é a "onda" da cassiterita. "A vasta frente de mineração, anteriormente ocupada por garimpeiros, passa a ser explorada por grandes companhias: a conclusão da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR 364), estabelecendo ligação entre as reservas minerais de cassiterita e empresas do sul que operavam com estanho, acelera a ocupação da área.

Tornam-se frequentes os conflitos com a população indígena, expedições levando ao extermínio aldeias inteiras." (Junqueira, Carmem, op. cit. : 11).

Enfim, a partir da década de 60, desencadeou-se um processo novo de ocupação da área, acelerando-se nos anos 70 e 80 (asfaltamento da BR 364, abertura de novas estradas, implantação de inúmeros núcleos de colonização, ampliação da mineração, grandes projetos, como o Polonoroeste, etc.) com velocidade vertiginosa e letalidade crescente para as populações indígenas. Mudanças múltiplas, simultâneas e mais complexas transformam essa região extrativista em polo mineral e agro-pecuário, promovendo sua definitiva ocupação e, infelizmente, devastação.

O genocídio e etnocídio dos povos indígenas continuou norteando a prática das frentes de expansão. Nada parece ter mudado desde o século XVII, a não ser o aperfeiçoamento dos métodos, hoje mais efetivos e esmagadores ainda.

Os territórios hoje demarcados para os povos sobreviventes do secular extermínio, quando o são, correspondem a ínfimas parcelas de suas áreas originais. Além disso, estão continuamente ameaçados e invadidos pela "colonização espontânea" (via de regra estimulada e/ou planejada por empresários, fazendeiros e comerciantes), pelas empresas mineradoras, pelas madeireiras e pelos projetos governamentais. Isso sem mencionar os massacres continuados, tantos, que enumerá-los se tornaria fastidioso.

2.3 ÁREAS INDÍGENAS ATUAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Os remanescentes desse secular processo de genocídio, habitantes atuais do Estado de Rondônia, encontram-se distribuídos nas seguintes áreas indígenas: (MAD-16V-9669)

- Area indígena Roosevelt (municípios de Aripuanã, MT e Pimenta Bueno, RO). Jurisdição da administração da Funai de Pimenta Bueno.

Povo: Cinta-Larga e Zoró.
População: 180 (Funai 1987).

Situação Jurídica: Delimitada com parecer do Grupo de Trabalho Interministerial para homologação. Parecer 134 de 05/11/86.
Area: 233.055 ha.

- Area indígena Igarapé Lourdes (município de Ji-Paraná, RO). Jurisdição da administração da Funai de Porto Velho.

Povo: Gavião, Arara e Zoró.
População: 462 (Funai 1986).
Situação Jurídica: Demarcada, homologada e registrada. Decreto 88.609 de 09/08/83 homologa a demarcação. Registro no S.P.U. 5339/84.
Area: 185.534 ha.

- Area indígena Karipuna (municípios de Porto Velho e Guajará Mirim, RO). Administração da Funai de Porto Velho.

Povo: Karipuna e Karitiana.
População: 100 (Funai 1987).
Situação Jurídica: Identificada, em delimitação pela Funai. Planta de interdição de 23/02/83. Portaria 1770/E de 24/09/84 para levantamento ocupacional.
Area: 195.000 ha.

- Area indígena Karitiana (município de Porto Velho, RO). Administração da Funai de Porto Velho.

Povo: Karitiana.
População: 140 (Funai 1987).
Situação Jurídica: Demarcada e homologada. Decreto 93068 de 06/08/86 homologa a demarcação.
Area: 89.682 ha.

- Area indígena Kaxarari (município de Porto Velho, RO e Lábrea, AM). Administração da Funai de Rio Branco, Acre, subordinada à Superintendência da Funai de Manaus, AM.

Povo: Kaxarari.
População: 135 (Gawlik, 1984).
Situação Jurídica: Delimitada. decreto 930073 de 06/08/86 declara de ocupação indígena.
Area: 127.540 ha.

- Area indígena Mequens (município de Colorado do Oeste e Cerejeira, RO). Administração da Funai de Pimenta Bueno.

Povo: Macurap/Sakirap.
População: 130 (Funai, 1987).

Situação Jurídica: Identificada, com parecer do G.T.I. para delimitação. Parecer 099 de 15/10/86.
Area: 105.250 ha.

- Area indígena Tubarão/Latundé (município de Villena, RO).
Administração da Funai de Villena.

Povo: Latundé, Sabané e Aikanã.

População: 140 (Funai, 1987).

Situação Jurídica: Identificada; com Parecer do G.T.I. para delimitação. Parecer 127 de 15/10/86.

Area: 118.000 ha.

- Area indígena Igarapé Lage (município de Guajará Mirim, RO).
Administração da Funai de Guajará Mirim.

Povo: Pakaa-Nova.

População: 235 (Leonel Jr., 1984)

Situação Jurídica: Demarcada e registrada. Decreto de demarcação 85.347 de 09/07/81.

Area: 107.321 ha.

- Area indígena Igarapé Ribeirão (município de Guajará Mirim, RO.).
Administração da Funai de Guajará Mirim.

Povo: Pakaa-Nova

População: 93 (Funai, 1987).

Situação Jurídica: Demarcada e registrada. Decreto 85.347 de 09/07/81.

Area: 47.863 ha.

- Area indígena Pacaas-Novas (município de Guajará Mirim, RO).
Administração da Funai de Guajará Mirim.

Povo: Pakaa-Nova.

População: 473 (Leonel Jr., 1984)

Situação Jurídica: Reservada. Em aviventação. Decreto 84.019 de 21/09/79 cria o Parque Nacional Pacaa Nova. Parecer do G.T.I. 29/84.

Area: 279.906 ha.

- Area indígena Rio Negro Ocaia (município de Guajará Mirim, RO).
Administração da Funai de Guajará Mirim.

Povo: Pakaa-Nova.

População: 270 (Funai, 1987).

Situação Jurídica: Demarcada e registrada. Decreto 85.347 de 09/07/81.

Area: 104.063 ha.

- Area indígena Sagarana (município de Guajará Mirim, RO).
Administração da Funai de Guajará Mirim.

Povo: Pakaa-Nova.

População: 135 (Funai, 1985).

Situação Jurídica: Indentificada. Portaria 1832 de 07/02/85 para identificação e levantamento ocupacional.
Área: 8.400 ha.

- Área indígena Sete de Setembro (município de Aripuanã, MT, Pimenta Bueno e Cacoal, RO). Administração da Funai em Pimenta Bueno.

Povo: Surui e Cinta-Larga

População: 410 (Funai, 1987).

Situação Jurídica: Demarcada, registrada e homologada. Decreto de homologação 88.867 de 18/10/83.

Área: 247.870 ha.

- Área indígena Rio Guaporê (município de Guajará Mirim, RO). Administração da Funai de Guajará Mirim.

Povo: Tupari, Macurap, Candê, Jaboti, Ajuru, Aruã, Arikapu, Aikanã, Mequem, Dari.

População: 241 (Sã Leão, 1986).

Situação Jurídica: Identificada. Portaria 1832 de 07/02/85 para identificação.

Área: 128.196 ha

- Área indígena Rio Branco (município de Guajará Mirim, RO). Administração da Funai de Guajará Mirim.

Povo: Tupari, Macurap, Jaboti, Canoê, Arikapu, Columbiara, Aruã.

População: 260 (Funai, 1987).

Situação Jurídica: Demarcada e homologada. Decreto 93.074 de 06/08/86.

Área: 236.137 ha.

- Área indígena Uru-Eu-Wau-Wau (municípios de Ariquemes, Costa Marques, Guajará Mirim, Jarú, Ouro Preto D' Oeste, Presidente Médici e Porto Velho, (RO). Administração da Funai de Porto Velho.

Povo: Uru-Eu-Wau-Wau e Uru-Pa-In.

População: 1.200 (estimativa do MIRAD em 1985)

Situação Jurídica: Delimitada. Decreto 91416 de 09/07/85 declara de ocupação dos silvicultores.

Área: 1.932.300 ha. Sendo 1.000 ha. de administração conjunta FUNAI/IBDF.

Além destes territórios já demarcados ou com providências legais em andamento, existem pelo menos mais 9 áreas no Estado de Rondônia, presumivelmente habitada por índios, a exigirem estudos de identificação e delimitação. São eles:

- Área indígena Massacã, no município de Porto Velho.
- Área indígena Ariken, no município de Porto Velho.
- Área indígena Macurap, no município de Rolim de Moura.

- Area indígena Migueleno, no município da Costa Marques.
- Area indígena Rio Candeias, no município Guajarã Mirim.
- Area indígena Serra do Taquaral, nos municípios de Guajarã Mirim, Costa Marques e Vilhena.
- Area indígena Urubu, no município de Ji-Paraná.
- Area indígena Karipuna II, no município de Ji-Paraná.

3 OS GRUPOS TRIBAIS DA AREA DE ESTUDO E ADJACENCIAS

3.1 QUEM SAO OS "INDIOS"?

A denominação "índios" é uma distorção conceitual que herdamos dos povos europeus, invasores do continente americano a partir do século XVI. Na procura de um caminho para as mercadorias das Índias, ao aportarem nesse continente assim denominaram seus habitantes.

Hoje em dia os "índios" fazem parte do imaginário dos brasileiros como seres "arqueológicos", existentes no passado. Quando se tem consciência de que são nossos contemporâneos, passam a ser vistos românticamente como "os bons selvagens" ou, com maior frequência, como fósseis vivos a impedir o progresso; um anacronismo a ser eliminado.

Entretanto, os "índios" reais são membros de etnias diferenciadas, isto é, compartilham certos atributos raciais e culturais que definem sua identidade como povos, constituindo diversas nações, as quais anteriormente ocupavam todo o território que hoje é brasileiro, e atualmente concentram-se na Amazônia. São sociedades humanas contemporâneas da nossa, com territórios definidos, línguas próprias, organização social, tecnologia adaptativa e conhecimentos desenvolvidos durante milênios.

Não são nosso passado e sim constituem-se em alternativas sociais distintas da nossa. São a visão etnocêntrica alimentada por uma secular prática de dominação colonialista, característica de nossa cultura, é que nos impede de reconhecer e respeitar sua existência enquanto tal.

Os povos considerados dentro da área de estudo pertencem todos ao tronco linguístico Tupi, localizados na área cultural Tapajós-Madeira. (Ribeiro, Darci. in Os Índios e a Civilização, Ed. Vozes, Petrópolis, 1977).

Segundo Ayrton Rodrigues (Porantim, ano V, n. 42, 1962:12), com exceção da família Tupi-Guarani, as demais famílias do tronco Tupi situam-se ao sul do rio Amazonas e ao norte do paralelo 14. São as famílias Munduruku, Juruna, Arikém, Mondê, Tupari, Kawahib e Rama-Rama, que englobam nada menos que 17 línguas.

Os povos conhecidos que habitam a área de influência (direta ou indireta) do barramento JP-14 pertencem às famílias linguísticas:

Mondê:

- Gavião (autodenominação Ikonem)
- Suruí (Paiter)

- Cinta-Larga (Mätpetamäy)

- Zorò (fotos 51, 52, 53)

Rama Rama:

- Arara (Enterap)

Kawahib:

- Tupi do Madeira/Piripicura (isolados)

Além desses avolumam-se informações sobre a existência de outros grupos indígenas "isolados" na região.

3.2 PADRÃO DE POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

COMO SÃO OS "INDÍOS"?

Os Tupi da área de estudo, apesar de apresentarem particularidades importantes que os distinguem entre si (as maiores diferenças linguísticas se dão entre os Rama-Rama (Arara) e os Mondê (Gavião, Zorò, Cinta-Larga e Surui), em linhas gerais compartilham de um padrão de organização social e de interação com o meio ambiente característicos dos povos classificados como caçadores-coletores.

Nesse modelo de sociedade cada povo é dividido internamente em sub-grupos exôgamos (os indivíduos devem casar fora do grupo de origem), cada um deles com forte ligação com determinado território. Ali estabelecem seus aldeamentos, formados por uma família extensa, patrilinear, com uma população entre 15 a 50 pessoas, raramente excedendo esse número. Evitam assim a escassez de recursos naturais nas proximidades das aldeias. Esses grupos domésticos constituem-se em unidades de produção e consumo, economicamente autônomos dos outros.

A natureza é o grande manancial, do qual fazem parte, onde estão imersos. O conhecimento milenarmente adquirido e oralmente transmitido sobre as espécies vegetais e animais, suas interrelações e ciclos de reprodução, aliado a técnicas adequadas de aproveitamento sempre garantiram sua reprodução biológica e social. A socialização desses conhecimentos e técnicas e o livre acesso de todos os indivíduos aos recursos do território do grupo ao qual pertencem, garantem alto índice de igualitarismo interno.

Em outras palavras, não é preciso acumular excedentes, já que estes se encontram "estocados" na mata e todos sabem "retirá-los" no momento em que necessitam. Por isso, sua economia é classificada como de "subsistência": nela se produz apenas o suficiente para a satisfação das necessidades imediatas determinadas por sua cultura,

sem a preocupação pelo "dia de amanhã" (acumular) e sem a possibilidade de exploração ou dominação entre eles.

A divisão de trabalho é basicamente entre homens e mulheres, aproveitando e reforçando os laços de interdependência pré-existentes ao nível da reprodução biológica.

A autonomia econômica dos grupos domésticos é contrabalançada pelas relações de parentesco (socialmente criadas) e de ordem ritual. Esse sistema de relações de reciprocidade (troca de mulheres, bens e mensagens) os articula numa comunidade mais ampla, o grupo tribal. Os grupos que não participem ou não são aceitos nesse sistema de trocas matrimoniais são vistos com desconfiança, em geral encarados como inimigos. A quebra de reciprocidade, que por vezes ocorre, gera atritos e diferencia os laços existentes entre os diversos sub-grupos de uma mesma tribo.

Essa relação de maior ou menor solidariedade entre eles é que, a par dos critérios econômicos ou estritamente geográficos (proximidade de cursos de água, terra fértil, etc.) define a localização das aldeias e as distâncias entre vizinhos.

A esse propósito esclarece Carmem Junqueira, escrevendo sobre os Cinta-Larga:

"A distribuição espacial dos grupos e aldeias, longe, de ser casual, expressa a trama das relações políticas. O uso das distâncias funciona como regulador do equilíbrio e, de certa forma, como regulador da paz inter-grupal."

Lamentavelmente, por vários anos, a política indigenista se orientou na direção oposta à lógica tribal, procurando de modo equivocado reunir diversos grupos numa mesma área. (relatório sobre a Área Indígena do Aripuanã. FIPE/USP, SP, 1985:12).

A localização das aldeias, portanto, flutua ao sabor das nuances políticas internas e da existência de recursos econômicos nas proximidades.

Praticam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura itinerante, sendo segundo cálculos recentes (Junqueira, C. op. cit. 1985:12) de cerca de 30 kms. ao redor da aldeia o raio de dispersão de seus habitantes. Exceção é feita durante as costumeiras expedições, em geral realizadas na estação seca, quando os grupos domésticos percorrem grandes extensões do território tribal caçando, pescando e coletando mel, frutas, ervas medicinais, penas para seus adereços rituais, taquara especial para pontas de flecha, etc. Nessas ocasiões, além de percorrer extensiva e seletivamente (sabem onde encontrar os recursos que procuram) seu território, costumam passar alguns meses em outro aldeamento, distante do primeiro, utilizado parte do ano.

As roças são plantadas em torno das aldeias, mudadas de lugar a cada quatro ou cinco anos no máximo, à medida em que decresce a

fertilidade da terra. Quando gradativamente começam a escassear os recursos (a caça se afasta, escasseiam as manchas de solo fértil, etc.) a aldeia é mudada de lugar.

Os mortos costumam ser enterrados no solo da maloca. Nas roças abandonadas várias espécies vegetais continuam a produzir por alguns anos, principalmente os tubérculos como a mandioca, a batata, o cará, por exemplo.

Dessa maneira, pulverizados em inúmeras aldeias, utilizam um grande território preservando ao mesmo tempo sua integridade ambiental. Por isso não o utilizam todo ao mesmo tempo, mas cíclica e seletivamente, dando tempo à natureza para sua própria renovação.

Essas sociedades são classificadas pela antropologia como de caçadores, o que não significa que não pratiquem a agricultura ou que a caça garanta a maior parte de sua alimentação. Entretanto, é a atividade do caçador/guerreiro o ponto de referência central do conjunto de valores que formam o "ethos" tribal. O caçador é a figura/modelo do provedor de alimentos e defensor da comunidade.

3.3 OS INDIOS E MANEJO AMBIENTAL

A aparente simplicidade tecnológica observada nas atividades produtivas, esconde um profundo conhecimento dos processos naturais (3) e se contrapõe a um complexo sistema de regras e instituições que articulam sua organização social e sustentam a mais bem sucedida forma de adaptação humana às florestas tropicais. Talvez até mesmo do planeta, pois:

"nos dois milhões de anos da vida humana na face da terra, 99% do período o homem viveu como caçador-coletor. Dos 80 bilhões de indivíduos que já existiram, mais de 90% viveu como caçador-coletor; cerca de 6% viveu da agricultura e a pequena porcentagem restante viveu e vive em sociedades industriais." (Richard B. Lee e Irvén Devore. "Problems in the study of hunter and gatherers in Man, the Hunter, Aldine, Chicago, 1986. Citado por Carmem Junqueira, op. cit. :4)

É óbvio entretanto, e a adaptação inteligente dos grupos tribais nos cerrados e na floresta amazônica bem o demonstra, que os índios não são fósseis vivos do passado, constituindo-se antes numa alternativa societal que, como a nossa, guarda a mesma distância dos antepassados comuns da humanidade.

(3) Por exemplo: das 14 mil espécies vegetais catalogadas na Amazônia, um índio tradicional conhece pelo menos mil. Sem mencionar o conhecimento especializado e mais extenso dos xamãs.

A floresta tropical úmida é um sistema em delicado e complexo equilíbrio, onde os nutrientes estocados e acumulados durante séculos são intensamente reciclados, com um mínimo de perda. As técnicas agrícolas e de manejo florestal utilizadas nos projetos governamentais e privados na Amazônia (desenvolvidas para regiões de clima temperado) baseiam-se, de modo geral, numa luta contra os processos naturais, constituindo-se numa prática destrutiva do ecossistema, incapaz de recuperar seu equilíbrio. Todos os projetos de regeneração ambiental e de manejo florestal na Amazônia parecem ter sido fadados ao insucesso.

Até hoje, somente o método de cultivo indígena tem se mostrado eficiente no solo amazônico pois, ao invés de contrariar, acompanha os processos naturais, promovendo um imbricamento de seu ciclo de subsistência (dos índios) no conjunto dos ciclos de reprodução da vida no meio ecológico em que vivem.

"Diversas plantas de origem e cultivo ameríndio são espécimes estudadas, às quais se chegou após técnicas de hibridação, como por exemplo, o milho e a mandioca. Inúmeras são as contribuições indígenas à economia mundial, da alimentação à produção de tecnologia. Dos alimentos destacam-se o milho, a mandioca, a batata, o cará, o tomate, o amendoim, a abóbora, várias espécies de pimenta, abacaxi, cajú, mamão, banana, maracujá, etc. Elementos da farmacopéia, curativos e estimulantes, tais como tabaco, erva-mate, guaraná, coca, etc., além do imenso repositório de conhecimentos de ervas medicinais ainda não estudadas pelo "civilizado". (João Lobato. Relatório Final/CNEC, maio/junho de 1987, pág. 9).

Em instigante artigo (Ciência Hoje, 31, maio 1987) Anthony Anderson e Darell Fosey, ao descreverem e analisarem as técnicas de manejo ambiental dos índios Kayapó, afirmam que estas (técnicas) garantem a manutenção de comunidades extremamente diversificadas de plantas e animais, possibilitando o atendimento de múltiplas necessidades por várias gerações. Na concepção indígena o ambiente é tomado como um todo: interferir nele implica o manejo integrado de recursos animais e vegetais. E concluem que esse sistema, que beneficia não só o homem como o meio ambiente, deve ter sido desenvolvido ao longo de muito tempo e amplamente praticado no passado, de tal modo que..." muitos dos eco sistemas tropicais até agora considerados "naturais" podem ter sido, de fato, profundamente moldados por populações indígenas." (op. cit. :50).

Por tudo isso, o conhecimento dos processos naturais e as práticas de manejo adaptados às florestas tropicais desenvolvidas por estes povos, através da observação e experimentação, cujos resultados acumularam-se nos milênios de ocupação da região, tem o maior interesse para a ciência e para a humanidade.

Mais que tudo, o estilo de vida cooperativo, baseado no desenvolvimento de mecanismos político-psicológicos de estabilidade social, colocam questões cruciais para o futuro da humanidade.

3.4 TERRITÓRIOS INDÍGENAS ATUAIS DA ÁREA DE ESTUDOS

Os grupos conhecidos estão distribuídos nas seguintes áreas indígenas:

- Parque Indígena do Aripuanã (município de Aripuanã, MT e Villena, RO).

Povo: Cinta-Larga

População: cerca de 1.000 indivíduos recenseados, sem contar grupos Cinta-Larga ainda isolados e numericamente desconhecidos.

Situação Jurídica/Decretos: - 62.995 de 16/07/68, interditando uma área de 3.600.000 ha. Decreto de criação do Parque, julho de 1969, mantendo a mesma área.

Por força de interesse de empresas de mineração, seringueiras, colonizadoras e agropecuárias verificou-se a partir daí uma série de encaminhamentos visando a diminuição da área decretada.

O Decreto 73.562, de 24/01/74, interditou nova área em Rondônia, a noroeste do Parque do Aripuanã, em razão dos contatos que passaram a se estabelecer com índios Suruí, Arara, Gavião e os Cinta-Larga do rio Roosevelt. No mesmo dia, outro decreto, o 73.563 alterou os limites do Parque, reduzindo-o em 40%.

Área atual: 1.672.000 hectares.

- Área Indígena Aripuanã (município de Aripuanã - MT)

Povo: Cinta-Larga.

População: não recenseada.

Situação Jurídica: Identificada, com parecer do Grupo de Trabalho Interministerial número 134, de 05/11/86.

Área: 753.400 ha. (Parte da área do Parque do Aripuanã).

- Área Indígena Serra Morena (município de Aripuanã - MT, sobra das desinterdições do Parque Indígena do Aripuanã).

Povo: Cinta-Larga.

População: 59 (FUNAI/1983).

Situação Jurídica: Demarcada pelo Decreto 78.109 de 22/07/76.

Portaria 1811/E de 27/12/84 redefine limite leste.

Problemas de invasão e conflito com hidrelétrica. Em redefinição de limites.

Área aproximada: 148.300 ha. (Parte da área do Parque do Aripuanã).

- Área Indígena Roosevelt (municípios de Aripuanã, MT e Pimenta Bueno, RO; sobra das desinterdições do Parque Indígena do Aripuanã).

Povo: Cinta-Larga e Zoró

População: 140 (FUNAI/1983).

Situação Jurídica: Delimitada com parecer do Grupo de Trabalho Interministerial para homologação. Parecer 134 de 05/11/86.

Area: 233.055 ha. (Parte da área do Parque do Aripuanã).
Atuais Invasores do Território Cinta-Larga: Sr. Oscavo Santos, Cia. João Lunardelli, Fazenda Santa Helena (grupo Parizoto ou Atacadão), Fazenda "do Henrique" (grupo Rossetti), Fazenda "do Libório", INTERMAT (gleba Bom Futuro II), Cia. Vale do rio Roosevelt, CODEMAT, DNPM (119 alvarás de pesquisas minerais concedidos, incidentes em territórios Cinta-Larga, Suruí, Gavião, Arara e Zoró).

- Area Indígena Sete de Setembro (municípios de Aripuanã MT, Pimenta Bueno e Cacoal RO).

Povo: Suruí/Cinta-Larga.

População: 390 (Mindlin, 1986).

Situação Jurídica: Demarcada e Homologada. Decreto 88.867 de 17/10/83.

Area: 247.870 ha. (Parte da área do Parque do Aripuanã).

Atuais Invasores: no momento não há.

- Area Indígena Zoró (município de Aripuanã MT).

Povo: Zoró/Cinta-Larga/Arara/Gavião.

População: 194 (FUNAI, 1985). Sem contar Zorós "isolados", no interior da área.

Situação Jurídica: interditada pelo decreto 81.587 de 19/04/78, parecer do Grupo de Trabalho Interministerial número do decreto).

Area: 431.700 ha.

Atuais Invasores: Condomínio Lunardelli, Cia. Vale do rio Roosevelt, Cooperativa Agrícola Norte do Paraná (CANORPA), INTERMAT, Departamento Nacional de Pesquisas Minerais e população das cidades Paraíso da Serra e Espigão do Oeste. Mais de 10.000 ha. invadidos. Conflitos.

- Area Indígena Igarapé Lourdes (município de JiParaná, RO)

Povo: Gavião/Arara/Zoró

População: 462 (FUNAI, 1986).

Situação Jurídica: Demarcada, homologada e registrada. Decreto 88.609 de 09/08/83 homologa a demarcação. Registro no SPU 5339/84.

Area: 185.534 ha.

Invasores Atuais: não há. Sofreram duas grandes invasões, uma delas de 60.000 ha. Anos de conflito e tensão. Últimos invasores retirados em setembro de 1986.

"ISOLADOS"

- Area Indígena Piripicura (município de Aripuanã, MT)

Povo: Tupi Kawahib.

População: não recenseada.

Situação Jurídica: a identificar. Portaria 1938/E de 20/09/85

para identificação e delimitação. Proposta de delimitação encaminhada pelo indigenista João Carlos de Souza Lobato, da Operação Anchieta. Processo FUNAI/BSB 002058/85.
Área proposta: não calculada.

Além desse cuja presença foi efetivamente constatada, há notícias de outros grupos de índios isolados, mas ainda sem comprovação "oficial" de sua existência. São eles:

- Isolados da Fazenda Concisa: localização aproximada nos arredores de uma serra entre os rios Branco e Roosevelt, próximo à fazenda Concisa.
- Isolados da Fazenda Tiririca: localização no igarapé Tiririca, afluente do igarapé São Francisco, próximo à mineração São Francisco.
- Isolados da Cabeceira do Madeirinha. Localização nas imediações e ao longo do rio Madeirinha.

Segundo os índios Gavião, principalmente o cacique Catarinõ Sabirop, sua tribo no passado mantinha relações com esses índios e, no presente, já se depararam com diversos vestígios de sua passagem naquela área. São chamados de Piripic-Ura pelos Gavião.

- Isolados do Rio Branco. Grupo desconhecido, provável atacante das malocas Cinta-Larga do Posto Indígena Rio Preto na Área Indígena do Aripuanã. Desfecharam ataques em 19-22/12/86. A Funai montou equipe de pacificação da qual participaram membros do povo Cinta-Larga, sem encontrar qualquer vestígio dos atacantes. Novo ataque foi desfechado em meados de março de 1987. Pressupõe-se que estejam circulando em torno do território Cinta-Larga, mas ainda não foram encontrados vestígios de acampamentos em aldeias.

4 GRUPOS INDIGENAS ISOLADOS NA REGIAO PERIFERICA A AREA INDIGENA IGARAPE LOURDES

4.1 INTRODUÇÃO

Caracteriza-se hoje como altamente crítica, em todo o país, a situação em que se encontram os grupos indígenas "isolados", ou vulgarmente denominados de "arredios", grupos indígenas autônomos diante da ordem política nacional. São grupos que não mantêm contato com a sociedade brasileira, geralmente por uma situação de constante fuga e permanente rejeição ao "processo civilizatório".

Situados hoje em sua maioria na região amazônica, apesar da dificuldade de um levantamento preciso destes grupos, constata-se, através de fontes diversas, a existência atual de mais de 50 grupos indígenas isolados, nos estados do AM, PA, GO, MA, RO, AC, RR, MT, e MG. Muitos destes são remanescentes de nações que desapareceram dos registros históricos, sendo dadas como extintas, frações ou pequenos grupos de povos que, após os primeiros enfrentamentos trágicos com segmentos da sociedade nacional, refugiaram-se nos recônditos das matas, na tentativa de se preservarem das balas e bacilos do colonizador. Algumas vezes, estes primeiros contatos se deram há muitas décadas atrás, ou mesmo em outro século, permanecendo tão marcadamente na memória destes grupos, que até hoje empreendem intenso "nomadismo forçado", num deslocamento contínuo e intenso para as regiões mais "inacessíveis", onde, pretensamente, a morte trazida pelo "civilizador" não os alcançará tão cedo. A descoberta destes "remanescentes em potencial" provoca grande expectativa em alguns dos grupos que mantêm contato permanente com a população envolvente, pela esperança de reencontrarem "parentes" que lhes revigoram as tradições culturais, paulatinamente perdidas e descaracterizadas após os longos anos de contato e opressão dos "civilizados". Este retorno às raízes têm sido crescentemente notado entre vários povos indígenas, alguns dos quais considerados "destribalizados", que após o deslumbramento com os "benefícios e confortos" da cultura ocidental, vivem hoje um processo de autocrítica, percebendo o quanto sua descaracterização cultural contribui para o estado deplorável de dominação em que hoje se encontram.

A urgência que envolve uma ação em benefício destes grupos é que sobre eles paira uma clara ameaça de extinção fulminante, na medida em que são, de fato, os mais indefesos diante da acelerada ocupação da "hileia amazônica". Os reincidentes desmandos políticos e a ganância do capital forjam grandes projetos que caem bombasticamente sobre seus territórios. Numéricamente frágeis, organicamente indefesos em seu sistema imunológico e desconhecendo por completo os mecanismos e lógicas da sociedade nacional, estes grupos tornam-se presas extremamente fáceis dos que os vêem como obstáculos aos seus interesses econômicos.

Em recente encontro, indigenistas e antropólogos reunidos para debaterem e estabelecerem ações pertinentes diante da questão dos isolados ("Encontro Sobre Índios Isolados e de Contato Recente" - OPAN/CIMI, out/86), mapeou-se um quadro completo dos dados mais recentes quanto à situação e localização dos mesmos. Foram levantados nos Estados de MT e RO os seguintes grupos isolados: "Tupi do Madeirinha" (Kawahib), "Isolados do Muriru e Pacutinga", Apiaká isolados, Cinta Larga isolados; "Índios da Serra do Taquaral", "Miguelinhos" (Cujubi), Nambikwaras isolados (Mamaindê), Uru-Eu-Wau-Wau, "Isolados do Igarapé", Karipunas isolados, e Massaká

Além destes, informações recentes a serem averiguadas situam outros grupos isolados em MT, tais quais: "Isolados da Fazenda Concisa", "Isolados do Igarapé Tiririca", "Isolados das Cabeceiras do Madeirinha", e "Isolados do Rio Branco". Este último, foi o provável protagonista do recente ataque feito às instalações do P.I. Rio Preto, onde 4 malocas Cinta Larga foram incendiadas durante os 4 dias nos quais se deram as investidas (19-22/12/86). Diante do conflito, a FUNAI montou uma equipe para "pacificá-los", constando à mesma de vários Cinta Larga envolvidos.

4.2 GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS HABITANTES DAS BACIAS DOS RIOS ROOSEVELT E MADEIRINHA (MUNICÍPIO DE ARIPUANA, MT)

4.2.1 Kawahib (Tupi do Madeirinha): Figura 3

- Localização: entre os rios Branco (afluente do Roosevelt) e Madeirinha, Município de Aripuanã - MT.

- População : provavelmente entre 15 a 30 pessoas.

Na segunda quinzena de outubro de 1984 foi constatada a existência deste grupo isolado, em levantamento efetuado por João Lobato (OPAN) a partir da solicitação da Equipe de Avaliação do POLO NOROESTE e da Sa. DR-FUNAI. Durante este primeiro levantamento, entrou-se em contato com a índia "Rita", que evadira-se do referido grupo e tornara-se moradora da fazenda Mudança, e com o índio "Cumpadre", velho pajê do grupo. Através de vocabulários coletados e gravações de fitas com estes dois membros do grupo, pode-se posteriormente inferir serem estes uma fração dos "Tupi-Kawahib", citados na etno-história da região e hoje representados pelos Parintintin, Tenharim e Dihbi. A partir do levantamento, encaminhou à FUNAI denúncia da situação vexatória em que se encontrava esta índia, permanentemente vilipendiada pelos trabalhadores da fazenda e cobrando providências quanto ao resguardo do território indígena. Passado quase um ano desde o primeiro levantamento em que a FUNAI desse qualquer notícia sobre o encaminhamento da questão, resolveu-se retomá-la realizando sobrevôos na área, em maio/85, e encaminhando uma proposta de

interdição ("Proposta de Interdição - Área Indígena Kawahib" - Processo FUNAI n. 002058/85), intentando salvaguardar legalmente este grupo ante a possibilidade de um contato trágico. Deste encaminhamento constituiu-se um GT (Portaria 1938/E de 25/09/85) para desenvolver estudos e sedimentar o contato. As conclusões do GT, após 21 dias de permanência em área onde constatou-se a evidência da presença indígena através dos tapiris, árvores derrubadas e informações colhidas, foi de que os dados até então coligidos eram insuficientes, a despeito da inquestionável ocupação indígena, e sugeriram-se a continuidade dos trabalhos sob a coordenação de João Lobato.

Em dezembro de 85-jan/86 foi realizada nova expedição, contando com a participação da índia "Rita", cujo conhecimento dos deslocamentos sazonais feitos pelo grupo levou até um aldeamento com três malocas, já abandonadas, além de nos possibilitar levantar dezenas de tapiris e árvores derrubadas pelos índios, reafirmando os dados até então coligidos.

Em setembro/outubro de 1986 foi realizada pelo mesmo indigenista, desta vez com recursos próprios, outra expedição à área quando, além do registro de novos e recentes indícios e informações sobre os índios, foi efetuado um levantamento ocupacional da área e do desenvolvimento fundiário da mesma. As últimas informações sobre os Kawahib relatam o seu aparecimento, em número de cinco índios, no mês de maio, à margem esquerda do rio Branco, próximo à colocação do seringueiro Raimundo Ramos. Este tentou falar-lhes mas, enquanto atravessava o rio, os índios fugiram. Em julho de 86 foram vistos na estrada de seringa do Sr. Francisco Jorge, também à margem esquerda do rio Branco, onde aparecem esporadicamente e registram suas presenças entornando o látex das canecas e jogando-as fora, desarmando armadilhas e colhendo alimentos nas roças.

Novamente, como se tem feito em todos os levantamentos anteriores, as conclusões deste último foram encaminhadas à FUNAI, mas esta, até agora mantém-se omissa à questão. A política deste órgão para com os grupos indígenas isolados têm-se pautado por reações tardias, só se manifestando diante de fatos consumados como conflitos generalizados ou a catástrofe do extermínio.

Em 1987, persiste a omissão do órgão indigenista oficial quanto ao resguardo territorial e físico deste povo. Arquivado sob o código "A.I. Piripicura" (Isolados do Madeirinha/Fazenda Mudança), o processo permanece estacionário, em situação jurídica de "em identificação" - Portaria 138/E de 20.09.85. A proposta, encaminhada por João Lobato inclui a simultaneidade de duas fases: identificação e delimitação imediata, o que foi recusado pelo GT/FUNAI sob alegação de insuficiência de dados. Até o momento a FUNAI se quer tem se manifestado em relação à necessidade de continuidade da dita "identificação" do território, embora em 86 tenha sido realizada nova expedição à área onde novos e recentes dados acrescentaram-se ao processo. A situação fundiária na área Kawahib tende a se agravar, e o achado de um túmulo tradicional dos mesmos nesta última expedição é um indicio sintomático do risco de população e extinção do grupo.

No recente levantamento realizado, coletamos o depoimento do administrador da Fazenda Castanhal, que afirma que membros do grupo Kawahib estiveram em maio de 86 nas proximidades da Fazenda Central do Forte (retiro da Fazenda Castanhal). Somando-se esta informação aos já citados depoimentos de diversos moradores da região (vide Lobato, João, op. cit. pág. 61-62), torna-se constante e comprovável a presença dos Kawahib na região, em permanente trânsito em sua tentativa de se resguardarem e sobreviverem.

4.2.2 "Isolados da Fazenda Concisa"

- Localização: arredores de uma serra entre os rios Branco e Roosevelt próximo à fazenda Concisa, (vide Figura 3.)

Durante uma expedição à área Indígena Kawahib (agosto/setembro 86), a equipe da mesma hospedou-se na colocação de um seringueiro vizinho da sede principal da fazenda Mudança (margem esquerda do rio Branco), Sr. Raimundo Ramos, antigo morador da região que, além de dar informações recentes sobre os Kawahib, foi testemunha de um contato com estes isolados da Concisa. De acordo com seu relato, em agosto último, um grupo formado por cerca de 20 índios, que segundo ele não são os Kawahib, entre homens, mulheres e crianças, chegaram em sua colocação e, enquanto ele permaneceu trancado em sua casa, colheram milho de sua roça e levaram duas galinhas. Após isto, os índios tomaram o rumo sul, subindo o rio Branco. Segundo o mesmo seringueiro, há uma grande maloca destes índios cerca de 16 kms da margem do rio Branco, acima da Concisa.

4.2.3 "Isolados do Igarapé Tiririca":

- Localização: igarapé Tiririca, afluente do igarapé São Francisco, próximo à Mineração São Francisco. (Figura 3).

Este igarapé foi repetidamente mencionado pelo índio acunhado "Cumpadre", dos Kawahib, quando do contato que com ele manteve-se em setembro de 84. Posteriormente, a Índia "Rita" informou ser esta uma antiga área de caça e pesca de seu grupo, sendo que quando estavam por lá, entraram em conflito com um grupo de índios que tinham as "bocas negras", pela utilização de pintura de sumo de jenipapo em linhas que partiriam das orelhas até a região da boca, onde se concentravam.

Em relação à mesma região, há uma citação sobre um grupo isolado no "rio Madeirinha, afluente esquerdo do Roosevelt, nas proximidades da Mineração São Francisco/Paranapanema" e que "em 1981, uma equipe da Paranapanema foi juntamente com o líder Cari dos Tenharim, atrás destes" (Heringer, "Áreas Indígenas - Madeira", 1982/83, datilo).

No sobrevôo realizado em 17/03/87, desenvolveu-se a trajetória Ji-Paraná/Fazenda Concisa/Mineração São Francisco, com a intenção de prolongá-lo até a área do igarapé Tiritica, o que tornou-se inviável diante de fatores climáticos que impediram a continuidade do sobrevôo. Considerou-se, portanto, indispensável que se estenda o levantamento desta região durante a fase de Projeto Básico, onde poderá retornar a oportunidade de averiguar algum sinal visível da presença indígena na área.

4.2.4 "Isolados da Cabeceira do Madeirinha" (Figura 3)

Em recentes contatos com o líder Gavião, Catarino Sebirop, este reafirmou enfaticamente a presença deste grupo através de informações diversas de membros do povo Gavião. Os Gavião demonstram grande interesse em entrar em contato com este grupo isolado, visto que se supõe serem frações de "parentes" seus que teriam se distanciado do núcleo principal em época relativamente remota. Esta proximidade de parentesco com os Gavião tornaria o "reencontro" produtivo para os mesmos, considerando-se o reforço de identidade cultural que este contato poderia significar.

Em virtude de dificuldades de acesso na época de pesquisa de campo (tempo das chuvas), esta área também não foi pesquisada, necessitando portanto, de um levantamento em época mais propícia.

4.2.5 "Isolados do Rio Branco"

Tem-se a acrescentar que este grupo, provável protagonista do ataque feito ao P.I. Rio Preto (Cinta Larga) em 19-22/12/86 (cf. Relatório Preliminar, pág. 60), voltaram a atacar em meados de março p.p. as instalações do posto. Não obstante, quando do ataque anterior ter sido montada uma equipe de "pacificação" pela FUNAI, acrescida de membros do povo Cinta Larga, não foram encontrados indícios de acampamento ou aldeamento dos mesmos. Considerando-se estarem circulando ou instalados em "território Cinta Larga", isto confirma as dificuldades habituais de localização de isolados.

5 OCUPAÇÃO BRANCA - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA REGIÃO

Resultante da política governamental interessada na implantação de um "modelo amazônico" desenvolvimentista, a ocupação da região fronteira dos Estados de MT/RO/AM caracteriza-se por graves distorções na distribuição de terras e rendas. Grandes proprietários antagonizam-se à ocupação dos posseiros, vindos em fluxos migratórios a cada dia mais intensos, à permanência dos seringueiros, resquícios históricos do "boom" da borracha e aos povos indígenas da região, habitantes seculares e aos quais o governo deveria garantir a inalienabilidade e usufruto integral de suas terras (Art. 178 Constituição Federal).

De certa forma, a necessidade geopolítica do Estado de expandir e assegurar fronteiras produz a contradição estrutural de ter de atrair e manter força de trabalho na região sem permitir que esta tenha o domínio efetivo da terra, e para tal utiliza-se da estratégia de assegurar a propriedade privada latifundiária, em detrimento das bases camponesas tradicionais, que findam por entrar compulsoriamente no circuito da força de trabalho flutuante. Estabelece-se então o conflito em cadeia entre os representantes das classes dominantes (políticos, empresários, fazendeiros, etc.) com os diversos segmentos de trabalhadores rurais despossuídos de terra e povos indígenas com o inalienável direito à mesma.

Neste processo, as ditas "terras devolutas" são palco por excelência do desencadear deste conflito onde, através da omissão e conivência dos governos com a grande empresa e latifúndio, a cessão irresponsável de certidões negativas e a destruição sistemática de imensas faixas verdes obriga milhares de famílias de lavradores à itinerância pela sobrevivência e dezenas de nações indígenas são desrespeitadas, ou mesmo aniquiladas.

Neste sentido, os próprios governos estaduais de MT/RO, interessados em atrair capitais e mão-de-obra para suas fronteiras limitrofes, desenvolvem propagandas megalômanas sobre o "eldorado" econômico e ecológico de seus Estados. Entretanto, a intensidade desta integração física provocada se faz desordenadamente, e o ritmo acelerado do processo de apropriação/desapropriação cria situações que fogem ao controle destes mesmos governos, de forma que, malgrado a propaganda sobre terras riquíssimas, em pouco tempo esta população migrante se vê incapacitada de manter-se em "suas" terras, face ao brutal bloqueio dos grandes latifúndios e a inoperância dos governos estaduais na alocação de novas levas de trabalhadores sem terra. O fenômeno das "invasões" rurais e a disputa acirrada de cada palmo das terras limitrofes às áreas indígenas são alguns dos frutos desta ocupação desordenada e de caráter expansionista, onde não há lugar para uma reflexão e uma prática racional da distribuição e usufruto das terras.

Como fizemos notar em relatório anterior, os empresários vindos principalmente de SP e PR, associados às vezes a empresas

multinacionais, preferem investir em criação de gado, justamente por ser esta uma atividade mais rentável quando se trata de ocupar grandes espaços com baixo investimento. Neste sentido, como se pode notar nos dados que se seguem sobre as propriedades rurais da área em estudo, a maior parte ativa destas propriedades é constituída por um contingente sem terra, conduzido por empreitada para serviços sazonais sem perceberem justos salários e importunarem os patrões com encargos trabalhistas.

Privilegia-se assim a ocupação de grandes faixas territoriais que permanecem praticamente improdutivas através de agentes externos, cujo interesse direcionado é manter estas terras como reservas de valor, e não como fator de produção, encurralando e desestruturando os ocupantes e produtores tradicionais: índios, seringueiros, castanheiros, etc.

Na área de estudo, inserida no município de Aripuanã, com 140 mil km², a noroeste do Estado de Mato Grosso, estabelecendo-se como limites o "corredor" compreendido ao norte pelo paralelo 9 graus, à leste, o rio Branco, ao sul, o paralelo 11 graus e a oeste, a A. I. Igarapé Lourdes e Reserva Biológica do Jaru, inicialmente classifica-se a ocupação não indígena da área em três categorias de empreendimentos: Projetos de Colonização, Fundiários e Empresas de Mineração. Considere-se ainda como inclusa nestes itens a implantação e pavimentação de estradas, decorrentes dos mesmos.

A parte destes empreendimentos, constata-se ainda, além das áreas indígenas já citadas e alguns grupos indígenas isolados sem área definida, a presença de várias colocações de seringueiros às margens dos rios Branco e Roosevelt, nas proximidades das fazendas Castanhal, Mudança e Concisa, e do Projeto de Colonização Filinto Müller. Estes trabalhadores, autônomos em seus afazeres apesar da rusticidade ambiental e das intempéries, além de explorados pelos altos preços de aviamento fornecidos pelos batelões, ou gerentes de fazendas que utilizam parte do rancho dos peões para adquirirem seus produtos a preços irrisórios, ainda tem a temer os grandes latifundiários locais que não raro os rechaçam de suas colocações. Cite-se como exemplo o desmatamento de extensa faixa de floresta ao longo do rio Roosevelt, em 1979, a mando do proprietário da fazenda Concisa, com o intuito de expulsar os seringueiros que ali atuavam (vide fotos 3 e 4). Os seringueiros locais tem se demonstrado enquanto preciosas fontes de informações para qualquer levantamento na área em questão, considerando-se seus conhecimentos geográficos, e por vezes, históricos, das faixas de terra que exaustivamente percorrem em sua labuta diária, quando então têm oportunidade de presenciar e registrar "in loco" diversas ocorrências que numa interferência de tempo limitado são impossíveis de serem registradas ou averiguadas.

Considerando-se os itens propostos, temos a acrescentar os seguintes dados em relação aos empreendimentos na área (MAD-16V-9686/87)

a) Propriedades Rurais:

- Fazenda União: Esta fazenda, de propriedade do Grupo Triangulina, está situada próximo ao aeroporto da cidade de Ji-Paraná e limita-se com o projeto de colonização Riachuelo. Segundo informações obtidas junto ao gerente do supermercado Triangulina, em Ji-Paraná, esta propriedade possui 2.870 ha., sendo que já foram desmatados 2.200 ha para desenvolvimento de pastagem.

Esta fazenda conta com 11 empregados fixos, sendo dois solteiros e 9 com famílias dentro da propriedade, para cuidar de seu patrimônio que consiste de 1.500 cabeças de gado, 90 cavalos e 20 suínos. Quanto à agricultura, eles plantam arroz, milho, mandioca e feijão apenas para consumo interno.

- Fazenda Santa Isabel:

Localização: margem direita do rio Machado, entre as fazendas União e Triangulina.

Proprietário: João Manoel da Silva Filho/Grupo Triangulina.

Segundo o proprietário, a fazenda possui 1.300 ha, sendo que 800 ha encontram-se desmatados para pastagem. Não tem-se informações sobre as benfeitorias. Somente 3 empregados fixos, 1 solteiro e dois com famílias, cuidam das 816 reses e 12 cavalos existentes nos pastos da fazenda.

- Fazenda Agropecuária Triangulina (vide fotos 5 e 6):

Localização: Próximo a Nova Colina, limitada pelo rio Machado e igarapês Prainha e Riachuelo.

Proprietário: João Manoel da Silva Filho (titular), sendo que dos 7.508 ha, 2.980 pertencem a sua cunhada, 2.980 a seu irmão e 2.980 ao Grupo Triangulina (margem direita do rio Machado).

A Triangulina, cujo início de abertura data de 1978, foi criada a partir da compra de 29 lotes do INCRA pelo atual proprietário. A área desmatada total é de 2.790 ha, e possui em sua pastagem, utilizada para pecuária de boi de corte, um total de 2.000 reses, além de 40 cavalos e 55 suínos, além de plantações para consumo interno de arroz, milho e feijão. O leite produzido também é apenas para consumo interno. A fazenda possui 13 empregados, sendo que 11 são casados residindo com suas respectivas famílias e dois solteiros. Quando necessário, são utilizados trabalhadores por empreitada. As famílias usufruem de escola da prefeitura de Ji-Paraná, a 3km da fazenda.

- Fazenda Nova:

Localização: limita-se com a A. I. Igarapê Lourdes e fazenda Catuva, da qual dista 22km da sede.

Proprietário: Sr. Olavo, gerente da fazenda Rio Branco.

Com a dimensão de 230 alqueires, a Fazenda Nova possui apenas dois empregados fixos, para cuidarem e desenvolverem algumas plantações como o arroz e milho, e quando necessário, contrata mão-de-obra para trabalhos de colheita.

- Fazenda Catuva (vide fotos 7 e 8, em anexo)

Localização : margem direita do igarapé Catuva, afluente esquerdo do rio Branco. Limita-se com as fazendas Nova, São José e Santa Maria, e A. I. Sete de Setembro.

Proprietário : Osmar Bruno Ribeiro (Araçatuba-SP)

Muito embora o proprietário requisita 3.000 alqueires como sendo de sua propriedade, consta o registro de apenas 2.499 ha, sendo 800 alqueires de área desmatada. A fazenda possui uma casa sede, uma pista de pouso, 2 tratores (1 de pneu e 1 de esteira). Há também 40 porcos, e 20/30 cavalos (Quarto de Milha). O leite produzido é para consumo interno. São 3 os empregados fixos, sendo feito contrato por empreitada quando necessário. O atual proprietário está há mais de 15 anos na área, sendo o 2o. proprietário da mesma.

- Fazenda Santa Maria (vide fotos 9 e 10, em anexo):

Localização : margem esquerda do igarapé Santa Maria

Proprietário : irmã do Sr. Osmar Bruno Ribeiro, proprietário da fazenda Catuva.

O informante, filho da proprietária e gerente da fazenda, foi bastante esquivo às perguntas, apenas informando que a propriedade teria as mesmas dimensões da fazenda Catuva, ou seja, 3.000 alqueires, sendo 850 de área desmatada. Possui 1.500 cabeças de gado (para corte) e 30/35 cavalos (Quarto de Milha). Há suínos para consumo interno, bem como o leite. Há dois tratores (esteira e pneu) e três empregados fixos, sendo que na época do roçado contrata mão-de-obra por empreitada. A fazenda não possui pista de pouso, e o proprietário, a exemplo da fazenda Catuva, está há mais de 15 anos na região. Entre a fazenda Catuva e a Santa Maria há mais 4 proprietários, irmãos do Sr. Osmar B. Ribeiro, sendo que um deles foi assassinado por um grupo de posseiros em 1986, em represália pela morte do padre Ezequiel Ramim, assassinado em meados de 85 dentro da área da fazenda Catuva.

- Fazenda Santa Silvia (vide foto 11):

Localização : Margem esquerda do ig. Santa Silvia, afluente esquerdo do rio Branco.

Proprietário : genro da proprietária da fazenda Santa Maria

Segundo informante externo (empregado da fazenda Rio Branco - vizinha da mesma), há 6.000 cabeças de gado. Não há pista de pouso. Não se dispõe de maiores informações, pois quando da passagem pela fazenda, não foi encontrado ninguém que pudesse prestar informações.

Considerando-se o caráter de "latifúndio familiar" (a família Bruno Ribeiro é proprietária das fazendas Catuva, Santa Maria, Santa Silvia, Rio Branco e São José), não é de se estranhar os repetidos incidentes desta área com os seus vizinhos, os índios Suruí (A. I. 7 de Setembro) e com posseiros.

- Fazenda Rio Branco (vide foto 12):

Localização : Limita-se ao sul com a faz. Santa Silvia, a leste, rio Branco, ao Norte, fazenda do Laerte e Castanhal, e a oeste, fazenda São José.

Proprietária : Viúva do Sr. José Luiz de Moraes (residente em Araçatuba-SP).

Gerenciada há 11 anos pelo Sr. Olavo, proprietário da fazenda Nova, a fazenda Rio Branco possui 1.100 alqueires de área desmatada, sendo que não se obteve informações sobre sua dimensão total. São 2.000 cabeças de gado para corte (o leite é para consumo interno) e 100 porcos (para consumo), e plantações de arroz, milho e feijão, também para consumo. São seis empregados fixos e contratação por empreitada quando necessário. Há 3 tratores (2 pneus e 1 esteira) e uma serraria para atender as necessidades da fazenda. Além disso conta com pista de pouso.

- Fazenda Castanhal (vide fotos 13, 14, 15 e 16) - (Fazenda Central do Forte-retiro da faz. Castanhal):

Localização : Paralelo 10 graus, ig. Azul e rio Branco.

Proprietário : José Fortes (residente em Tupi Paulista-SP).

Segundo informações do Sr. Luis, gerente da fazenda e genro do proprietário, a área total é de mais ou menos 150.000 ha, sendo que 5.000 alqueires já foram desmatados. Esta informação diverge totalmente das informações que se coletou de regionais em visitas anteriores a região (cf. Lobato, dez-86/jan-87, págs. 40-41). Além da sede, a propriedade conta ainda com 4 retiros: Central do Forte (400 alqueires de área desmatada), Fortaleza (100 alqueires de desmate à margem direita do rio Branco), Azul (anexado ao desmatamento da sede) e Serra Azul (à margem direita do rio Branco, confronta-se com o limite norte da A. I. Zoró). Há plantações de 30 alqueires (para consumo) de café, arroz, milho e feijão. Possui 15.000 cabeças de gado (criação, procriação e engorda) que abastece o mercado de Ji-Paraná e Manaus, vendidos de 4 a 5 vezes ao ano: em 84, vendeu 6 vezes para Porto Velho e Manaus e uma vez para São Paulo; em 85, vendeu para Porto Velho e São Paulo e em 86 vendeu duas vezes entre fevereiro e abril. Há ainda 150 cavalos, a maioria Quarto de Milha e o restante muares.

Possui como transporte e maquinários: 4 tratores de pneu, 4 de esteira, 3 caminhões, 1 toyota, 2 camionetes e 1 avião. A população fixa na fazenda é de mais ou menos 130 pessoas (11 famílias e demais solteiros), e cada empregado recebia na época do levantamento (março/87) a quantia regular de Cz\$ 1.600,00 mensais.

O início da abertura da fazenda foi há cerca de 13 anos, não obstante esta ter sido adquirida junto ao Estado de Mato Grosso no final da década de 60. Como infra-estrutura básica possui marcenaria, serraria, oficina mecânica, uma escola (não está funcionando este ano), um armazém (para venda de mercadorias para os empregados), uma farmácia (o farmacêutico faz lâminas de malária e presta os primeiros socorros) e funciona também uma zona eleitoral na sede principal. Há também a proposta de se iniciar um projeto de colonização em uma área de 50 alqueires, já desmatado e dividido em lotes, para melhor abastecer a fazenda de mão-de-obra, e o projeto de montagem de uma indústria madeireira.

- Fazenda Laerte:

Localização: limita-se com as fazendas Castanhal e Rio Branco.
Proprietário: Antonio Marques ("Tonicão")

O proprietário sobrevoou a região em 1963 para aquisição de suas terras, bem como as de propriedade do Grupo da Castanhal, da qual foi gerente por 23 anos. Esta fazenda iniciou seus trabalhos de abertura há um ano. São 3.000 alqueires (60 de desmate), 100 cabeças de gado, 15/20 porcos e dois cavalos. Desenvolve plantações de milho e arroz em 10 alqueires, para consumo. Como benfeitorias constam 3 casas, um curral, refeitório, borracharia e gerador. Existem ainda 2 tratores de pneus e um caminhão Mercedes. São seis os empregados fixos. A intenção do proprietário é abrir uma serraria para comércio de madeira com a firma Madeireira Urupá, a qual constatou-se não possuir autorização de desmate pelo IBDF/MT (Cuiabá).

Não foi possível visitar a fazenda São José, pois a estrada que lhe dá acesso estava em precárias condições. Além destas fazendas relacionadas, limitrofes à A. I. Igarapé Lourdes, há alguns novos proprietários na área próxima à fazenda São José: Iuki Abi (Tupi Paulista), Agro Amazonas, João Naresse e Carlos Avalone.

- Fazenda Concisa (vide fotos 3 e 4):

Localização: margem direita do rio Roosevelt, pouco acima da confluência com o rio Branco.
Proprietário: Construtora Civil e Industrial S/A.

Cadastrada como "empresa rural", a Concisa se utiliza de registros diferentes para uma mesma área contígua. A primeira, possui como área registrada 19.703,0ha, divididos em: Área Inexplorada - 9.871,5ha de reserva legal e 3.948,5ha inaproveitáveis; Área Explorada - 5.992,9ha de pastos temporários e como áreas potenciais, 1.184,5ha de pasto artificial e 4.146,1ha de terras de campo.

A "Concisa II", possui o registro de 19.777,0ha, sendo áreas inexploradas a reserva legal de 9.833,5ha e 3.955,4ha inaproveitáveis. Consta como área explorada 4.000,0ha de pasto

artificial e como área potencial, os mesmos 4.000,0ha de pasto artificial.

- Fazenda Madeirinha:

Localização : Margem esquerda do ig. do Veado, próximo à afluência ao rio Madeirinha.

Proprietário : Celso Ferreira Penço.

Cadastrada como "empresa rural", a composição jurídica desta não consta de áreas registradas, mas tão somente a posse de 2.500,0ha, tendo como área inexploradas 1.250,0ha e 500,0ha inaproveitável. Como área explorada, 750ha de pasto artificial, sendo a área potencial os mesmos 750,0ha de pasto artificial.

- Fazenda Mudança (vide fotos 17 e 18):

Localização : margem esquerda do rio Branco.

Proprietário : Celso Ferreira Penço.

A fazenda Mudança, cadastrada como "latifúndio de exploração", está juridicamente registrada em 03 áreas, cada uma de 9.999,0ha, não obstante seu proprietário afirma ser "dono" de 400 mil ha. Consta como área inexplorada a reserva legal de 4.999,0ha e 1.900,0ha de área inaproveitável.

Quanto às áreas exploradas: possui 700,0ha de pastos naturais e 2.300,0ha de pastos artificiais, e como área potencial, 3.000,0ha de pasto artificial.

b) Projetos de Colonização

- Projeto Filinto Muller (vide fotos 19 e 20):

No dia 2 de junho de 1965, o então governador do Estado de Mato Grosso, Júlio Campos, lançou a pedra fundamental da cidade Filinto Muller, "projeto de colonização desenvolvido pelo Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), e Secretaria de Assuntos Fundiários" (cf. Jornal do Dia, 04/06/65 - Cuiabá).

A cidade, recém-implantada sobre o projeto Panelas (antiga Aripuanã), ficará entre o rio Roosevelt e o igarapé Panelas, cujo acesso principal é a rodovia Transmatogrossense (MT-170-20B), situada a 1.196km de Cuiabá, a noroeste do Estado.

A sede do Município, Aripuanã, distante 730km de Cuiabá, possui uma extensão de mais ou menos 140.000km² de terras férteis e subsolo rico em minerais estratégicos, tais como: estanho, titânio, manganês, ferro, ouro e diamante. Apesar, ou em virtude da fertilidade de suas terras e amplitude de seus limites, o Município de Aripuanã é hoje uma das regiões mais efervescentes a nível de tensão social rural do país, notadamente quanto à invasões de áreas indígenas. Não obstante, esta constante carga de conflitos nos territórios

imemoriais destes povos, neste Município, "há, segundo dados oficiais, cerca de 4 milhões de hectares de terras improdutivas de latifúndio por dimensão, podendo-se até prever um projeto especial de reassentamento para esses invasores (de terras indígenas), nestas ou em terras devolutas da União dos arredores" (Gambini, Junqueira, Mindlin e Leonel, FIFE, junho/85:05), (o parenteses é nosso).

A previsão inicial para o Projeto Filinto Muller ocuparia uma área de 1 milhão de hectares, no entanto, em virtude de vários fatores, esta foi reduzida por duas vezes, para 500 mil e, finalmente, para 350 mil hectares. O objetivo do Governo do Estado é que nesta área sejam assentadas 8 mil famílias nos próximos 4 anos. Segundo a CODEMAT, dados de 85, até o momento já foram vendidos 71 lotes de 600 a 3.000 hectares, e sua expectativa é a de que dentro de aproximadamente 5 anos a nova cidade esteja implantada com toda a infraestrutura primária.

Atualmente (08/86) moram na área do Projeto 25 famílias, antigos posseiros da região. Em recente movimento reivindicatório de 250 famílias de Sem-Terras da região de Jaciara (MT), que acamparam no adro da Igreja São Benedito, em Cuiabá, o INCRA propôs o assentamento dos mesmos em Filinto Muller, prometendo fornecer infraestrutura nos setores de educação, crédito agrícola e assistência técnica para o desenvolvimento de lavouras" (Correio de Várzea Grande", 16/08/86:10). Cinquenta representantes dos Sem-Terras foram transportados pelo INCRA até o local, para decidirem ou não sobre a aceitação do assentamento. A terra foi insistentemente propalada como agricultável, mas durante o movimento os trabalhadores foram alertados por indigenistas e por alguns índios Cinta Larga, que se encontravam em Cuiabá, da perigosa proximidade do referido projeto às terras indígenas, inclusive de grupos isolados, além da alta incidência de malária na região.

De fato, no retorno da "viagem de reconhecimento", diversos trabalhadores foram acometidos de malária, o que reforçou seus propósitos de se negarem ao remanejamento para a cidade de Filinto Muller, prosseguindo o movimento até lograrem terras próximas aos seus lugares de origem.

- Projeto Cidade "Fazenda Castanhal":

Há informações sucintas sobre um nascente projeto de colonização dentro dos limites da fazenda Castanhal.

Em 84/85 quando se sobrevoou a área, constatou-se que a mesma encontrava-se desmatada, constando de uma pista de pouso e várias quadras para loteamento urbano já delimitadas.

A falta de apoio dos governos municipal e estadual para a abertura de estrada e implantação de infra-estrutura levou ao abandono provisório deste projeto. No sobrevoô de março de

1987, constatou-se que os lotes já estavam todos tomados pela capoeira.

c) Implantação de Estradas

- Estradas Planejadas:

- . "BR-174 (que parte da 319 estadual Vilhena-Juina, 85km adiante de Vilhena e corta o Parque (Indígena Aripuanã) em direção à Manaus" (cf. Junqueira e Mindlin, junho/86:14).
- . MT-311, "é a continuação de outra já implantada, que sai das proximidades de Espigão do Oeste. Cruza o rio Roosevelt e depois o rio Cap. Cardoso em direção à cidade de Aripuanã" (ibid. p.14).
- . MT-208, "sai de Aripuanã em direção à Ariquemes e corta os rios Branco e Guariba, passando dentro de aldeias da A. I. Aripuanã" (ibid. p.14) e dentro da Reserva Biológica do Jaru.
- . MT-199, sai de Cacoal em direção à Mineração São Francisco.
- . BR-242, sai da cidade de Juruena, à margem direita do rio homônimo, em direção à Porto Velho (RO) ou à Humaitá (AM).

d) Empresas de Mineração:

No período de 1973 a 1976 a EMAL (Empresa de Mineração Aripuanã LTDA), em convênio com a CODEMAT, desenvolveu um amplo trabalho de pesquisa mineral nas cabeceiras do igarapé Panelas, afluente à margem esquerda do Roosevelt, área da fazenda Mudança mas não alcançando os objetivos previstos retirou-se da área, encerrando os trabalhos.

Não obstante a propalada riqueza do subsolo do Município de Aripuanã, e a concessão indiscriminada de alvarás de pesquisa e lavra pelo DNPM às empresas que se dispõem a atuar na região, atualmente, a nível de mineração mecanizadas, apenas a Mineração São Francisco, de propriedade do "Grupo Paranapanema", opera na área compreendida pelo "corredor" referido.

Em meados de 1985 foi feito um pedido de concessão de alvarás para pesquisa na área da fazenda Mudança; no entanto, como na FUNAI já estava em tramitação uma proposta de interdição para fins de preservação de grupos indígenas isolados, este foi negado.

6 RELACIONAMENTO ENTRE OS GRUPOS TRIBAIS DA AREA DE ESTUDO

Como já mencionado na parte 2, item 2.2, as relações de reciprocidade expressas através do sistema de parentesco articulam os grupos domésticos de uma mesma tradição linguística e cultural numa comunidade mais ampla. Os de fora desse sistema são sempre potencialmente inimigos. Internamente, a quebra da esperada reciprocidade gera também, por vezes, conflitos.

As relações entre os grupos tribais Zorò, Gavião, Suruí e Cinta-Larga, todos do tronco Tupi e família Mondê, formavam e formam um sistema articulado. Suas histórias são paralelas e interdependentes, assim como ocorre também, porém de forma menos imbricada no passado do que no presente, com as relações destes grupos com os Arara (Tupi Rama-Rama).

Todo grupo tribal sempre se relaciona com seus vizinhos, seja através da guerra ou das alianças, demarcando continuamente seus respectivos territórios. Nesse jogo de relações os Tupi-Mondê partilham um mesmo complexo histórico-cultural.

Os Gavião, Zorò e Cinta-Larga são linguística e culturalmente extremamente próximos. Eles falam dialetos referidos a uma mesma língua (como por exemplo, a fala nordestina e a fala paulista). Os Suruí, por sua vez, falam uma língua aparentada, mas não totalmente compreensível para os outros grupos mencionados (como por exemplo, a língua portuguesa e a espanhola).

Tradicionalmente os Gavião tem sido grandes aliados dos Zorò e inimigos ferrenhos dos Suruí. Estes por sua vez são aliados eventuais dos Cinta-Larga, contra aqueles e outros de seus inimigos (por exemplo, contra os Rikbaktsa do Juruna, em décadas passadas). Vale lembrar no entanto, que o agravamento dos conflitos intertribais muitas vezes ocorre, à medida em que as frentes de expansão da sociedade nacional se adensam, deslocando certos grupos para o território de outros. Nessa região foi o que também ocorreu.

A tradicional aliança entre os Gavião e Zorò foi rompida por volta de 1946, num contexto de guerra com os Suruí. Segundo os índios, um dos determinantes da ruptura foram as doenças novas que passaram a grassar nuns e noutros. Desconfianças de parte a parte, suspeitas de envenenamento e/ou feitiçaria ajudaram a promover a cisão. Os Gavião, tradicionais habitantes da margem esquerda do rio Branco até a Serra da Providência, (por essa época havia pelo menos 4 grandes malocas Gavião próximas ao rio Branco) se afastaram para a bacia do rio Ji-Paraná. Penetraram o território dos Arara e dos Uruku, com os quais parecem ter mantido até então relações cordiais. No início do século XX os Gavião e Zorò, afastando-se para o oeste encontraram os Arara. Presentearam um deles, encontrado sozinho, entrando em seguida em contato pacífico com o grosso da tribo.

Os Arara, juntamente com os Uruku ("pulsos vermelhos", ambos da mesma família linguística), habitavam tradicionalmente ao longo da margem direita do rio Ji-Paraná até o Igarapé Tarumã, na atual reserva biológica do Jarã. Mantiveram aldeias ao longo de todos os afluentes do rio Machado, neste trecho, até suas cabeceiras.

Foram mencionados a primeira vez em 1853 (Hugo, Victor, 1959, V. 1: 127), tornando-se conhecidos como terror das missões religiosas que tentavam se estabelecer ao longo do rio Machado, opondo-se tenazmente à catequese.

Só no final da década de 1940, já bastante diminuídos numericamente, cercados por caucheiros e seringalistas, estabeleceram contato permanente e pacífico com o seringalista João Bezerra de Barros, pioneiro na ocupação da região entre o Ji-Paraná e a Serra da Providência.

Os Gavião, logo em seguida, à medida em que passam a ocupar o território Arara, estabelecem contato permanente com os civilizados de um lado e dos Gavião de outro, criam tensões na área que explodiram em conflitos inter-tribais. Em 1959, os Arara planejaram matar um Gavião que havia trazido gripe de uma visita aos "brancos". No entanto, os Gavião atacaram primeiro, mantendo sete Arara. Em 1959/1960 os Gavião atacaram seguidamente os Arara, muitas vezes de surpresa em ataques noturnos, num dos quais exterminaram uma aldeia inteira no igarapé Água Azul, como contam os atuais Arara. Estes, enfraquecidos e depopulados pelas epidemias e guerras com os brancos (calcula-se seu número em 4 mil na época dos primeiros contatos; em 1965 restavam apenas 50), abandonaram a área. Fugiram para os seringais do rio Machado, espalhados, doentes, sujeitos à exploração econômica dos "civilizados".

Os Gavião, assim como os Arara, foram desde o início do contato permanente com os "brancos" vitimados em grande número pelas epidemias de sarampo, gripe, pneumonia, malária, doenças venéreas, etc. Os Arara com maior intensidade, mas também os Gavião, passaram por momentos críticos, com o abandono das atividades de subsistência e, por vezes, até de aldeias. Em algumas ocasiões muitos deles passaram a viver diretamente nos seringais.

Com o esvaziamento das atividades seringalistas, logo após a Segunda Guerra Mundial os índios foram retornando a seu modo de vida tradicional, passando então a ser alvos da ação missionária da seita protestante New Tribes of Brazil.

Em 1965 o SPI (e posteriormente a FUNAI) começou a operar na área, juntamente com estes missionários. Data daí o reagrupamento dos Arara na futura Área Indígena Igarapé Lourdes. Passaram a ocupar área da margem esquerda do rio Machado, entre o igarapé Riachuelo e o igarapé Setembrino, enquanto que os Gavião ficavam entre o igarapé Lourdes e o igarapé Água Azul.

Os Uruku (pulsos vermelhos), dizimados durante décadas pelos "civilizados" e nas guerras inter-tribais com os Arara e com os

Gavião, encontra-se até hoje (1987), sem nenhuma providência ou apoio da FUNAI, desaldeados e dispersos pelos seringais e fazendas da margem oposta do Rio Machado.

Os Suruí e Cinta-Larga, situados na região aurífera de Rondônia e Mato Grosso, até hoje bastante temidos na região por sua determinação guerreira, serão "pacificados" entre 1969 e 1971, depois de conflitos e massacres que se prolongavam há anos e que, a bem da verdade, continuam até hoje praticamente sem interrupção.

Logo após a "pacificação" os Suruí perderam 75% de sua população (epidemias e massacres dos "civilizados") e os Cinta-Larga, embora menos, foram igualmente afetados.

Em 1971 começa a se estabelecer a fazenda Castanhal (grupo econômico do noroeste de São Paulo), na beira do rio Branco, na área tradicional gavião/Zorò. Nessa época a área encontrava-se momentaneamente abandonada pelos Gavião e ocupada apenas de forma rarefeita pelos Zorò.

Nos anos seguintes os Zorò, em contato esporádico com os peões da fazenda, contrairam doenças, inclusive venéreas e as relações tornaram-se conflituosas. Em 1977 reataram as relações com os velhos aliados Gavião e a situação na área ficou mais tensa. Em função disso, em 1978 a FUNAI cria a Frente de Atração Zorò, incorporando índios Suruí no trabalho de pacificação (inimigos tradicionais dos Zorò e Gavião).

Os Zorò, a partir deste ano estabelecem contato permanente e, no ano seguinte transferem-se em massa para o Posto Indígena Lourdes, na área Gavião. Temiam os Suruí, os quais, participando da atração dos Zorò, aproveitaram-se para atracá-los. Estavam descontentes também com os funcionários da FUNAI, responsáveis pela atração, que teriam abusado de suas mulheres, os quais foram posteriormente despedidos.

Os Zorò foram recebidos pelos Gavião e a aliança reatada foi fortalecida através de várias trocas matrimoniais e rituais conjuntos. Após seis meses retornaram para sua área, onde começam a ser dizimados por epidemias de hepatite, malária e coqueluche. Voltaram à área do Lourdes em 1980 e lá passaram um ano, retornando novamente para seu território em 1981. Deixaram entre os Gavião várias famílias, mulheres e homens comprometidos em casamentos inter-tribais e levaram consigo alguns Gavião, agora parte de seu povo, via casamento. Os dois grupos visitam-se frequentemente desde então, para casamentos e festas conjuntas. Só que agora, interpõe-se entre eles várias fazendas, estabelecidas às margens do rio Branco. Por hora, os desmates se restringem a parcelas relativamente pequenas dessa região em que passaram a circular novamente.

Vale lembrar que os primeiros decretos de interdição e delimitação das áreas Tupi-Mondé, apesar de expropriá-los de grande parte de seu território tradicional, reconheciam a unidade linguística e cultural dessas povos. Os decretos de criação do Parque Indígena do Aripuanã em 1969 e de interdição de áreas habitadas por diversos

grupos indígenas em 1974 (já mencionados no item 3.4 da parte 3 Territórios Atuais) ligavam todos os Tupi-Mondê entre si. Interesses econômicos de empresários do noroeste de São Paulo, das cidades de Araçatuba e Tupi Paulista, criaram essa cunha entre os Gavião e os Zorô, fracionando um território antes contínuo. Ocasionalmente com isso grandes prejuízos à convivência destes grupos e favoreceram as seguintes invasões na Área Indígena Igarapé Lourdes, através da estrada que, atravessando a área indígena, liga as fazendas aos projetos de colonização que se espraiam a partir de Ji-Paraná, cidade situada no eixo econômico da BR 364.

A área do Lourdes não é excessiva. Todas as terras indígenas, demarcadas ou não, já relacionada neste relatório encontram-se continuamente invadidas e ameaçadas, ensejando conflitos permanentes.

O relacionamento tradicional entre os grupos se mantém em suas linhas gerais. Porém, a violência e expropriação continuada por parte das frentes de expansão da sociedade nacional os encaminha para uma superação da hostilidade reinante entre alguns destes grupos. Passaram a realizar reuniões frequentes, com a presença das respectivas lideranças, na tentativa de enfrentamento de seus problemas, todos originados da mesma fonte. Ajudaram-se em situações críticas. Na presente invasão do território Zorô (mais de 100 mil hectares invadidos), os Gavião e Cinta-Larga dispuseram-se a enviar dezenas de guerreiros para ajudar a estancar o fluxo de novos invasores. Em 1984 e 1986, nas últimas invasões do P.I. Lourdes, os Zorô foram armados e em grande número para lá, participando inclusive da captura e confinamento de 16 invasores. Há dois dias seguidos (1985 e 1986) reúne-se a Assembleia de Povos Indígenas do Estado de Rondônia e Norte do Mato Grosso (parte da estrutura da União das Nações Indígenas-UNI). Na primeira assembleia, em 1985, foi criado um Conselho Indígena (formado por lideranças de vários povos, entre eles os Suruí, Cinta-Larga e Gavião) com o objetivo de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos diversos órgãos dos governos estaduais e federal que estejam relacionados com sua condição de vida, sua terra, saúde, educação e assistência em geral.

Tornou-se comum a ajuda mútua entre estes povos, cuja aproximação tem sido reforçada por várias trocas de casamento. Hoje existem vários Zorô casados com Gavião com Arara, Arara com Zorô e Cinta-Larga. O chefe do Posto Indígena Zorô é o cacique Gavião, Catarino Sebirop; um dos principais líderes Cinta-Larga é casado com mulher Zorô. Mantém-se forte ainda a desconfiança entre os Suruí em relação aos Gavião e Zorô. Mas já participam de reuniões conjuntas e tem se apoiado algumas vezes nos embates com a Funai, que tem sido, com razão, encarada por estes povos com descrença e hostilidade, como representante dos interesses dos "brancos".

Nesse contexto de guerra inter-étnica os grupos tribais "isolados" despertam grande preocupação e expectativa para estes povos. Estes grupos se constituem em frações de povos, remanescentes das nações indígenas que tradicionalmente ocupavam a "área Tapajós-Madeira". Em virtude de catástrofe que representou e representa o contato com

os brancos, mantêm-se arredios a qualquer aproximação. Ocorre que com a continuidade da penetração "branca" (e devastação florestal) eles se vêem forçados a um deslocamento constante, ao abandono de aldeamentos fixos, permanentemente ameaçados. Tem sido prática comum a tentativa, às vezes bem sucedida, de exterminá-los antes que se torne conhecida e oficializada sua presença em determinada região, com o propósito de impedir que áreas reclamadas por grupos econômicos privados sejam desapropriadas em seu benefício.

Esses grupos despertam grande interesse entre os índios da região por poderem se constituir em parentes há muito tempo separados e por significarem uma possibilidade de recuperação de certos conteúdos culturais em parte perdidos no embate com os "civilizados".

7 AREA INDIGENA IGARAPÉ LOURDES

O reconhecimento oficial dessa área como de ocupação indígena ocorreu em 1974, através do Decreto 73.563 de 24/01, assinado pelo então Presidente, General Emilio Garrastazu Médici. Tal decreto interditava uma área bem maior que a atual, ligando a área do Igarapé Lourdes ao rio Branco, reconhecendo a área tradicional de ocupação Gavião. A demarcação, realizada pela firma Plantel em 1976 e 1977, reduziu consideravelmente a área. Tomou como verdadeiras as alegações de propriedade de mais da metade, área interdita por parte de alguns empresários do Estado de São Paulo, os quais começavam a instalar suas fazendas na margem esquerda do rio Branco (a maior delas, Fazenda Castanhal, começou a se instalar em 1971). (foto 13, 14 e 15)

Tal demarcação, que contrariava a legislação que a motivou, foi legalizada em 1983, através do Decreto 88.609 de 09/08/83 e assim homologada no Serviço de Patrimônio da União - SPU.

Assim constituída, a Área Indígena Igarapé Lourdes tem uma superfície de 185.533,578 hectares, com um perímetro de 270,583 kms. Localiza-se no Estado de Rondônia, no Município de Ji-Paraná. Limita-se a oeste com o rio Machado ou Ji-Paraná, ao norte com o Igarapé Água Azul (divisa com a Reserva Biológica do Jarú-IBDF), ao sul com o Igarapé Prainha e a leste com a divisa do Estado do Mato Grosso.

Nela vivem os remanescentes de dois grupos tribais: os GAVIAO (auto-denominação) IKONEN e os ARARA (auto-denominação ENTERAP). São classificados na área cultural Tapajós-Madeira (Galvão, E. 1950), apresentando certa homogeneidade de costumes e artefatos com os outros grupos tribais da mesma região, denotando um passado histórico comum.

Os Gavião são do tronco linguístico TUPI, família MONDE assim como seus vizinhos a nordeste, leste e sudeste, os Zorô, Cinta-Larga e Suruí. Os Arara são do tronco TUPI, família RAMA-RAMA.

Os Gavião habitavam tradicionalmente a margem esquerda do rio Branco até a Serra da Providência, ao norte e oeste dos Zorô, dos quais eram aliados nas frequentes escaramuças com os Suruí. Com os Arara, tradicionais habitantes da margem direita do rio Machado, suas relações sempre foram delicadas, alternando-se períodos de bom entendimento, alianças consolidadas através das trocas matrimoniais, seguidos de períodos de desavenças. (ver a esse propósito a parte 6 deste relatório).

A área Indígena Igarapé Lourdes está sob a jurisdição da Superintendência da FUNAI de Cuiabá, Mato Grosso. Na região mais próxima é jurisdicionada à Administração do Parque Indígena do Aripuanã, na cidade de Riozinho, Rondônia, juntamente com as áreas dos Zorô, Cinta-Larga, Suruí.

Em Ji-Paraná há uma casa do índio, construída num terreno doado aos Gavião e Arara por um ex-chefe do Posto, dirigida pelos índios que assim tem hospedagem gratuita na cidade, dividindo as eventuais despesas de casa.

Na Área Indígena a FUNAI mantém dois postos, um mais antigo (1966) no igarapé Lourdes e outro recente nas proximidades do igarapé Prainha.

O P.I. Lourdes, que presta atendimento aos Gavião, abriga 5 funcionários. Um chefe de posto, um auxiliar de enfermagem, um auxiliar de ensino e dois índios assalariados, um como braçal e outro como piloto fluvial. Tem 4 edificações: uma casa-sede (residência do chefe de posto, armazém e escritório), enfermaria e farmácia (com 3 leitos) e uma escola com 40 carteiras, além de um galpão para estocagem de borracha e arroz. Há uma pista de pouso com 550 metros, em boas condições. (foto 24)

O P.I. Nova Colina, que presta assistência aos Arara, é recente, datando de 1986 (anteriormente havia um P.I. na aldeia do igarapé Setembrino, (foto 23) criado em 1981). Tem três funcionários contratados, um auxiliar de ensino, um auxiliar de enfermagem e um técnico indígenista. Há também um motorista contratado para a área como um todo. Por hora, estão sendo usadas edificações deixadas pelos posseiros retirados da área. Há também um campo de pouso, próximo à estrada da fazenda Castanhal, com 900 metros, em boas condições. Ambos os P.I.s possuem cada um seu barco com motor de pópa. A área dispõe de um jeep Toyota, em péssimas condições.

O acesso ao P.I. Lourdes se dá por via aérea, por via fluvial ou a pé. Por via fluvial ele só é possível na época das cheias, de novembro a junho. Na seca os igarapés ficam intransitáveis, dificultando o acesso até mesmo de canoa e o rio Machado torna-se de circulação difícil pelas inúmeras cachoeiras e pedras. Melhora na cheia, mas mesmo assim, é um caminho perigoso pelas cachoeiras existentes e pelos inúmeros troncos caídos. A pé significa uma marcha a partir de Nova Colina, atravessando as aldeias Arara. Da aldeia do igarapé Setembrino até a aldeia do Lourdes leva-se cerca de 7 horas a pé, em marcha rápida.

O acesso ao P.I. Nova Colina se dá pela linha 78, a partir do Núcleo Nova Colina. De Ji-Paraná até lá são cerca de 90 kms. de estrada de terra.

7.1 POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO NA ÁREA

De acordo com o último levantamento feito pela FUNAI em julho de 1986, a população da área do Lourdes era de 462 pessoas: 110 Arara e 362 Gavião, não havendo especificação do número dos Zoró incluídos no total dos Gavião. Pode-se supor que atualmente (julho de 1987) a população total seja maior, por força da permanência,

talvez definitiva, dos guerreiros e famílias Zorô, que vieram para ajudar a fazer frente aos invasores do limite sul, tendo se fixado ao longo do Igarapé Prainha.

Até 1984 os Gavião ocupavam a parte norte da área, do igarapé Lourdes até o igarapé Agua Azul, enquanto os Arara ocupavam a parte sul, do Igarapé Setembrino até o igarapé Prainha. Os Gavião mantinham uma aldeia principal ao redor do Posto da FUNAI, no igarapé Lourdes, e mais 18 aldeamentos menores, alguns constituindo-se também em colocações de seringa, espalhados na parte norte da reserva, ao longo do rio Machado e seus afluentes e nas proximidades da divisa com o Mato Grosso, nas cabeceiras do igarapé Lourdes e outros córregos.

Os Arara tinham sua aldeia maior no igarapé Setembrino, a aldeia central no córrego Iaxiguinte e vários aldeamentos menores/colocações de seringa distribuídas ao longo do Machado até a foz do igarapé Setembrino, ao longo do igarapé Prainha até suas cabeceiras e nas proximidades dos outros cursos de água na parte sul da área.

Em 1985, com a expulsão dos invasores (vide próximo item), os Arara, parte dos Gavião e alguns Zorô instalaram-se ao longo do limite sul, o igarapé Prainha, onde várias famílias passaram a residir. Os Arara construíram uma aldeia nova, local de um segundo Posto da FUNAI, na margem do igarapé Prainha, nas proximidades do rio Machado.

Nessa grande invasão a parte Arara da área é que foi ocupada pelos posseiros. Impotentes para deter o fluxo crescente de invasores chamaram os Gavião para ajudar e estes, por sua vez, chamaram seus aliados Zorô. Com a desintrusão da área levada a efeito pela polícia militar em 1985, os Gavião, juntamente com alguns Zorô, continuaram ao longo do igarapé Prainha, próximo à Nova Colina, partilhando essa área com os Arara.

Nova invasão ocorreu em 1986. Os Arara, em sua maioria, retiraram-se da parte mais conflituosa deixando-a para os Gavião, os quais sedimentaram a ocupação, restringindo o território de atual ocupação Arara à pequena área entre o igarapé Prainha e o Setembrino, nas proximidades do rio Machado.

Os Arara entendem que os Gavião estão ali somente a título provisório, terra "emprestada". Porém, estes parecem que resolveram ficar em definitivo, iniciando a construção de uma grande maloca onde pretendem realizar sua maior festa, a da colheita de milho, indicando efetiva incorporação desse território.

As atuais aldeias Gavião são: (ver Figura 1) Aldeia do Lourdes, (foto 24) abrigando as instalações da Funai e mais 26 casas de paxiuba, estilo regional. Tem apenas 37 habitantes permanentes, constituídos pelas famílias dos assalariados pela FUNAI e os eventuais doentes na enfermaria. É a aldeia mais importante pois

reunifica todos os Gavião em festas tradicionais; é onde a borracha é estocada antes de ser levada para venda, sendo procurada por necessidades de abastecimento. Porém, a maioria da população vive em outras aldeias. Quatro já antigas, existentes pelo menos desde 1960: Cachoeira, Chapiã, Chipicã e Chepoié, outras mais recentes (mas em geral situadas em locais de aldeias antigas), ligadas a estradas de seringa, onde residem por núcleos de parentesco: Ìlãmah, Do Caneco, Gàla, Chibótigi, Pinhum, Dzatzen, Passaviva, Perdido, Z'ebzorãb e Chehù, Vazaséb e Cabeleira ou Providência. Além desses aldeamentos, mais alguns estão em fase de consolidação nas proximidades das cabeceiras do igarapé Prainha (fotos 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, e 41)

As atuais aldeias Arara são: (Ver Figura 1) Aldeia Velha (foto 25) (igarapé Setembrino), sendo gradativamente desativada, aldeia Central (fotos 42, 43 e 44), do Benedito (fotos 45 e 46), Nova ou Triângulina (fotos 47, 38 e 49) (a mais recente, de 1985, onde existe também uma casa da FUNAI) a aldeia de Nova Colina (foto 50), além de várias colocações de seringa/aldeias sazonais, ao longo do Machado, do Prainha, do Setembrino e outros córregos.

Apesar de aliados, a relação entre os Arara e os Gavião é de tênue equilíbrio. Conflitos individuais sempre ocorrem quando permanecem no mesmo local e as guerras de menos de uma geração atrás estão muito vividas na memória. Os Arara, em menor número, nessas ocasiões acabam retirando-se para outro lugar, sendo numa certa medida oprimidos pelos Gavião.

Isso se reflete até no atendimento que a FUNAI presta aos dois grupos. Até poucos anos atrás a área indígena era tida pela FUNAI como área Gavião, com o único Posto Indígena, escola e enfermaria restritos aos Gavião.

Os Arara portanto não recebiam ajuda ou assistência na mesma proporção que os Gavião. Nos últimos anos, os Arara (muitos criados por brancos como empregados dos seringais) vem retomando gradativamente suas formas próprias de organização social. Os que foram criados fora reaprenderam a língua e os costumes tribais retomam sua força na vida diária. Isso se reflete na postura em relação ao mundo branco: tornam-se mais visíveis, conseguem se fazer ouvir. A FUNAI criou novo posto indígena, designando alguns funcionários para assistência exclusiva aos Arara. No entanto, o atendimento à saúde continua precário. Só no mês de janeiro de 1987, durante uma epidemia de sarampo, morreram 4 adultos e 2 crianças.

A situação da FUNAI, apesar de se constituir num fator positivo para uma maior proteção da área, tem se mostrado muito débil e ineficaz frente necessidades dos grupos. Sua linha de atuação indigenista de diversas maneiras tem interferido negativamente na dinâmica tribal como, por exemplo, no caso dos projetos econômicos que, por vários anos desrespeitaram as formas tradicionais de organização para o trabalho.

Com o objetivo de aumentar a área cultivada a FUNAI introduziu grandes roças coletivas ao redor do Posto Indígena Lourdes, promovendo uma maior concentração populacional nesta aldeia, o mesmo ocorrendo na aldeia Arara do igarapé Setembrino. Houve dificuldades em motivar os índios para o trabalho coletivo, já que para isso eram forçados a abandonar em parte suas roças familiares. Por outro lado, a terra só é fértil em manchas localizadas e intermitentes. O plantio numa extensa superfície continua deu pobres resultados apesar do aumento da área cultivada. A produção global caiu com o relativo abandono das roças familiares. A concentração populacional tornando a caça, a pesca e coleta mais difíceis provocou uma deterioração de suas condições de vida. Deteriorou-se também o relacionamento interno nos dois grupos: fora de suas formas tradicionais de cooperação no trabalho, distribuição e consumo dos alimentos, surgiram muitos desentendimentos por força da ausência de regras significativas para eles. As regras definidas externamente provocavam um deslocamento da capacidade de organização e decisão do grupo para a FUNAI, a qual se mostrava incapaz de motivá-los para o trabalho sem pagamento e/ou doação de comida. Enfim, a implantação de projetos econômicos ou outras formas de auxílio concebidas em desacordo com as formas de organização sócio-cultural dos grupos tribais (como costuma ocorrer em todas as áreas indígenas) promove a perda da autonomia tribal, sua maior dependência de ajuda externa, deteriora suas condições materiais de vida e gera conflitos a nível interno e externo.

No caso da área do Lourdes, a incapacidade da FUNAI em fazer frente aos problemas criados pela situação de contato (problemas de saúde, de defesa do território tribal, de deterioração das condições de vida, etc.) tem nos últimos anos impulsionado os índios a uma atuação, mais organizada na defesa de seus interesses e na explicitação de suas reivindicações, pressionando o órgão tutor de forma intensiva. Frente a isso, no entanto, as respostas institucionais, em que pese a dedicação de alguns funcionários locais, continuam sendo inadequadas: a direção do órgão tutor declara-se incapaz, alegando falta de recursos (apesar das verbas do POLONOROESTE) e incentivando os índios a explorarem comercialmente madeira e/ou minério de suas áreas tornando-os presas fáceis dos grupos econômicos que atuam na região.

7.2 OS GAVIÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS, ATIVIDADES ECONÔMICAS

Tradicionalmente os Gavião viviam dispersos por seu território em inúmeros pequenos aldeamentos, constituídos cada um por uma grande maloca, abrigando em média 50 pessoas. Cada família extensa formava uma unidade de produção e consumo (vide parte 2).

Segundo Lars Lavold: "A racionalidade econômica tradicional implica que moram dispersos e que mudam-se periodicamente. Assim evitam ficar competindo todos pela carne da mesma região, e assim asseguram que cada roça nova tem terra de escolha e está situada relativamente perto da aldeia. Asseguram portanto que as atividades

econômicas são produtivas no máximo pelo investimento mínimo de trabalho".

O casamento preferencial se dá entre primos cruzados, admitindo-se a poliginia. A norma residencial é virilocal e a chefia hereditária, de caráter não autoritário, apenas representativa. A intensa vida ritual confere grande importância aos xamãs, as pessoas mais influentes do grupo.

A atuação dos missionários da New Tribes, durante 17 anos na área, foi bastante deculturativa, parecia ter chegado a abalar os fundamentos da vida cultural Gavião. Traziam remédios contra as doenças desconhecidas pelos xamãs, ensinavam a ler a bíblia e a cantar hinos sacros em Tupi-Mondê. Vendiam produtos industrializados, tinham avião e rádio. A poliginia, a macaloba (bebida nativa fermentada) e uma série de rituais tradicionais foram proibidos, tornaram-se "pecado".

Em 1976 os missionários proibiram a realização de uma festa comemorativa do Dia do Índio. Com o apoio de um xamã, um jovem chefe rebelou-se e a festa foi realizada. Em 1981, com a iniciação do xamã Alamãh a tribo se reencontrou com a própria cultura e o descontentamento crescente com os missionários explodiu na exigência de sua retirada da área, realizada no mesmo ano. Ainda que no passado tenha existido vários "pastores" índios, hoje só uma família se mantém crente, sendo quase totalidade dos Gavião contrária à volta de quaisquer missionários na área.

7.2.1 Atividades Econômicas

Os Gavião vivem de agricultura itinerante, caça, pesca e coleta. Plantam macaxeira, milho, 3 tipos de cará, batata "inglesa", batata doce, feijão, banana, melancia, pimenta, inhame, algodão, arroz, fava, amendoim, taioba, mamão, abóbora, pipoca, soja, café, etc. Dispõem de caça ainda abundante como o porco do mato, caititú, veado (vermelho e cinza), paca, cotia, capivara, tatú (bolinha e canastra), quati (vermelho e mondê), anta, irara, macaco (prego, moro, quata, barrigudo e outros), ariranha, lontra, jacaré, tracajá, e pássaros como o mutum, mutum carijó, gavião (real, gaviãozinho, gavião comum), garça, biguá, mergulhão, japuira, pomba, tucano, tucaninho, arara (vermelha e amarela), papagaio, ararinha, jacamim, macuco, macuquinho, jacú, jacutinga, nambú, etc. No período da seca pescam com arco e flecha usando o timbô e outro cipô que, macerados e jogados na água, tonteiam os peixes dos igarapês. Usam também anzol e linha, tarrafa e rede, principalmente ao longo do rio Machado e nas proximidades da foz de seus afluentes. Desse modo pescam lambari, cará, piava, surubim, traíra, pacú piranha, tucunaré, jaú, matrinchã, cascudo, peixe-cachorro, peixe-agulha, arraia, etc. Além disso coletam inúmeros frutos silvestres, várias qualidades de mel e plantas medicinais.

Desde o contato praticavam a extração da borracha irregularmente. De uns 5 anos para cá a borracha vem se tornando cada vez mais

importante como fonte de renda monetária. Seu incremento aliado à procura de novos locais de roça, caça e coleta, na esteira dos fracassos das roças "coletivas" da FUNAI, convergiram na retomada de seu estilo tradicional de povoamento, espalhados por seu território.

Na aldeia principal/sede do Posto Indígena, foi aberta uma cantina controlada pelos índios, onde a borracha é estocada e trocada por mercadorias de fora, tais como: redes, lanternas, pilhas, velas, café, macarrão, sal, querosene, sandálias, cortes de tecido, etc. Posteriormente a borracha é transportada em lombo de burro (possuem 6) até o barracão existente na foz do igarapé Lourdes com o rio Ji-Paraná e, dali, levada de barco a motor para Ji-Paraná onde é comercializada. Em 1986 os Gavião produziram uma média de 2.500kg, de borracha por mes, na estação seca.

Neste mesmo ano havia cerca de 600 hectares de roça aberta ao redor da aldeia principal, além das roças das outras aldeias e nas colocações de seringa.

Ainda que tenham alguma renda monetária e pratiquem a agricultura, parte substancial de sua dieta alimentar provém da mata (caça, pesca e coleta) e, principalmente, dos cursos de água que cortam a reserva. A área é bastante seca e montanhosa, de forma que os igarapés que a recortam concentram os homens e a fauna, constituindo-se em pontos vitais de sua sobrevivência. Todos os anos nos meses da seca pescam, caçam e coletam intensivamente no igarapé Lourdes, no igarapé Água Azul, e principalmente ao longo das margens do rio Machado, onde se concentram também as seringueiras.

As atividades de derrubada e colheita são indissociáveis de festas rituais ou "festas de trabalho". Queimam e limpam as roças em setembro, plantam com as primeiras chuvas de outubro e novembro, colhem em abril e maio. De maio a outubro, aproveitam a estação seca para extrair seringa, atividade que se casa com a coleta e a caça. É a época em que se espalham mais pelo território, explorando-se, caçando e coletando. No auge da seca, entresafra da borracha, aproveitam para o desmate e queima das roças.

A importância dos cursos de água é também reafirmada no sistema mítico-religioso. Os GONJAN, "espíritos/seres" das águas, vivem em aldeias sob o leito dos rios. Somente no igarapé Lourdes vivem 3 grupos diferentes de GONJAN-EI (plural) nas proximidades da aldeia principal. São eles que controlam os raios, tempestades e trovões, tendo influência decisiva na lavoura. No seu ritual mais importante, a festa do milho verde (janeiro/fevereiro), ninguém pode sequer experimentar o milho até que ele tenha sido primeiro oferecido aos GONJAN durante os ritos.

Os locais de aldeias antigas e atuais são considerados sagrados, já que tradicionalmente enterram seus mortos dentro das casas. Aldeias atuais ou "abandonadas" são também cemitérios. Somente na aldeia principal/Posto da FUNAI é que esse costume não é seguido,

havendo um cemitério separado, localizado numa faixa de terra, quase uma ilha, entre o igarapé Lourdes e o igarapé Orquidêa.

7.3 OS ARARA: CARACTERÍSTICAS GERAIS, ATIVIDADES ECONÔMICAS

De maneira geral seu modo de vida atual assemelha-se ao dos Gavião. Porém há diferenças significativas que, para serem melhor detectadas e avaliadas, demandam um aprofundamento de pesquisa.

Sua forma tradicional de aldeamento diferia dos Tupi-Mondê: suas aldeias eram grandes, abrigando mais de 100 pessoas cada uma e a tribo era bem mais numerosa que os Gavião. Praticamente destruídos na época do contato, pelos brancos e pelos Gavião, apresentam-se hoje, aparentemente, com características mais semelhantes às do caboclo regional. Alguns dos homens que voltaram há pouco dos seringais (1982) falam bem o português, conhecendo bastante a vida civilizada. No entanto, nas aldeias a língua falada é a nativa e as mulheres falam muito mal o português.

Não tem mais malocas (os Gavião ainda mantêm algumas, mormente nas aldeias mais distantes do Posto da FUNAI) (Foto 30) e cada família nuclear mora numa casa de palha, no estilo regional, construída sobre estacas ou direito no chão. Assim como as casas dos Gavião, apresentam divisória interna, de palha trançada, e muitas vezes, nos fundos, uma "casinha" separada faz as vezes de cozinha.

Parecem ser também melhores agricultores, tendo boas roças ao redor das aldeias e das colocações de seringa. A caça é escassa na sua parte da área, mas criam galinhas e porcos, remediando em parte o desaparecimento dos animais da mata, devastada pelos invasores.

Os sinais de grande invasão que se prolongou até 1985 são visíveis. Da aldeia Nova (a 500 metros do Prainha, próximo ao rio Machado) até a aldeia Central vai-se pela estrada velha da fazenda Castanhal, a principal rota de invasão. Estrada limpa para caminhadas mas fechada para veículos devido às inúmeras árvores caídas atravessadas no caminho. Serpenteia entre serras (não muito altas) e em todo o trajeto (cerca de 30 km) notam-se as capoeiras (restos das derrubadas dos brancos) e a falta de árvores de porte, como cerejeira, mogno, castanheira, etc., derrubadas e vendidas pelas madeireiras que atuaram na área. A invasão chegou até as cercanias da aldeia velha/antigo posto da FUNAI, ocupando cerca de 60 mil hectares.

Como já foi relatado anteriormente, as Arara tiveram pouca ou, em algumas fases, nenhuma assistência da FUNAI até 1981 quando foi designado pela primeira vez um funcionário para a aldeia do igarapé Setembrino. Largados à própria sorte depois do estímulo inicial para abandonarem os seringais e voltarem à área, os Arara reorganizaram-se novamente como tribo, recuperando em grande medida suas tradições tribais. A pajelança (assim como entre os Gavião) voltou a ser importante, havendo pelo menos 5 xamãs entre eles. Levantaram aldeias, fizeram roças e passaram a extrair borracha.

Plantam as mesmas coisas que os Gavião e, como eles, dedicam-se bastante à pesca (sua maior fonte de proteínas) e coleta na época da seca. O sistema de roças baseia-se no parentesco e boa parte dos homens formam um núcleo de irmãos classificatórios e/ou biológicos que se ajudam nessas atividades.

Tecem redes e as mulheres sabem costurar e fazer roupas à mão. Porém quase não vendem artesanato (assim como os Gavião) e sua única fonte de renda monetária, através da qual adquirem inúmeros produtos do mercado regional, provém da borracha. Esta é comercializada pela FUNAI que lhes paga em mercadorias (tecidos, sal, açúcar, querosene, arroz, café, fósforo, sabão, etc.) e quando "sobra" lhes paga em dinheiro. Com o dinheiro da venda de borracha compraram (através da FUNAI) tres burros para ajudar no transporte da mesma. Levam-na até o rio Machado, de onde é transportada de barco a Ji-Paraná e lá comercializada.

As invasões que nos últimos anos tem se processado na reserva, ocorrem sempre na área ocupada pelos Arara, através principalmente da estrada da fazenda Castanhal e dos prolongamentos indevidos das linhas do INCRA. Com isso, em que pese o esforço dos índios, em parte bem sucedido, de recuperação da situação de penúria a que foram levados, os Arara vivem uma fase das mais difíceis. Seu território, já extremamente diminuído, mingou ainda mais com a expansão dos Gavião para as margens do Prainha. A parte que lhes restou, além de pequena, é a mais devastada. Pelo menos nos últimos 8 anos tem sido impedidos de realizar a contento as atividades que compõem seu ciclo de subsistência, em função das ameaças a seu território. Tiveram que modificar até o local de aldeamentos para garantir esse mínimo espaço, parte deles mudando-se, sem o preparo anterior de roças, para a nova aldeia no Prainha, perto do Machado. Seus moradores dependem hoje em dia da FUNAI e de moradores de outras aldeias para o fornecimento de parte do alimento que consomem.

7.4 O PROBLEMA DA TERRA

As pressões sobre o território da Área Indígena Igarapé Lourdes, principalmente após os anos 70 com a aceleração da colonização em Rondônia, cresceram consideravelmente forçando-se a uma ininterrupta luta pela manutenção de seu espaço vital.

Na área demarcada enfrentaram por muitos anos as tentativas de ocupação por parte do seringal da Dona Miúda ou do Firmino, às margens do rio Machado, conseguindo sua retirada definitiva em 1982.

Em 1975 um prefeito de Ji-Paraná loteou as terras já interditadas aos índios, oferecendo-se por Cr\$ 10.000,00 o lote. Construiu uma estrada cortando a área pelo meio, servindo para passagem de gado das fazendas que se instalaram a leste, como a Castanhal e outras. Em 1982 o então delegado da FUNAI em Rondônia, Apoena Meirelles, conseguiu uma modificação no traçado da estrada, sem no entanto, retirá-la totalmente da área. Seu traçado atual passa pela parte

sul da reserva, num trecho de 16 km, sendo a principal via de acesso aos invasores que passaram a crescer em número, chegando em 1983 a ocupar e desmatar parcialmente cerca de 60 mil hectares da área indígena.

Essa situação crítica ganhou as manchetes dos jornais quando, em 1984, os índios fizeram 16 prisioneiros, liberando-os somente após difíceis entendimentos. A FUNAI entrou na justiça e a 18/12/84 foi expedido mandato de reintegração de posse aos índios. O cumprimento desse mandato envolveu longas negociações com os invasores, Sindicato Rural de Ji-Paraná, com o INCRA, com o MEAF, MINTER, Ministério da Justiça, FUNAI e os Gavião e Arara, culminando com a retirada total dos colonos em abril de 1985. Muitas das cerca de 500 pessoas que se encontravam na área indígena estavam em lotes concedidos oficialmente pelo INCRA, no prolongamento das linhas 74, 78, 80, 82, e 86. Prolongamentos de mão-fê foram realizados nas linhas 70, 72, 74, 76, 78, 80, 84 e 86 onde se demarcaram lotes por conta própria negociando-os com terceiros. A estimativa foi de 70% de colonos com algumas benfeitorias e 30% de especuladores, como foi o caso dos proprietários das seguintes empresas de Ji-Paraná: Cerealista Santo Antonio, Impal-Peças, Farmácias Rocha, dos fazendeiros Nelson Gregório, Mário Piloto, Madeireira Malaquias, Fazenda Triangulina e do administrador do núcleo urbano Nova Colina, Sr Euzino Caetano Andrade, conhecido pela alcunha de "Mineirinho".

Dos colonos retirados da área indígena, parte foi reassentada no PA Machadinho, outros aguardavam solução para seu caso. Os diversos órgãos públicos envolvidos na questão não chegavam a um acordo acerca das responsabilidades e da possível contribuição de cada um para a solução do problema representado pelos colonos despejados. Somente em março de 1986 (um ano depois), em reunião em Brasília com a participação de representantes da FUNAI, SEPLAN, MIRAD, INCRA e POLONORDESTE chegou-se a uma sistemática conjunta para o levantamento da situação, prevendo-se inclusive a fonte de verbas para as necessárias indenizações.

Porém, a morosidade da resposta governamental foi novamente suplantada pela dinâmica social. Políticos (e empresários) locais, aproveitando-se do descontentamento dos colonos e da ganância de especuladores, passaram a incentivar nova invasão da área indígena. No mês de abril de 1986 as invasões recomeçaram, no prolongamento das linhas 86, 82, e 78.

Durante visita do consultor na área, em agosto de 1986, a situação estava bastante tensa. Segundo levantamento da polícia militar o número de invasores chegava a 100. Grupos de 20 a 30 homens armados passaram a expulsar os índios de suas casas. A FUNAI havia entrado na justiça e o Juiz já havia oficiado a polícia militar para retirar os invasores. Porém, a ação policial dependia de verba da FUNAI (que não a tinha), para pagamento de transporte, alimentação e diária para os participantes da operação. Esperava-se que a verba viesse da sede central da FUNAI em Brasília. A Delegacia da FUNAI de Rondônia quase não se conseguia mais conter os índios, que queriam reagir. Os funcionários da FUNAI na área, sob a proteção

simbólica de apenas 2 policiais militares ameaçados de expulsão e violências físicas, esperavam nervosos a sempre adiada intervenção policial. A situação caminhava rapidamente para um confronto armado de conseqüências graves. Até que, no início do mês de setembro um contingente de 70 policiais militares retirou por fim os invasores da área, sem no entanto, eliminar o problema. Que é mais geral, característico do Estado como um todo, o do assentamento dos crescentes "sem terra" numa região de enormes latifúndios improdutivos. Além da mentalidade reinante nos administradores e políticos regionais, com perspectivas de ascensão social, exemplificada no depoimento colhido, em março de 1987, junto ao Sr Euzino ("Mineirinho"), administrador de Nova Colina:

"...É, a vila está muito parada, nós estamos precisando de energia e, além do mais, a posição da FUNAI em expulsar os posseiros da área atrapalhou bastante, pois não temos mais para onde expandir (sic.). Mas agora, com a Constituinte, nós vamos ver se dá pra levantar esta questão. E uma área muito grande e tem muito pouco índio, mas até agora é só plano, vamo ver..." (Coletado por João Lobato, Op. cit. pág. 39).

Outra fonte de problemas na área é o roubo de madeira, realizado nos prolongamentos das linhas do INCRA e pelas estradas velha e nova da Fazenda Castanhal. Segundo informações do Conselho Indigenista Missionário de Rondônia, em 1984 a madeireira do Sr Malaquias tirava 4 caminhões diários de madeira da área. Esse Sr. Malaquias era muito citado pelos colonos, nas invasões de 1986, como um dos que mais os apoiavam em seus "direitos", tendo sido candidatado a deputado estadual nas eleições que se realizavam naquele ano. Em 1986 a madeireira Drupã começou a abrir uma estrada seguindo o limite leste (divisa dos Estados de Rondônia e Mato Grosso) da área. Segundo denúncia dos índios, seus empregados estavam tirando madeira da reserva. Advertidos pelos Gavião reconheceram seu "engano" e retiraram-se. Com a madeira, naturalmente.

Outras ameaças pesam sobre o que resta do território tribal. Diversas invasões por garimpeiros já se verificaram, a mais importante foi uma lavra aberta no sul da área, sem maiores resultados. Foi detectada também uma reserva de manganês na Serra da Providência que, segundo parecer técnico, não era rentável, no momento. Existem ainda alguns alvarás para pesquisas minerais concedidos ao Conselho de Pesquisas de Recursos Minerais, à BRASCAN e à empresa Potiguara.

Por fim, a questão da barragem. Em julho de 1984 uma equipe da ELETRONORTE esteve na área realizando estudos para a barragem do rio Ji-Paraná. Colocaram marcos metálicos nas aldeias, na Serra da Providência e nas margens do rio Machado, para "levantamento aereo fotogramétrico". A futura barragem inquietou os índios já que, segundo funcionários da ELETRONORTE, ela inundaria grande parte da reserva se fosse construída. Posteriormente os índios arrancaram os marcos do local, colocando-se frontalmente contra a construção de uma barragem a qual, nesse contexto, soma-se às crescentes e inúmeras ameaças a seu território.

8 A USINA HIDRELETRICA DE JI-PARANA

8.1 CARACTERISTICAS GERAIS

A UHE Ji-Paraná fará parte do Sistema Interligando Sudeste/Centro-Oeste/Sul, como uma das 34 usinas hidrelétricas do Plano de Recuperação do Setor Hidrelétrico, constantes no Plano 2000 (elaborado pela ELETROBRAS em 1982), com o início das obras previstas até 1989, período de aplicação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República.

No INVENTARIO HIDRELETRICO DA BACIA DO RIO JI-PARANA (CNEC, 1985) são analisadas algumas alternativas de localização dos barramentos, definindo-se pelo denominado trecho 2. Nele analisam-se 3 alternativas de divisão de queda, escolhendo-se a alternativa 1 como a melhor delas. Esta é composta pelos barramento JP-04, com a capacidade de geração de 333MW e o barramento JP-14, capacidade de 240MW, totalizando 573MW.

O perímetro dos reservatórios atingirá cerca de 2.200km, inundando uma área de aproximadamente 1.510km², sendo 1451km² de área florestal.

Um empreendimento de tal porte acarretará mudanças consideráveis na região, afetando fortemente o meio ambiente e provocando repercussões a nível social.

Para permitir uma avaliação correta dos impactos que ocorrerão na área indígena, é mister que tentemos descrever e analisar os efeitos abrangentes do empreendimento em questão na região em que a área indígena se encontra encravada.

Portanto, nos próximos itens tentaremos caracterizar, com base em dados constantes no inventário realizado pelo CNEC em 1985 e a partir de reuniões para troca de informação com os consultores de outras áreas, os impactos regionais no que se refere à questão fundiária e ambiental. É necessário esclarecer, entretanto, que tais dados não são conclusivos, mas em muitos casos apenas estimativos, sujeitos ainda a mensurações e avaliações mais exatas a serem efetuadas nos estudos ainda em andamento.

8.2 IMPACTOS REGIONAIS

A área do reservatório atingirá cerca de 1.900 lotes rurais de projetos oficiais de colonização do INCRA, abrangendo cerca de 1.600 famílias.

Serão afetados também a população de 77.450ha de lotes compostos por títulos nominais, a da rede urbana tradicional ao longo do rio Ji-Paraná (como a Vila de Tabajara com 209 habitantes) e cerca de

trinta famílias ribeirinhas. Ocorrerá impacto ainda, na população da cidade Ji-Paraná que habita os bairros beira-rio. Isso implicará no reassentamento e ou indenização de uma população (estimada em 1987) de cerca de 9.600 pessoas.

Quanto ao meio ambiente se prevê o rompimento das cadeias tróficas referentes à fauna terrestre e alada; o aumento de pragas agrícolas; deterioração ecológica e na qualidade das águas; perturbações no processo migratório dos peixes.

Em relação à saúde se espera um aumento significativo da malária, proliferação e aumento das doenças exógenas pelo crescimento considerável do contingente humano na execução das obras. As doenças de circulação hídrica serão grandemente favorecidas.

As áreas de conservação serão atingidas: a Reserva Biológica do Jarú será inundada em cerca de 4.074ha, e a Área Indígena Igarapé Lourdes em cerca de 11.000 hectares. E de se supor, no entanto, que a área atingida será bem maior que a área inundada, em função dos efeitos multiplicadores que a devastação ambiental da área do reservatório pode desencadear no meio ambiente circundante.

No INVENTARIO HIDRELETRICO DA BACIA DO RIO JI-PARANA (CNEC, 1985), pode-se encontrar algumas indicações a esse propósito, tais como, entre outras:

"A foto interpretação geológica e o mapeamento de campo permitiram a identificação de extensas e espessas coberturas de solos e rochas pouco consolidadas, distribuídas praticamente por toda a área abrangida pelo trecho 2 da bacia do Ji-Paraná. Este fato, associado ao intenso e desordenado desmatamento provocado pela ocupação humana e ao clima de monções existente na região, pode constituir um quadro perfeito para o desenvolvimento de intensa erosão e conseqüente assoreamento dos futuros lagos".

"A análise das 3 alternativas de divisão de queda não indica que o fenômeno possa penalizar diferencialmente uma das outras, uma vez que os solos e as formações superficiais se distribuem em praticamente toda a área". (Op. cit., pág. 5-113).

"A simples criação de um reservatório provoca modificações do nível do lençol freático. Estas modificações ainda podem ser significativas pelo deplecionamento ou enchimento do reservatório ao longo do ano, quando de sua operação, causando problemas na estabilidade dos taludes periodicamente imersos, nas fundações das edificações mesmo fora das áreas desapropriadas (grifo nosso), nos poços de abastecimento de água, nas fossas de coleta de esgotos, nas áreas agrícolas ribeirinhas e na vegetação natural remanescente". (pág. 5-41).

Quanto à mudança do regime do rio, além de impedir a migração dos peixes, provoca a eliminação das várzeas inundadas, que constituem ambiente estrutural específico, ao qual estão estreitamente adaptadas numerosas espécies de peixes, aves e mamíferos. Estas espécies são tão importantes na cadeia trófica que qualquer

pertubação na sua demografia, além do efeito intrínseco, deve fatalmente repercutir sobre todo o ecossistema.

"Sendo o controle do regime do rio essencial à operação da hidrelétrica, não há medida conservacionista ou mitigadora que se possa propor. Toda a fauna ligada à dinâmica das várzeas deve ser contabilizada como perda". (pág. 5.77).

De positivo, se vistos isoladamente, pode-se esperar um aumento da oferta de energia elétrica, transporte, comunicações, serviços de educação, saúde, saneamento e habitação derivados da infraestrutura a ser criada para a construção da barragem. Conta-se com a geração de cerca de 3.000 empregos ligados à obra e cerca de 4.000 ligados a serviços de apoio. Espera-se também um aumento da demanda, para os parceiros assentados, quanto ao abastecimento alimentar da população direta e indiretamente ligada à obra.

Porém, no que se refere às populações indígenas, as consequências deverão ser extremamente desastrosas, como tentaremos descrever no item seguinte.

9 JP-14: MEIO-AMBIENTE E TERRITÓRIO INDÍGENA

A área indígena Lourdes, atual território dos grupos tribais ARARA e GAVIÃO, limita-se a oeste com o rio Machado ou Ji-Paraná, ao norte com o igarapé Água Azul e uma linha seca que partindo de sua cabeceira alcança a divisa de Rondônia com o Estado de Mato Grosso, a qual constitui seu limite oeste. Ao sul limita-se com o igarapé Prainha. Estes igarapês, mais o igarapé Setembrino, o igarapé Lourdes e alguns ribeirões menores tem suas cabeceiras nas proximidades da Serra da Providência, desaguando no rio Machado.

A área do reservatório incidirá sobre a parte do território indígena situado ao longo do rio Machado, extendendo-se até meia altura entre a foz e a cabeceira destes igarapês. (Figura 4)

9.1 CICLO DE SUBSISTÊNCIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS

O ciclo de subsistência indígena é extremamente dependente da cadeia trófica estabelecida entre o tipo de vegetação (sub-bosque adaptado ao regime das cheias e vazantes) e as várias espécies de animais aquáticos, alados e terrestres cujo ciclo vital encontra-se indissolavelmente interligado.

Os índios sobrevivem de roças "de tóco", nas proximidades das aldeias e, em grande parte, da caça, pesca e coleta, atividades realizadas em sua plenitude na época da seca, quando baixam as águas. E quando (entre os meses de maio a outubro) se formam as praias e os quelônios desovam; formam-se os barreiros onde os animais de porte são caçados; os peixes depois da desova voltam a ocupar os leitos dos rios; é o tempo da maturação de inúmeras frutas que alimentam os homens, atraem as araras e outros pássaros, engordam os macacos e os veados; é o tempo do mel. É melhor época para a extração da seringa, da coleta de castanhas.

Todas essas atividades, estreitamente ligadas aos ciclos naturais e ao regime dos rios, constituem o núcleo da economia e da vida social tribal: através delas se alimentam e reproduzem sua estrutura social e sua cultura.

O padrão de povoamento acompanha seu ciclo de subsistência. Mais concentrado nas aldeias na estação das chuvas e espalhado por núcleos familiares na seca, quando ocupam suas colocações da seringa/aldeia sazonal, onde tem pequenas roças e otimizam o acesso aos recursos naturais através da caça, pesca, extração de borracha (principal fonte de renda monetária) e coleta generalizada.

As aldeias são sempre construídas em pequenas elevações nas proximidades dos córregos. As roças em volta são mudadas de lugar em média a cada 4 anos quando decresce a fertilidade do solo, dependente na Amazônia do húmus produzido pela matéria orgânica

depositada pela floresta. Dentro de pouco anos a mata se refaz e com ela a fertilidade do solo.

A área é pontilhada por pequenas elevações (serrinhas) e atravessada pela Serra da Providência, locais de baixa fertilidade. Nas baixadas existem terrenos pantanosos, em função de lençóis freáticos. Por outro lado, nas cheias, boa parte das terras é inundada pelo alargamento dos rios e pelo aparecimento de uma rede de pequenos riachos que cruzam as baixadas entre os córregos existentes na área.

Assim, os locais adequados para aldeias e roças são limitados, devendo ser escolhidos com bastante discernimento.

A maior parte das espécies vegetais e animais que constituem os recursos de subsistência dos índios concentram-se nas matas ao longo dos cursos de água.

As espécies vegetais (das quais inúmeros animais dependem) são em grande parte aluviais, não encontradas no centro da área. Mesmo as espécies arbóreas sofreram uma adaptação ao regime das cheias e vazantes. A reprodução e expansão da vegetação se dá pela disseminação de sementes feitas pela correnteza do rio e pelos animais.

Segundo os especialistas consultados, as possibilidades de se refazer esse meio ambiente na beira do reservatório são, praticamente, nulas. Viveiros de espécies vegetais para serem replantadas após o enchimento poderiam ser tentados, mas só numa escala muito reduzida e experimental. Em tese, com esforço deliberado, se poderia tentar refazer o meio ambiente, porém num prazo longo, que se contaria por gerações. Não há até hoje experiência positiva nesse sentido na região amazônica.

9.2 ÁREA INDÍGENA: IMPACTOS DIRETOS

Os impactos sobre a área indígena, além da diminuição prevista do território por força do perímetro do reservatório, se darão fundamentalmente pela deterioração das condições ambientais, das quais, como vimos, se encontram extremamente dependentes, tendo desenvolvido ao longo dos séculos um modo de vida intimamente imbricado e adaptado à especificidade do ecossistema da região. Passa-se portanto a descrever o que se prevê, segundo os especialistas consultados, em relação à fauna, flora e qualidade das águas, explicitando ao mesmo tempo os impactos esperados sobre o modo de vida indígena.

A previsão é de que grande parte das espécies animais (aquáticas, terrestres e aladas) dependentes desse tipo de vegetação vão desaparecer; as águas se estabilizarão passando a correr muito mais lentamente, inviabilizando a disseminação de sementes e a expansão da vegetação.

Quanto á fauna terrestre:

- A população local de certos animais "especialistas" poderá ser extinta.
- Os ambientes não inundados serão superpopulados com a concentração de animais em fuga da represa. Na competição subsequente haverá diminuição do número das espécies, desaparecendo primeiro os que necessitam de grandes áreas para viver, como os grandes predadores (onça, gavião real, etc.), e depois as espécies em outros níveis da cadeia trófica. Não basta sobreviver: é necessária a sobrevivência de um número suficiente para permitir a troca genética para que não haja o enfraquecimento e desaparecimento da espécie.
- Na ausência de carnívoros haverá inicialmente a reprodução mais rápida de certas espécies em detrimento de outras, provocando empobrecimento da fauna sobrevivente.
- As espécies terrestres migratórias serão prejudicadas (impedimento ou dificuldade para migrar) em função do parcelamento das áreas.
- As espécies dependentes de áreas florestadas pouco perturbadas poderão desaparecer. É o caso das várias espécies de macacos, anta, onças, tatu canastra, etc., e de diversas aves como o mutum, jacamim, jacu, jacutinga, macuco, macuquinho, gavião real, etc.

Quanto á fauna aquática:

- A mudança no regime dos rios afetará sua sobrevivência, interferindo no ciclo reprodutivo e alimentar. No caso dos peixes interferirá nos estímulos migratórios inviabilizando a reprodução, e na alimentação já que estes, ao migrar para a desova, se alimentam nas florestas inundadas. Aduzindo-se a deterioração da qualidade da água, prevê-se que inicialmente diminuirá a diversidade das espécies e as espécies carnívoras proliferarão rapidamente. Porém, na seqüência da transformação ambiental essas também desaparecerão.
- A perda da vegetação periodicamente inundada poderá ter como consequência a extinção de peixes, aves e mamíferos adaptados a esse ambiente, repercutindo em todo o ecossistema.
- O desaparecimento das corredeiras, cujo alto teor de oxigenação sustenta uma flora e fauna de insetos, utilizados por peixes, aves e mamíferos também repercutirá gravemente sobre o ecossistema.
- Haverá além disso, perda de margens pantanosas utilizadas por jacarés e de praias fundamentais para a reprodução de quelônios, jacarés e algumas aves.

As tentativas de repovoamento com outras espécies de peixes pretensamente mais adaptáveis tem tido resultados muito limitados. O que costuma ocorrer é a necessidade anual de repovoamento pois os peixes resistem pouco, não conseguindo manter uma população estável.

O resgate de animais, por sua vez, parece ter apenas efeito publicitário. Coloca animais já enfraquecidos e doentes num habitat que não é o deles, para competir com os animais "donos" da área e a ela bem adaptados. Em geral os animais resgatados morrem fora de seu território e disseminam doenças nos novos locais.

Quanto à qualidade da água as perspectivas não são melhores:

- Logo após o enchimento do reservatório (no caso do barramento JP-14 levará 5 meses para se completar) inicia-se a decomposição da matéria orgânica (mata) ensejando a anaerobiose (consumo de oxigênio), em grande parte do volume do reservatório e produzindo gás sulfúrico e metano, eliminando a vida aquática nessas regiões afetadas.
- Ocorrerá também a liberação de nutrientes (nitrogênio e fósforo) causando o enriquecimento das camadas superiores e com isso a proliferação de algas e plantas aquáticas, algumas das quais excretam substâncias tóxicas.
- Está prevista a proliferação de vetores de doenças expandindo-se a esquistossomose, a malária, a leishmaniose, e enfermidades de veiculação hídrica.
- A jusante da barragem, por sua vez, a água também apresentará qualidade imprópria por vários quilômetros de distância.

Os estudos que permitem o cálculo do tamanho do reservatório só estão em parte concluídos e a projeção da área alagada tem se modificado um pouco à medida em que estes caminham, podendo-se supor que ainda possa ocorrer um aumento na previsão da área atingida pelo lago. Porém, na hipótese de que os cálculos não modifiquem a previsão atual, as principais aldeias dos Gavião e dos Arara (no igarapé Lourdes e Prainha respectivamente) poderão ser inundadas, assim como as roças mais importantes, boa parte das colocações de seringa, seringais e castanhais, situados principalmente ao longo dos cursos fluviais. Mais do que isso, o nicho ecológico como um todo será profundamente afetado pelo rompimento de cadeia trófica, com sérias consequências para estes povos.

Além dos danos econômicos e espirituais causados pela inundação de suas aldeias principais (cemitério, local sagrado) e várias colocações de seringa, a deterioração do meio ecológico e da qualidade das águas poderá ser fatal para sua sobrevivência. Acresça-se a isso o previsto aumento das pragas agrícolas e das doenças e pode-se esperar o rompimento das possibilidades de reprodução de seu modo de vida. Não se trata apenas do fornecimento alimentar que se verá prejudicado, mas de toda uma estrutura sócio-

cultural que entrará em crise pela impossibilidade de execução de suas práticas sociais.

Há que se levar em conta ainda a ligação mítico-religiosa que os índios mantêm com os cursos de água, habitat dos GONJAN (entre os Gavião). A deterioração do meio ecológico encontrará sua significação plena tendo por referência seu mundo simbólico, sendo difícil prever seus efeitos a nível do comportamento futuro dos índios.

As repercussões sobre a vida indígena poderão ser terríveis, como se pode facilmente deduzir. Frente a esse quadro é lícito supor que perderão muito mais do que os previstos onze mil hectares a serem inundados.

Com base nos dados levantados pode-se estimar que toda a área da reserva compreendida entre o rio Machado até a altura em que as margens do reservatório se expandem pelos seus afluentes, se verá fortemente afetada como fonte de satisfação das necessidades de sobrevivência dos Gavião e dos Arara. (Figura 4)

Na época das chuvas, além dos igarapés permanentes, brotam inúmeros cursos de água de duração sazonal. As áreas baixas se tornam em grande medida pantanosas por efeito da expansão dos lençóis freáticos. Pode-se supor que esses efeitos sazonais serão amplificados de forma permanente com o barramento. Dessa maneira, além da devastação dos recursos naturais (água, flora e fauna) indispensáveis ao ciclo de subsistência indígena e à sua reprodução sócio-cultural, a maior parte da área (divisor de águas entre os igarapés) que escapar à inundação se constituirá de "ilhas" isoladas, cercadas de águas pútridas, sem vida animal.

Perderão a possibilidade de usufruto de toda a área ligada à bacia do rio Machado, em função das alterações no meio ambiente e na qualidade das águas. Se verão impossibilitados de continuar apenas na área próxima às margens do reservatório (a qual também se verá prejudicada) devendo se retirar para as áreas contíguas à Serra da Providência, região manifestamente mais pobre em termos de cursos fluviais, fauna e terras férteis.

Esses impactos se agravam no caso dos Arara. Estes estão, de um lado, espremidos e ameaçados pelos projetos de colonização que já alcançaram o igarapé Prainha que tentam repetidamente avançar reserva adentro. De outro lado, os Gavião, desligados de seu território tradicional anteriormente ligado aos Zorò, ocupam gradativamente a parte remanescente dos Arara. Seu território de ocupação real ficou restrito à área próxima ao rio Machado, no triângulo formado com o igarapé Prainha.

Com a barragem JP-14 essa área remanescente, já parcialmente desmatada, será inundada na sua maior parte, criando dificuldades praticamente intransponíveis para a reprodução da vida social dos Arara. Os impactos diretos sobre a área indígena afetam gravemente os dois grupos tribais e, no caso dos Arara, seus efeitos serão extremamente desastrosos, para sua sobrevivência.

9.3. AREA INDIGENA: IMPACTOS INDIRETOS

Ainda que haja a perspectiva da criação de 3 mil empregos diretos e 4 mil indiretos, esses números são irrisórios frente ao deslocamento da população atingida pelo reservatório e pelas mudanças ambientais. Esse fator aliado à valorização da terra e especulação imobiliária que se seguirão e ao sempre crescente fluxo migratório para Rondônia, desaguarão num aumento substancial da pressão sobre o território indígena. Todos os problemas com relação à terra já assinalados neste relatório serão agudizados, agravando o quadro cáótico já existente.

O lago do reservatório, se por um lado poderá facilitar a locomoção e o transporte entre a área indígena e a cidade de Ji-Paraná, por outro lado poderá se constituir num canal aberto para novas invasões. Vale lembrar que as dificuldades de navegação no rio Machado tem se constituído até hoje a melhor defesa contra invasões. Estas de processaram sempre através da estrada aberta pelas fazendas.

Dessa forma, do ponto de vista dos interesses e necessidades indígenas, nem mesmo o que é considerado como "impacto positivo" para a região lhes poderá trazer benefícios que suplantam minimamente os graves prejuízos que sofrerão. Na situação de tensão que vivem permanentemente face às ameaças e pressões sobre o que restou de suas terras originais, os índios recusam-se sequer a pensar na possibilidade de aceitação da construção da barragem.

10 A POSIÇÃO DOS GAVIÃO E ARARA FRENTE A BARRAGEM

No início do trabalho de campo em julho de 1987, o consultor foi bem recebido pelos índios. Mas vinha também bem recomendado por pessoas que eles conheciam e tinham confiança. Na relação sempre foi franca. De cara expuseram o que pensavam da planejada construção da barragem, contando também como haviam destruído os maços metálicos colocados pela ELETRONORTE. O consultor expôs a eles as informações que tinha sobre a área do reservatório, os prazos para a construção da barragem e transmitiu o pedido do CNEC para a entrada na área de uma equipe de topografia para que os cálculos da área de inundação fossem mais exatos e se pudesse determinar a melhor cota para o reservatório.

No entanto, negaram-se terminantemente a permitir a entrada na área de qualquer equipe do CNEC ou da ELETRONORTE já que, como enfatizaram, esses estudos seriam inúteis, pois os índios não iriam permitir a construção da barragem.

Permitiram as entradas do consultor para que pudesse testemunhar que a área era ocupada por eles, que sempre havia sido, para ver e saber como eles seriam prejudicados e, finalmente, para transmitir tudo isso aos construtores da barragem.

Na seqüência da pesquisa antropológica foram estabelecidas boas relações tanto com os Gavião quanto com os Arara. Entretanto, mesmo assim, na última viagem à região, negavam-se até mesmo a permitir que a equipe atravessasse a área através da estrada da Fazenda Castanhal, para onde se dirigia.

O consultor não havia ido só como das outras vezes, estando acompanhado por equipe e com carro do CNEC. Além disso, estavam em pé de guerra com a administração da FUNAI, planejando invadir a sede de Riozinho, ao mesmo tempo que a invasão da área Zorò se ampliava pedindo a intervenção dos aliados Gavião. E por fim, segundo o cacique Catarino Sebirop, o consultor já sabia o bastante para fazer o trabalho, já tinha o suficiente para contar para a ELETRONORTE e, como já havia dito, não permitiria mais nenhum levantamento na área. Esclareceu que a amizade com o Consultor continuava mas que, quando ele viesse com equipe de levantamento não podia entrar na área. A explicação de que a equipe realizava levantamento na área contígua à reserva, pretendendo apenas atravessá-la pelo único caminho existente, pareceu não convencê-lo naquele momento de irritação.

Porém, no dia seguinte quando o consultor foi procurá-lo na Casa do Índio para se despedir, tinha saído mas deixado recado: a equipe podia atravessar a área pela estrada, fazer o último levantamento necessário. Daqui para a frente, para começar a conversar a respeito da barragem, queria ter um advogado de confiança deles (o que tinham era da FUNAI, não deles) e um consultor próprio, indicando o antropólogo Lars Loevold para isso (viveu dois anos entre os Gavião e Zorò, até 1981).

Em relação aos Arara, repetiu-se a mesma postura, com nuances mais dramáticas, por estarem mais concentrados e restritos a uma área pequena, praticamente toda ela afetada pelo reservatório.

11 AVALIAÇÃO DA CONSULTORIA ANTROPOLOGICA

Face à situação descrita neste relatório, fica claro ser impossível discutir as conseqüências do barramento JP-14 sobre os grupos Gavião e Arara em separado das frentes colonizatórias que atingem os grupos Tupi Mondê e outros, ainda mal identificados, habitantes dessa região. Ademais, não estão claras as conseqüências das obras que se seguirão a este barramento (como o JP-04) e do restante do complexo hidrelétrico planejado para a região (barragens planejadas para os rios Aripuanã e Roosevelt entre outras) que sem dúvida atingirão outras áreas indígenas (Cinta-Larga, Tenharim, e possivelmente alguns grupos isolados, ainda desconhecidos) e não indígenas, multiplicando os impactos já detectados no caso da JP-14.

Além disso, não se trata apenas de detectar os efeitos mais visíveis sobre a fração da área indígena do Lourdes inundada e sobre a fração fortemente afetada. O processo global de deslocamento populacional, de valorização da terra, de deterioração dos recursos naturais e das condições gerais de vida, desencadeia impactos perversos muito mais abrangentes, atingindo todo o universo indígena regional. Dessa forma seria impropriedade tentar resolver isoladamente a situação dos Gavião e Arara, ignorando-se a cadeia de efeitos indiretos que afeta o relacionamento dos diversos grupos tribais entre si e suas condições de vida.

Mais ainda, é impossível se pensar em empreendimentos hidrelétricos que atinjam áreas indígenas sem discutir certas características da política indigenista oficial. É sabido que a atual linha da FUNAI visa a "rentabilização" das áreas indígenas. O modo como isso tem sido feito e/ou permitido na região, leva a supor que os índios não terão seus recursos naturais protegidos e sua exploração (minério, madeira, etc) poderá não ser direcionado de forma a resguardar seus interesses.

E o que em parte já vem acontecendo com os contratos para exploração da madeira na região Tupi-Mondê e com a mineração no território Cinta-Larga, entre outras ocorrências.

Se o barramento JP-14 impossibilitará em grande medida a vida (animal e humana) no rio Machado, no igarapé Prainha, no igarapé Setembrino, no igarapé Lourdes, no igarapé Água Azul, e outros que cortam a Área Indígena, a presença de reservas de minério na Serra da Providência, com as atuais características de desempenho do indigenismo oficial pode inviabilizar a vida indígena.

O conjunto destes elementos torna inviável qualquer negociação com os índios pois é muito difícil a um conjunto de grupos tribais negociar seu próprio extermínio.

Salvo garantias do governo de que o restante dos empreendimentos hidrelétricos na região e os projetos de "rentabilização" das áreas

indígenas não serão feitos, qualquer negociação com os grupos Gavião e Arara seria levá-lo a um engodo.

Poderia até ocorrer que as áreas com que fossem compensados pelos prejuízos decorrentes da JP-14, se constituíssem somente como áreas reservadas para futuros reservatórios. O que seria um absurdo em termos de planejamento público e extremamente danoso do ponto de vista das populações envolvidas.

Portanto, a procura de soluções deve dar-se sobre o conjunto das obras a se realizarem na região.

No caso de área indígena, protegida constitucionalmente pelo artigo 198, a posse é permanente e o usufruto exclusivo. Porém, a Lei 6001/73 no seu artigo 20, abre um precedente ainda que contraditório com o texto constitucional, autorizado "a realização de obras públicas que interessem o desenvolvimento nacional", desde que "comprovada a ausência de solução alternativa".

Seria imprescindível, portanto, que se explicitasse a interrelação da UHE Ji-Paraná com as previstas para a região e, dentro desse quadro, se realizasse um re-estudo das alternativas energéticas para a região. Segundo relatórios recentes da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas -FIPÉ-, o crescimento populacional de Rondônia está se estabilizando e tende a diminuir, o que talvez abra a possibilidade de, a médio prazo, a demanda energética ser suprida com as UHEs já em construção. Por outro lado, é sabido que existe a possibilidade, já apontada por técnicos do Banco Mundial, de importação de gás boliviano como fonte energética mais barata e, de longe, muito menos predatória.

Se, a despeito das questões levantadas, se comprovar a ausência de outras alternativas e a barragem for construída, deve ficar claro que isso implica, no caso das populações indígenas, no estabelecimento de medidas que lhes proporcione condição de vida superior à atual que é aliás a justificativa apregoada à população regional para a efetivação de tal empreendimento.

Em caso de remoção de grupos indígenas (equivalente a perda de parte de suas terras) tanto a Lei 6001/73 quanto a Convenção 107, são claras em indicar a atribuição de área equivalente à anterior, em sua integralidade, sem prejuízo de outras formas de indenização pelo distúrbio, como a financeira, desde que mantido o princípio mínimo de paridade, inclusive quanto às condições ecológicas quanto à qualidade de vida. A área atribuída deverá permitir aos índios a manutenção de seu modo de vida específico, além de serem integralmente ressarcidos dos prejuízos decorrentes da remoção, conforme prevêem os parágrafos 3 e 4 do artigo 20 da Lei 6001/73.

No caso dos habitantes da Área Indígena Igarapé Lourdes, suas condições de vida são estreitamente ligadas às condições ecológicas, características da bacia do rio Ji-Paraná, de grande porte, as quais serão profundamente afetadas.

O desaparecimento de alguns animais terrestres, aquáticos e alados e do nicho ecológico que, visto de forma otimista, poderia permitir seu futuro retorno, inviabiliza suas principais fontes de alimentação, de recursos medicinais e impede o exercício das atividades que, além de garantir sua sobrevivência, os estrutura como sociedade e cultura particulares.

Perderão incontáveis árvores, de cuja madeira e frutos fazem os mais variados aproveitamentos (imburuna, cedro, copaiba, mogno, jatobá, etc.). Perderão fruteiras como assaís, macaba, tucumã, patuá, e inúmeras outras fontes alimentares.

Perderão numerosas espécies vegetais de uso alimentar e/ou medicinal restritas às áreas de várzeas, que deixarão de existir. As castanheiras (uma de suas principais fontes alimentares e, às vezes, de renda monetária) que não forem inundadas (costumam ser mais numerosas em chão firme, fora das várzeas) ficarão em grande parte ilhadas.

Sofrerão o impacto renovado e incrementado de inúmeras doenças frente às quais demonstram ter pouca resistência. Terão suas principais aldeias, cemitérios, roças e pomares (fruteiras das aldeias, como mangueiras, laranjeiras, limoeiros, mamoeiros, graviolas, goiabeiras, bananeiras, etc.) submersos pelo reservatório, assim como dezenas de colocações de seringa. Perderão grande parte de seus seringais.

Poder-se-ia querer argumentar que não é a área toda que será inundada o que, portanto, os recursos naturais não serão totalmente atingidos.

Mas, a área a ser inundada é apenas a parte menor da área efetivamente atingida pela devastação ambiental.

Deve-se fazer uma distinção entre "área inundada" (cerca de 11 mil hectares), "área fortemente afetada" (toda a área da Reserva compreendida entre o rio Ji-Paraná até um pouco além da altura em que seus afluentes são alcançados pelas margens do reservatório, incluindo o território não totalmente inundado que faz o divisor de águas destes afluentes, totalizando cerca de 81.000 hectares) e área "afetada" que sem dúvida transcende mesmo os limites da Reserva pois as modificações ambientais e sociais tenderão a se espalhar por toda a bacia do Ji-Paraná e região circundante. (Figura 4)

A área "inundada" e a área "fortemente afetada" da Reserva Indígena, por suas características ecológicas específicas, são as que concentram a fauna e a vida humana. Portanto, sua perda não pode ser mensurada apenas quantitativamente como um certo número de hectares e sim, deve ser avaliada em termos de sua qualidade.

E a área mais essencial para a realização do ciclo de subsistência indígena.

No caso dos Arara, como já foi exposto, sua história é o relato de seu extermínio pelas epidemias, pelos massacres, pela exploração de sua força de trabalho e pela apropriação crescente de seu território. Hoje estão, de um lado, espremidos e ameaçados pelos projetos de colonização que já alcançaram o igarapé Prainha. De outro lado, os Gavião, deslocados de seu território tradicional ligado até 1976 ao território dos Zoró na bacia do rio Branco, ocupam gradativamente a parte remanescente dos Arara. Dessa maneira, do ponto de vista da sobrevivência desse grupo a construção da barragem poderá ter efeitos fatais.

Se as frentes colonizadoras já são uma grande ameaça aos índios da região, a UHE Ji-Paraná poderia se constituir num golpe final.

Por isso, o CNEC e a ELETRONORTE, ao se proporem a realizar este empreendimento tornam-se co-responsáveis pelo conjunto das questões levantadas pelas outras frentes de expansão que ali atuam, como as fazendas, madeireiras, mineração, etc.

Não há, portanto, alternativa para o empreendimento que não resolva o conjunto da situação indígena da região e, no caso específico do barramento JP-14, a problemática Tupi Mondã como um todo.

12 RECOMENDAÇÕES

Os índios recusam-se a falar a esse respeito e, evidentemente não se pode e não se fala em nome deles.

Entretanto, com base no levantamento realizado e na compreensão a que se chegou da situação, no caso de se definir uma área de compensação aos Gavião, ela só poderia ser uma que, além de compensá-los com mesma qualidade de área, levasse em conta sua pertinência ao universo social e cultural da comunidade Tupi Mondê.

Isso implicaria para o CNEC e ELETRONORTE, em primeiro lugar, em re-estabelecer a ligação territorial entre os Gavião e o Parque Indígena do Aripunã como única forma de garantir-lhes o acesso a uma área em outra bacia de porte semelhante (resguardado seu direito de acesso ao reservatório) onde as condições ambientais sejam equivalentes às que perderão, restituindo-lhes um território recentemente usurpado e ligando-os aos Zorô, com os quais mantêm estreitas relações.

Sugeriu-se duas áreas a serem pensadas para tal fim (resguardadas as outras medidas que se expôs na sequência do relatório): Área 1: que liga a Área Indígena Lourdes com a área Zorô a leste e Suruí ao sudeste, fechado ao norte acima da sede da Fazenda Castanhal, pegando ainda as cabeceiras do Madeirinha. (MAD-16V-9688/89)

Essa seria a área ideal para os índios dentro dos critérios levantados. Ligaria de forma compacta os Tupi-Mondê entre si, favorecendo suas relações e a defesa do território. Por outro lado, apesar de pouco devastada, é ocupada por mais de dez fazendas, localizadas ao longo do rio Branco, cuja comunicação e escoamento da produção se dá através de uma estrada até Ji-Paraná. Todas elas teriam que ser desapropriadas e seus proprietários, além de terem de abrir mão de seus sonhos e futuros investimentos nessa região, ficariam ainda sem possibilidades de utilização do restante da área das fazendas, localizado ao norte do limite da que viria a ser área indígena. Dificilmente concordarão com essa solução e tem força política e meios eficazes para se colocarem contrários a ela.

Outra possibilidade seria a Área 2: ligaria a Área Indígena Igarapé Lourdes à Área Indígena Zorô passando, no seu limite sul, logo ao norte da sede da Fazenda Castanhal, pegando parte da bacia do Madeirinha. No seu limite norte encostaria a foz do igarapé da Abelha no rio Branco e a leste encostaria em parte da área do IBDF. (MAD-16V-9688/89)

Há uma primeira desvantagem em relação à outra área no sentido de constituir de forma mais espalhada o território Tupi Mondê, deixando "ôcos" mais difíceis de defender contra as pressões colonizadoras. No entanto, atende aos critérios definidos anteriormente, talvez com algumas vantagens. Em primeiro lugar a área está praticamente toda preservada. Depois, as fazendas que se situam no seu limite norte tem sua ligação com o Estado do Mato

Grosso; a ser sedimentada mais fortemente com a expansão da cidade de Aripuanã e a construção de melhores estradas, já em andamento. Não precisarão portanto atravessar a área indígena que, nesse caso, não se constituirá numa barreira. As fazendas sediadas abaixo de seu limite sul poderão continuar com suas atividades e sua ligação com o eixo econômico constituído pela BR 364. Além disso, pelo menos um dos grupos isolados ficaria dentro dessa área, garantindo-lhes uma maior segurança.

Não se pense, no entanto, que "a grita" será menor. Os proprietários dessa área 2, alguns deles sendo os mesmos latifundiários que possuem títulos de propriedade sobre a área 1, reagirão com certeza com o mesmo vigor esperado na outra área.

A estimativa do tamanho das áreas é semelhante: a 1 é de cerca de 200 mil hectares e a área 2, cerca de 180 mil hectares. Calculou-se de maneira aproximada que o custo de qualquer uma delas, em julho de 1987, seria de aproximadamente 4 milhões de dólares, sem contar a indenização por benfeitorias. Custo irrisório perante a magnitude do custo da obra total, mais de 600 milhões de dólares. Também nesse aspecto a área 2 possivelmente teria um custo menor, pela quase inexistência de benfeitorias.

Haveria ainda a possibilidade oportuna de se pensar a compensação territorial pela parte atingida da Reserva do Jarú, como parte da área 2, sujeita à administração conjunta da FUNAI e IBDF, a exemplo de outras áreas de conservação. A área pensada para se compensar o IBDF, segundo informações do CNEC, é a do T.D. Bela Vista, a qual possivelmente será atingida futuramente pelo reservatório da barragem JP-04. Seria, de qualquer lado que se olhe, mais apropriado eleger uma área em parte coincidente com a indígena, constituindo-se uma garantia adicional de preservação e mútua defesa territorial.

Num relatório preliminar apareceu a idéia de se compensar o território indígena com parte da atual área do IBDF. Essa possibilidade no entanto deve ser descartada. Tal área, além de se constituir em território tradicional indígena, já é atualmente utilizada por eles, não se constituindo portanto numa compensação. Sofrerá impactos semelhantes aos que se abaterão sobre a área indígena, não obedecendo ao critério de equivalência de "qualidade". E, por fim, manterá fracionado o território Tupi Mondê.

Quanto aos Arara, nenhuma alternativa parece ser adequada. Mesmo supondo-se que os Gavião gradativamente se desloquem mais para o leste da Serra da Providência, aproximando do rio Branco, a área tradicional Arara estará bastante comprometida pelos impactos ambientais já detectados. Não há outras áreas preservadas ao redor da região ocupada pelos Arara. A única coisa que se pode supor é que parte da extrema gravidade de sua situação poderá ser minimizada pela extensão da área indígena igarapé Lourdes até o rio Branco.

Estas áreas foram sugeridas numa primeira aproximação do problema e jamais poderão substituir a vontade tribal, que obrigatoriamente deve ser consultada e respeitada.

Para que isso possa ocorrer, além do que já foi exposto, a ELETRONORTE deve responsabilizar-se por medidas de proteção do conjunto do universo Tupi Mondê. Implicaria também em localizar, interditar e demarcar as áreas dos grupos arredios existentes na área afetada, principalmente os do Madeirinha, os Tupi Kawahib e os índios isolados que tem atacado os Cinta-Larga ao norte da área indígena do Aripuanã.

São medidas de grande peso, imensa responsabilidade e custo extremamente alto. A ELETRONORTE (tendo em vista o conjunto de projetos de geração de energia na região) teria que criar uma das maiores áreas de preservação do país, com a presença de alguns milhares de índios e tres ou quatro grupos de índios isolados em seu interior. Teria que estabelecer convênios com a SEMA, IBDF e FUNAI para proteção dessa imensa região e convencer o INTERMAT e o INCRA de que as bacias do Roosevelt, Aripuanã, Madeirinha, Branco e 14 de Abril não são disponíveis para colonização.

Mais ainda, teria que obter o imediato fechamento da estrada que liga Espigão do Oeste ao Condomínio Lunardelli/Fazenda Muiraquitã, estrada ilegal. Deveria fazer convênio com a FUNAI e a Polícia Federal para pronta retirada dos invasores da Área Indígena Aripuanã e da Área Indígena Zoró. Medidas de retirada de garimpeiros, posseiros e invasores em geral de todas as áreas do Parque Indígena do Aripuanã, localização e proteção dos "isolados", proteger o sul da Área Indígena Lourdes, sempre ameaçada de invasão, retirar daí a estrada que atravessa essa área, localizar e proteger os URUKU (pulsos vermelhos), cujos sobreviventes devem encontrar-se na margem esquerda do rio Machado.

Tais medidas prévias retirariam das populações Tupi Mondê o imenso peso das pressões que hoje sofrem, propiciando uma abertura para iniciar a consulta aos índios. Hoje eles se colocam frontalmente contra a UHE de Ji-Paraná, não admitindo sequer a conversação, como já foi exposto.

São questões extremamente graves e delicadas cujo encaminhamento satisfatório depende de forte vontade e empenho político e financeiro da ELETRONORTE. São também questões urgentes, dados os prazos previstos para o empreendimento.

Devem ser aprofundados os estudos fundiários do conjunto da área tradicional Mondê, Rama-Rama e Kawahib ainda não esgotados. Devem ser aprofundados os estudos sobre o modo de vida Gavião e Arara e sua forma de utilização dos recursos naturais. É preciso localizar, conhecer as formas de vida e a área de uso dos grupos isolados.

Na fase do Projeto Básico, dever-se-ia dar andamento a todos estes estudos, juntamente com o encaminhamento das medidas aqui recomendadas.

Para o aprofundamento dos estudos de campo no prazo disponível faz-se necessária a participação de antropólogo de confiança dos índios, que os conheça e fale sua língua, como é o caso de Lars Loevold, indicado pelos Gavião, que viveu com eles e os Zoró durante dois anos, até 1981. Deve ser continuado o trabalho de localização dos isolados, propiciando-se as condições materiais para isso. Devem ser consultados outros antropólogos com conhecimento prévio e aprofundado de todos os povos indígenas envolvidos pelo conjunto dos empreendimentos previstos para a região, como os Cinta-Larga, Suruí, Tenharim, Diahói, etc.

13 BIBLIOGRAFIA

- ACUNA, Cristobal de - Descobrimento do Rio Amazonas, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, Brasileira, vol. 203, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1941.
- ALMEIDA SERRA, R. C. de - Extrato da descrição geográfica da Provincia de Mato Grosso feita em 1797, Revista do Instituto geográfico Brasileiro, 6, segunda edição, R.J., 1865.
- ARNAUD, Expedito - Os índios Munduruku e o Serviço de Proteção aos Índios. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 54, Belém, 1974.
- ARNAUD, Expedito - Aripuanã: Considerações Preliminares in Acta Amazônica, Manaus, 6 (4), Suplemento, 1976.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. - Relatório Preliminar sobre a Área Indígena Igarapé Lourdes. CNEC, 1986.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. - Relatório de Viagem aos Índios Arara. CNEC, 1987.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. - JP-14: Desmatamento, Meio Ambiente e Território Indígena. CNEC, SP, 1987.
- BARRADAS, L. C. - Avaliação médica da Ba. D.R. (Gavião, Zoró e Karitiana). FIPE/USP, SP, 1986.
- BECKER, Bertha K. - Geopolítica da Amazônia - A nova fronteira de recursos, Zahar, 1982.
- CASAL, Aires de - Corografia Brasileira, EDUSP, 1976.
- CHIAPPINO, Jean - The Brazilian Indigenous Problem and Policy: the Aripuanã Park. Copenhagen/Geneva, Amazind/Iwigia, Document 19, 1975.
- CNEC - Inventário Hidrelétrico da Bacia do rio Ji-Paraná. CNEC, SP, 1985.
- CNDDA - Proposta de Política Florestal para a Amazônia Brasileira, Fundação Universidade do Amazonas, R.J., 1980.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) - Povos Indígenas no Brasil/1985, Aconteceu Especial 15, CEDI, SP, 1985.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) - Povos Indígenas no Brasil 1985/1986, Aconteceu Especial 17, CEDI, SP, 1987.
- CEDI/CONAGE - Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia, São Paulo, 1986.

- COUDREAU, Henri - Viagem ao Tapajós. Ed. Itatiaia/EDUSP, 1977.
- DAVIS, Shelton - The Victims of the Miracle, Cambridge University Press, 1977.
- EQUIPE DA PASTORAL INDIGENISTA DA DIOCESE DE JI-PARANA - A Situação Atual das Terras dos Índios Cinta-Larga e Zoró, Aripuanã - MT. Brasília, 1986 (datilo.).
- FRANCO, Laércio J. - Considerações sobre Saúde no Parque Indígena do Aripuanã. FIPE/USP, 1984.
- GALVÃO, Eduardo - Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil. Ed. Paz e Terra, 1979.
- GAMBINI, Roberto - Avaliação da Situação Zoró. FIPE/USP, SP, 1983.
- GAMBINI, Roberto - Segundo Relatório de Visita à Frente de Atração Zoró. FIPE/USP, SP, 1984.
- GAMBINI, Roberto; JUNQUEIRA, Carmem; MINDLIN, Betty; LEONEL, Mauro - Parecer sobre a Área Indígena Zoró. FIPE/USP, SP, 1985.
- HANKE, Wanda; WADESH, Morris e Rodrigues, Airon - Notas de Fonologia Mequens, Miscellanea Paul Rivet, octogenária dicata, II, México, 1958.
- HARGREAVES, M. Inês - Relato de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional da Área Indígena Aripuanã. Brasília, 1985.
- HUGO, Victor - Os Desbravadores, Ed. Particular, Porto Velho, 1958.
- JUNQUEIRA, Carmem - Os índios de Ipavú, Atica, SP, 1979.
- JUNQUEIRA, Carmem - Os Cinta-Larga de Serra Morena. Relatório de pesquisa, FAPESP, SP, 1981.
- JUNQUEIRA, Carmem - Avaliação do Parque Indígena do Aripuanã. FIPE/USP, SP, 1983.
- JUNQUEIRA, Carmem - Grupo Cinta-Larga de Rondônia e Mato Grosso - terceiro relatório. FIPE/USP, SP, 1984.
- JUNQUEIRA, Carmem - Relatório de Avaliação dos grupos Cinta-Larga de Rondônia e Mato Grosso - quarto relatório. FIPE/USP, SP, 1984.
- JUNQUEIRA, Carmem - Área Indígena Aripuanã - Cinta-Larga. FIPE/USP, SP, 1985.

- JUNQUEIRA, Carmem - Os Cinta-Larga do PIA Serra Morena e a Hidrelétrica de Juína-Mato Grosso. FIFE/USP, SP, 1985.
- JUNQUEIRA, Carmem e MINDLIN, Betty - Avaliação do Parque Indígena do Aripuanã. FIFE/USP, SP, 1983.
- JUNQUEIRA, Carmem e MINDLIN, Betty - O Parque Indígena do Aripuanã - quinto relatório de Avaliação. FIFE/USP, SP, 1986.
- JUNQUEIRA, Carmem; LEONEL JR., Mauro - Observações recolhidas no Parque do Aripuanã. FIFE/USP, SP, 1984.
- LAS CASAS, R. D. - Índios e Brasileiros no vale do rio Tapajós. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 23, Belém, Pará, 1964.
- LEVI-STRAUSS, C. - Tristes Tropiques, Librairie Plon, Paris, 1955.
- LEVI-STRAUSS, C. - Estruturas Elementares do Parentesco, Vozes, RJ, 1976.
- LEVI-STRAUSS, C. - O Pensamento Selvagem, Cia. Ed. Nacional, SP, 1976.
- LOBATO, João C. S. - Levantamento sobre índios isolados entre os rios Branco e Madeirinha-MT: Proposta de Interdição. Cuiabá, 1985 (datilo.).
- LOBATO, João C. S. - Projeto de Atuação junto aos índios Kawahib. Cuiabá, 1985. (datilo.).
- LOBATO, João C. S. - Relatório sobre os índios Kawahib - Segunda Expedição. Cuiabá, 1986. (datilo.).
- LOBATO, João C. S. - Levantamento Bibliográfico, Antropológico e Linguístico sobre os Tupi Kawahib. Cuiabá, 1986. (datilo.).
- LOBATO, João C. S. - Relatório Preliminar sobre a região periférica à Área Indígena Igarapé Lourdes. CNEC/SP, JAN/87.
- LOBATO, João C. S. - Relatório Final: Fase de Viabilidade da UHE JP-14. CNEC/SP, 1987.
- LEONEL JR., Mauro - Avaliação da Situação dos Gavião - PI Lourdes. FIFE/USP, SP, 1983.
- LEONEL JR., Mauro - Relatório Complementar de Avaliação dos Invasores do Posto Indígena Lourdes, dos índios Gavião e Arara. FIFE/USP, SP, 1984.
- LEONEL JR., Mauro - Terceiro Relatório de Avaliação da situação das comunidades da Área Indígena Igarapé Lourdes, os Gavião, os Arara e outros dispersos ou autônomos e a hidrelétrica de Ji-Paraná. FIFE/USP, SP, 1986.

- LOEVOLD, Lars e FORSETH Elisabeth - Relatório Preliminar, trabalho de campo. Oslo, 1984 (datilo.).
- LOEVOLD, Lars - On Gavião and Zoró world-view. Some background notes. Oslo, 1984 (datilo.).
- LOEVOLD, Lars - How things were and how they came to be like they are: Explorations in Gavião and Zoró Mythology. Oslo, 1985 (datilo.).
- LOEVOLD, Lars - The Myth of the Shaman Zolöng-Qöm. Oslo, 1985 (datilo.).
- MAGALHÃES, Couto de - O Selvagem. Itatiaia/EDUSP, 1975.
- MENENDEZ, Miguel - Uma contribuição para a etno-história da Área Tapajós-Madeira. Revista do Museu Paulista, Separata, volume XXVIII, USP, 1981/82.
- MENENDEZ, Miguel - Relatório de Avaliação da Situação Atual dos Tenharim (KAWAHIWA) do rio Marmelos, Estado do Amazonas. FIPE/USP, SP, 1984.
- MEGGERS, Betty J. - Amazônia, a Ilusão de um Paraíso. Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- METRAUX, Alfred - The Native Tribes of Eastern Bolivia and Mato Grosso. Smithsonian Institution, Bulletin 134, Washington, 1942.
- METRAUX, Alfred - Migrations historiques des Tupi-Guarani. Journal de la Societé des Americanistes, N.S. XIX, Paris, 1927.
- NIGLIAZZA, E. C. - "Linguistic Pre-History and the Refuge Model in Amazonia", in Biological Diversification in the Tropics. Columbia University Press, New York, 1982.
- MINDLIN, Betty - Avaliação da situação dos Arara P.I. Lourdes. FIPE/USP, 1983.
- MINDLIN, Betty - Relatório Global de Avaliação de Meio Termo - Comunidades Idigenas. FIPE/USP, SP., 1984.
- MINDLIN, Betty - Notícia sobre os Suruí de Rondônia (Painter). FIPE/USP, SP., 1985.
- MINDLIN, Betty - Nós Painter, Os Suruí de Rondônia. Ed. Vozes, 1985.
- MINDLIN, Betty - Segundo Balanço Sumário do Componente Indígena do Polonoroeste - Versão Preliminar. FIPE/USP, SP., 1985.

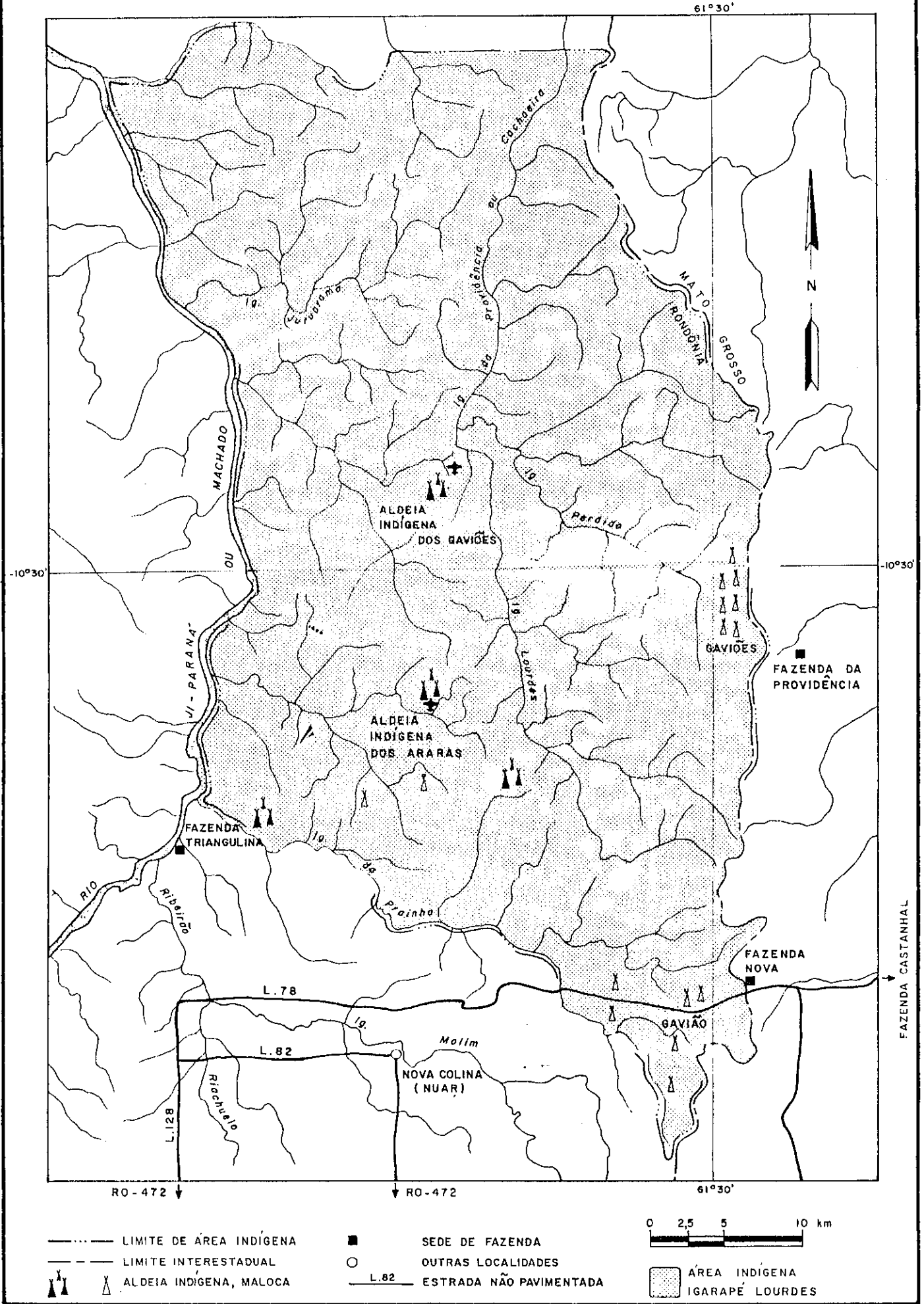
- MINDLIN, Betty - Relatório de Andamento - Avaliação do Componente Indígena do Polonoroeste. FIFE/USP, SP., 1986.
- MINDLIN, Betty - Prioridades da Ação para o Polonoroeste em 1986: sugestões da Equipe de Avaliação (FIFE/USP). FIFE/USP, SP., 1986.
- MILLER, E. - "Relatório das Pesquisas Arqueológicas efetuadas na área de abrangência da UHE de Ji-Paraná" in Projeto de Avaliação do Potencial Arqueológico. CNEC, SP., 1987.
- MOORE, D. - The Gavião, Zorô and Arara Indians. (datilo.).
- MORIN, E. - Le Paradigme Perdu: La Nature Humaine. Edition Seuil, Paris, 1973.
- MEIRELLES, Francisco - Relato da Frente de Atração Cinta Larga, Localização e Penetração. FUNAI/Brasília, 1969.
- NETO, Carlos Moreira - A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1971, mimeo.
- NETO, Carlos Moreira - Avaliação do Projeto de Documentação da FUNAI. FIFE/USP, SP., 1985.
- NIMUENDAJU, Curt - Textos Indigenistas. Loyola, 1982.
- NIMUENDAJU, Curt - Mapa Etno-Histórico. IDGE/Fundação Nacional Pró-Memória, RJ, 1981.
- NOGUEIRA, Ana C. R. - Avaliação das condições de saúde entre os grupos indígenas do Parque do Aripuanã. FIFE/USP, SP., 1986.
- PAIVA, Maria Eunice - Parecer Jurídico sobre a Área Indígena Zorô. FIFE/USP, SP., 1986.
- PERET, Américo - Relatório Operação Cinta Larga. FUNAI/Brasília, 1968.
- RIBEIRO, Darcy - Os Índios e a Civilização. Vozes, 1977.
- RODRIGUES, Arion - "O Tronco Tupi" in Forantim, ano V, 42, 1982.
- RONDON, C. M. da S. - Índios do Brasil. Ministério da Agricultura, RJ, 1953.
- ROOSEVELT, T. - Nas Selvas do Brasil. EDUSP/Itatiaia, 1976.
- ROUETTE-PINTO, E. - Rondônia. 3a. edição, série Brasileira, SP., 1935.
- SAHLINS, M. - Sociedades Tribais Zohar, 1974.

SCHULTZ, H. - Vocabulários Urukú e Digut, Journal de la Société des Americanistes.

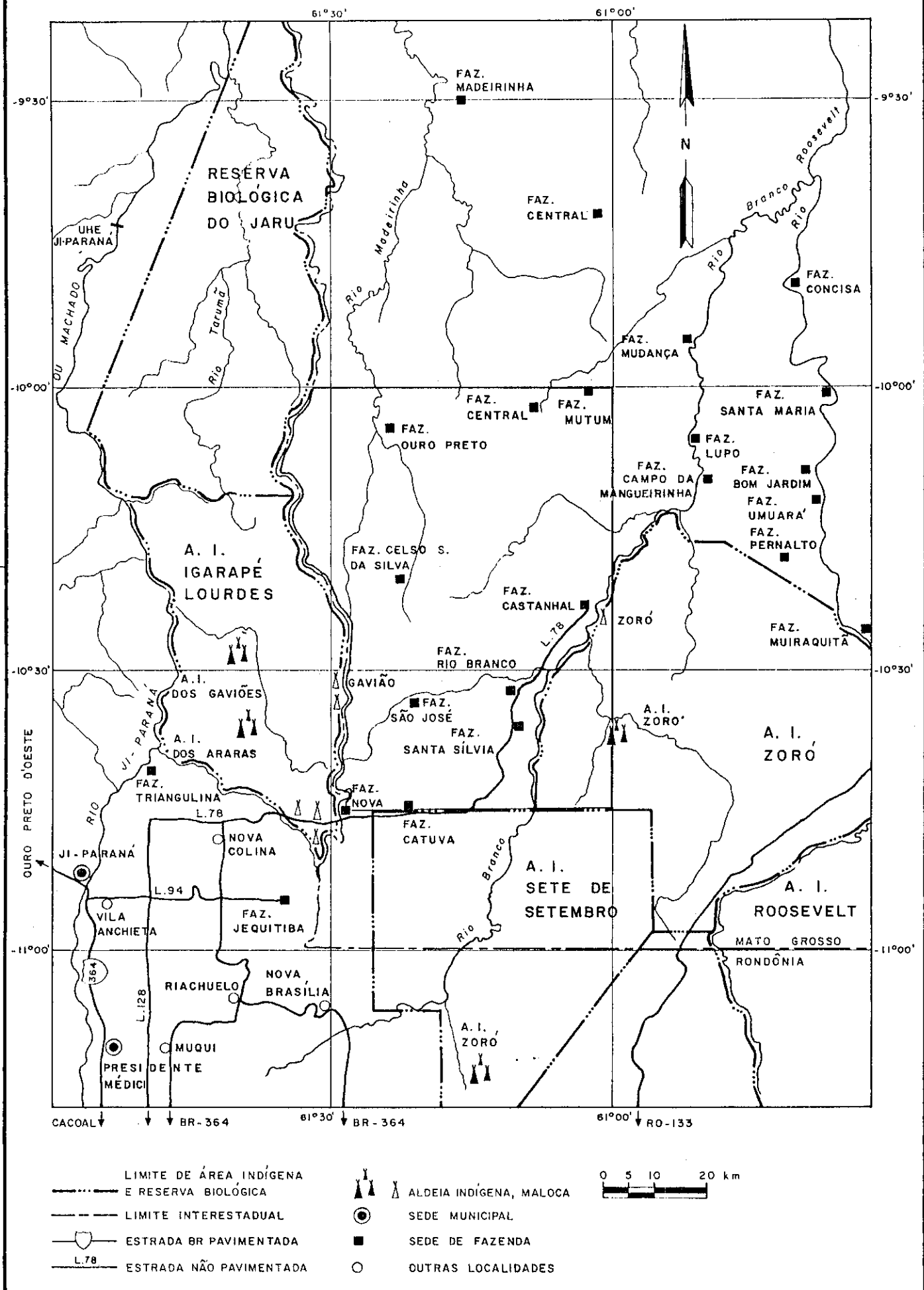
VOEGELI, Dorothea - Antropologia e Arte: Uma Interpretação Estética da Arte Indígena. Tese de Mestrado. PUC/SP, 1987.

VON GRAEVE, B. - Protective Interventions and interethnic relations. A study of Domination on the Brazilian Frontier. National library of Canada, 1975.

ÁREA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES

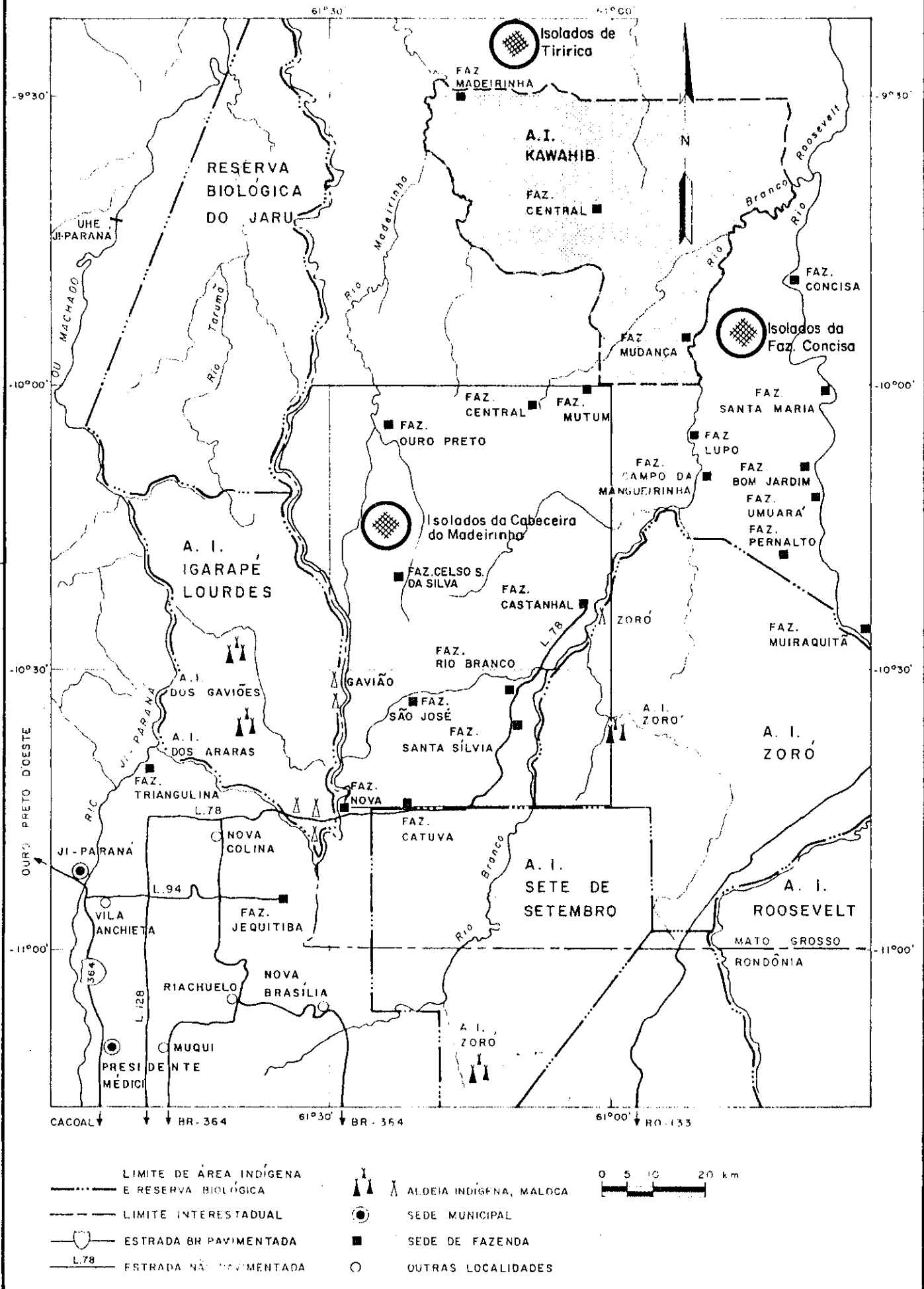


VIABILIDADE DA UHE JI-PARANÁ ÁREA DE ESTUDO



VIABILIDADE DA UHE JI-PARANA

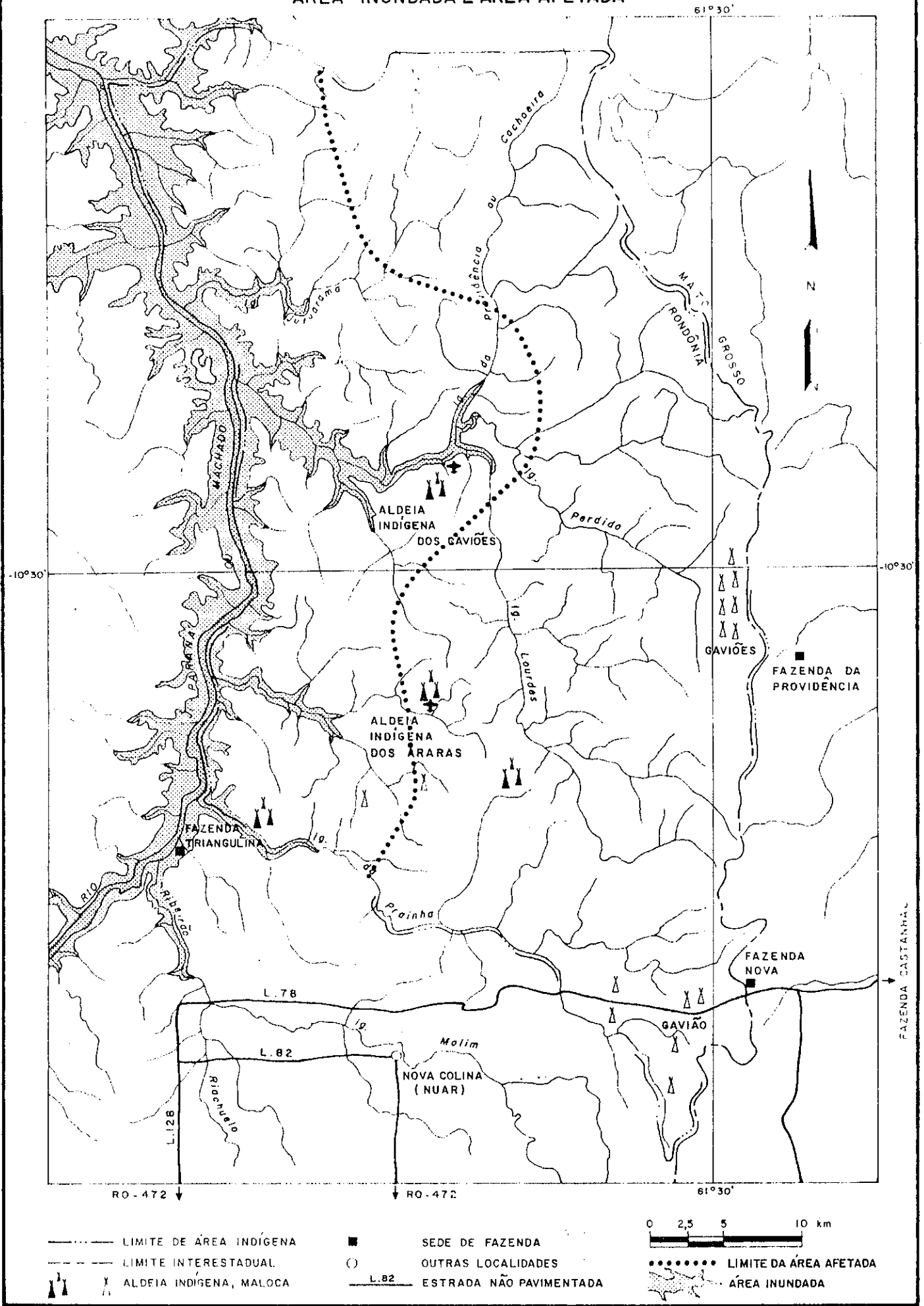
ISOLADOS E PROPOSTA TUPI KAWAHIB



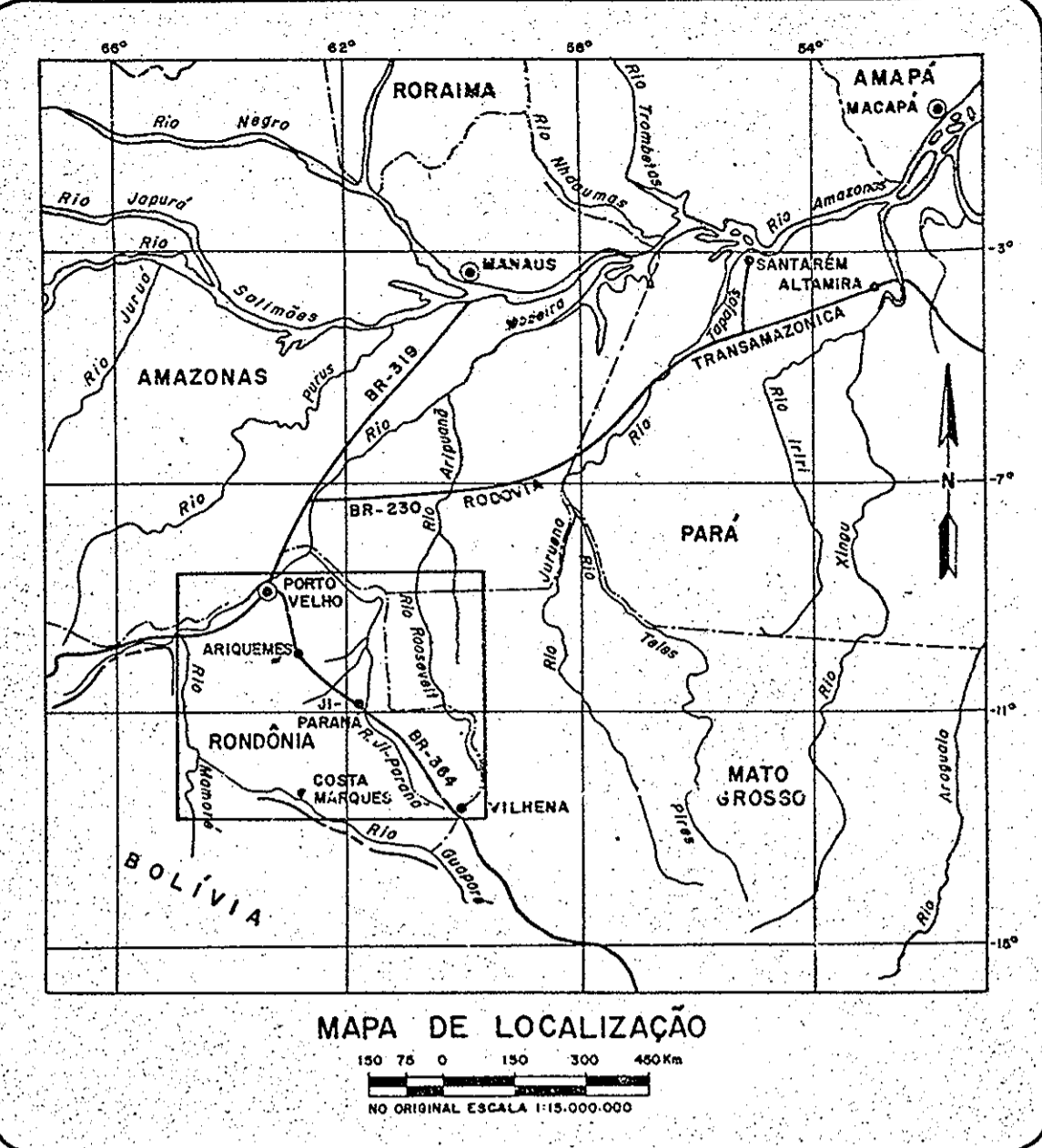
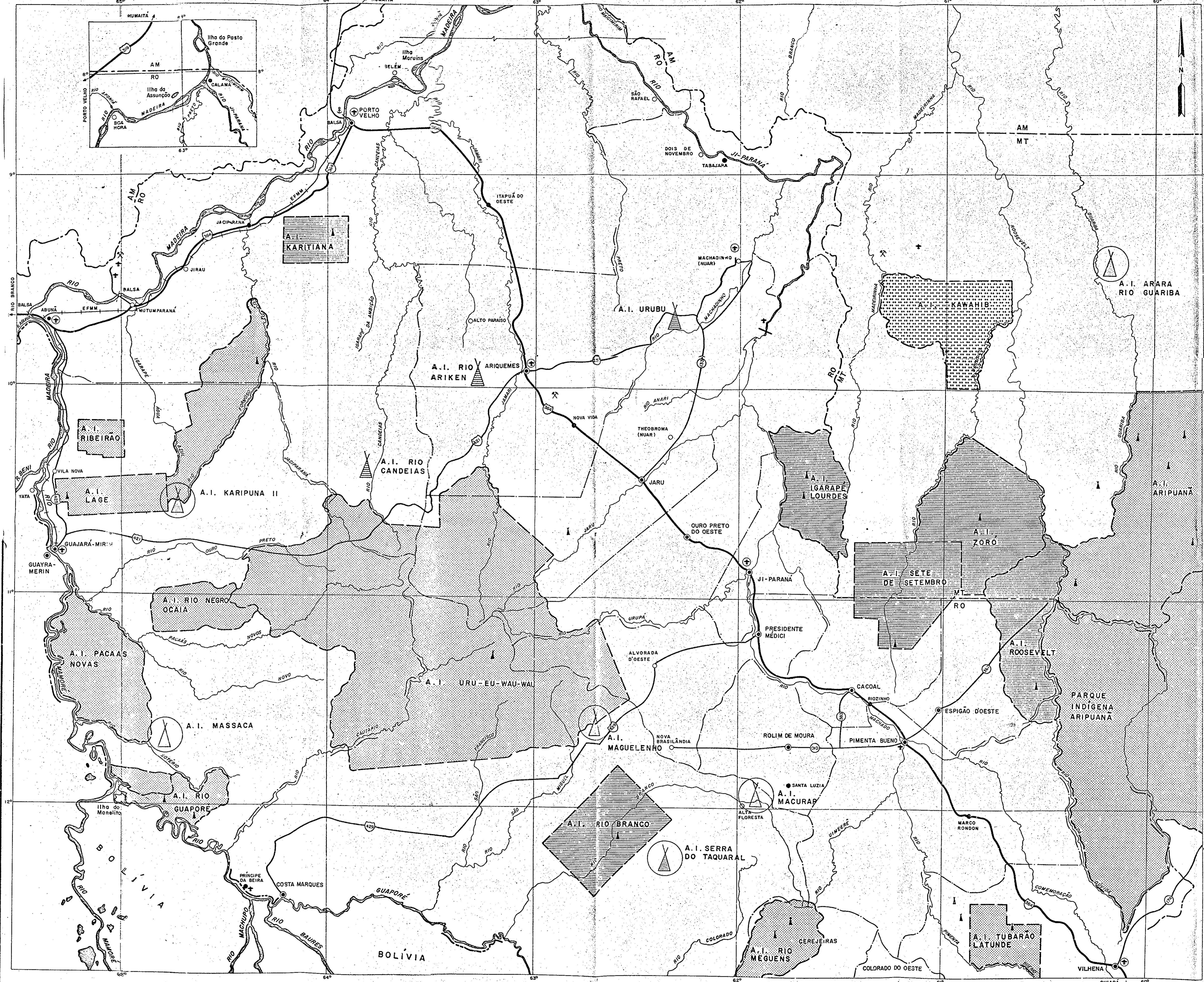
VIABILIDADE DE UHE JI-PARANÁ

ÁREA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES

ÁREA INUNDADA E ÁREA AFETADA

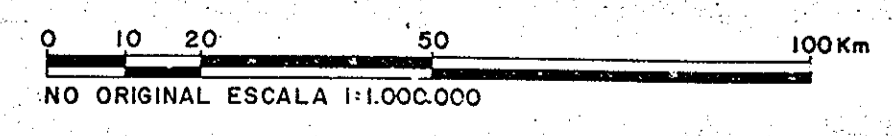


- LIMITE DE ÁREA INDÍGENA
- - - - LIMITE INTERESTADUAL
- ▲ ALDEIA INDÍGENA, MALOCA
- SEDE DE FAZENDA
- OUTRAS LOCALIDADES
- L.82 — ESTRADA NÃO PAVIMENTADA
- LIMITE DA ÁREA AFETADA
- ▨ ÁREA INUNDADA



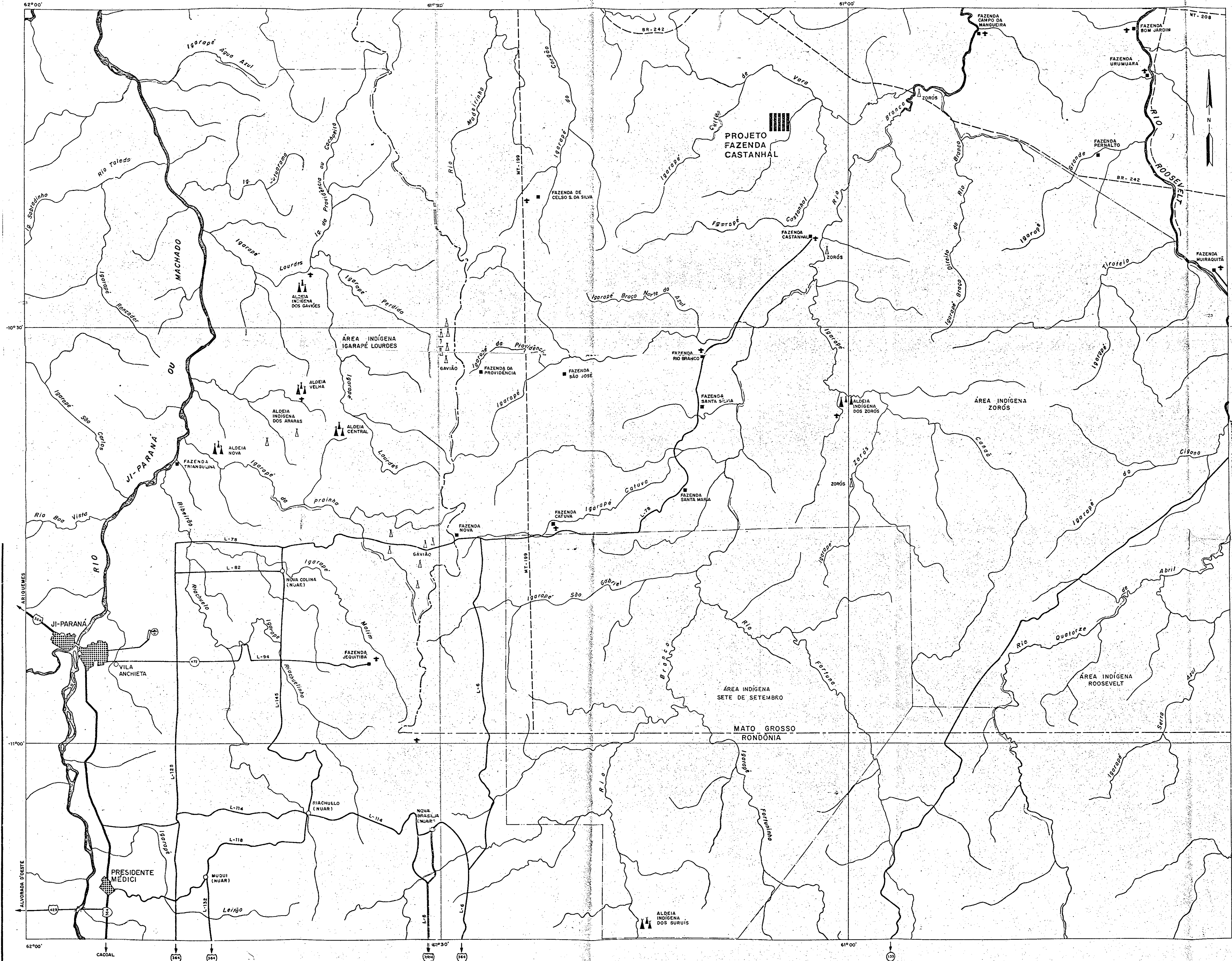
- LEGENDA**
- PROPOSTA DE ÁREA INDÍGENA
 - A. I. IDENTIFICADA / PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO
 - A. I. DEMARCADA
 - LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DE OCUPAÇÃO
 - LOCALIZAÇÃO DE ALDEAMENTO

- CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**
- SEDE MUNICIPAL
 - DISTRITO
 - VILA, POVOADOS
 - RODOVIA S / PAV. BR / PA
 - RODOVIA C / PAV. BR / PA
 - CAMPO DE POUSO
 - AEROPORTO
 - RIO PRINCIPAL / AFLUENTE
 - ANCORADOURO, BALSA
 - LIMITE INTERESTADUAL
 - LIMITE INTERMUNICIPAL
 - LIMITE INTERNACIONAL
 - ALDEIA INDÍGENA (A.I.) POSTO INDÍGENA
 - MINERAÇÃO



3						
2						
1						
	DATA	FEITO	VISTO	APROV.	DATA	VISTO
		PROJETISTA				ELETRONORTE
REVISÕES						

CNEC Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.		CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. ESTUDOS DE VIABILIDADE		UHE JI-PARANÁ ÁREAS INDÍGENAS	Nº MAD-16V-9669 FOLHA -
PROJ.	VISTO	VISTO			
DES.	APROV.	APROV.			
CONF.	DATA	DATA			
REFERÊNCIAS					



- LEGENDA**
- ESTRADA IMPLANTADA
 - ESTRADA PROJ-ETADA
 - PROJETO FAZENDA CASTANHAL (NÃO IMPLANTADO)

- CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**
- ÁREA URBANA
 - JARU SEDE MUNICIPAL
 - OUTRAS LOCALIDADES
 - RODOVIA C/PAV BR/PA
 - RODOVIA S/PAV BR/PA
 - L-204/MUN E LINHA DE PROJETO
 - AEROPORTO CAMPO DE POUSO
 - RIO PRINCIPAL / AFLUENTE
 - ANCORADOURO, BALSA
 - PONTE E BUEIRO
 - LIMITE INTERESTADUAL
 - LIMITE INTERMUNICIPAL
 - ALDEIA INDÍGENA (A.I.) POSTO INDÍGENA (P.I.)
 - MINERAÇÃO
- 0 5 10 20 km
NO ORIGINAL ESCALA 1:250.000

3							
2							
1							
	DATA	FEITO	VISTO	APROV.	DATA	VISTO	APROV.
	PROJETISTA			ELETROORTE			
REVISÕES							

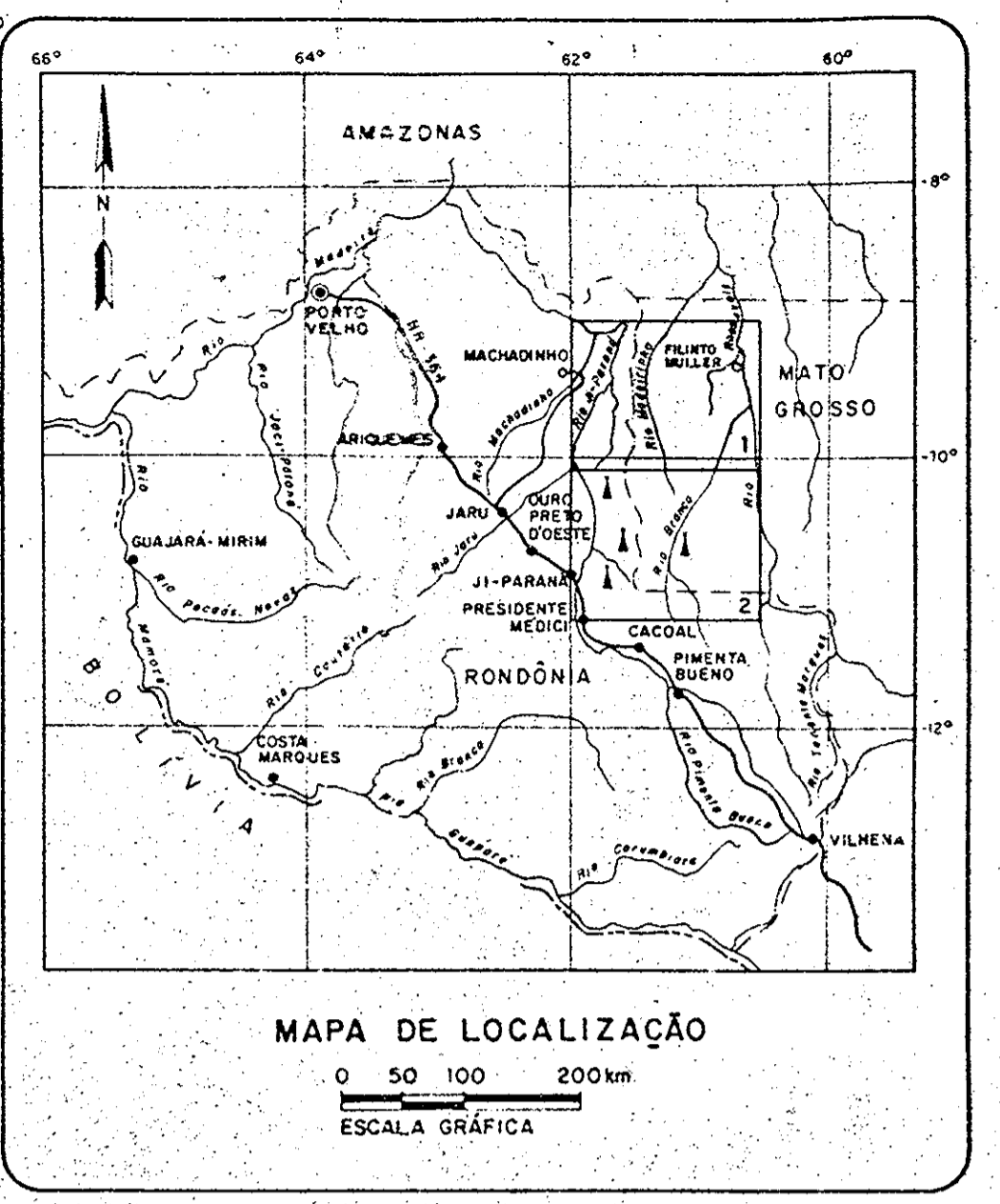
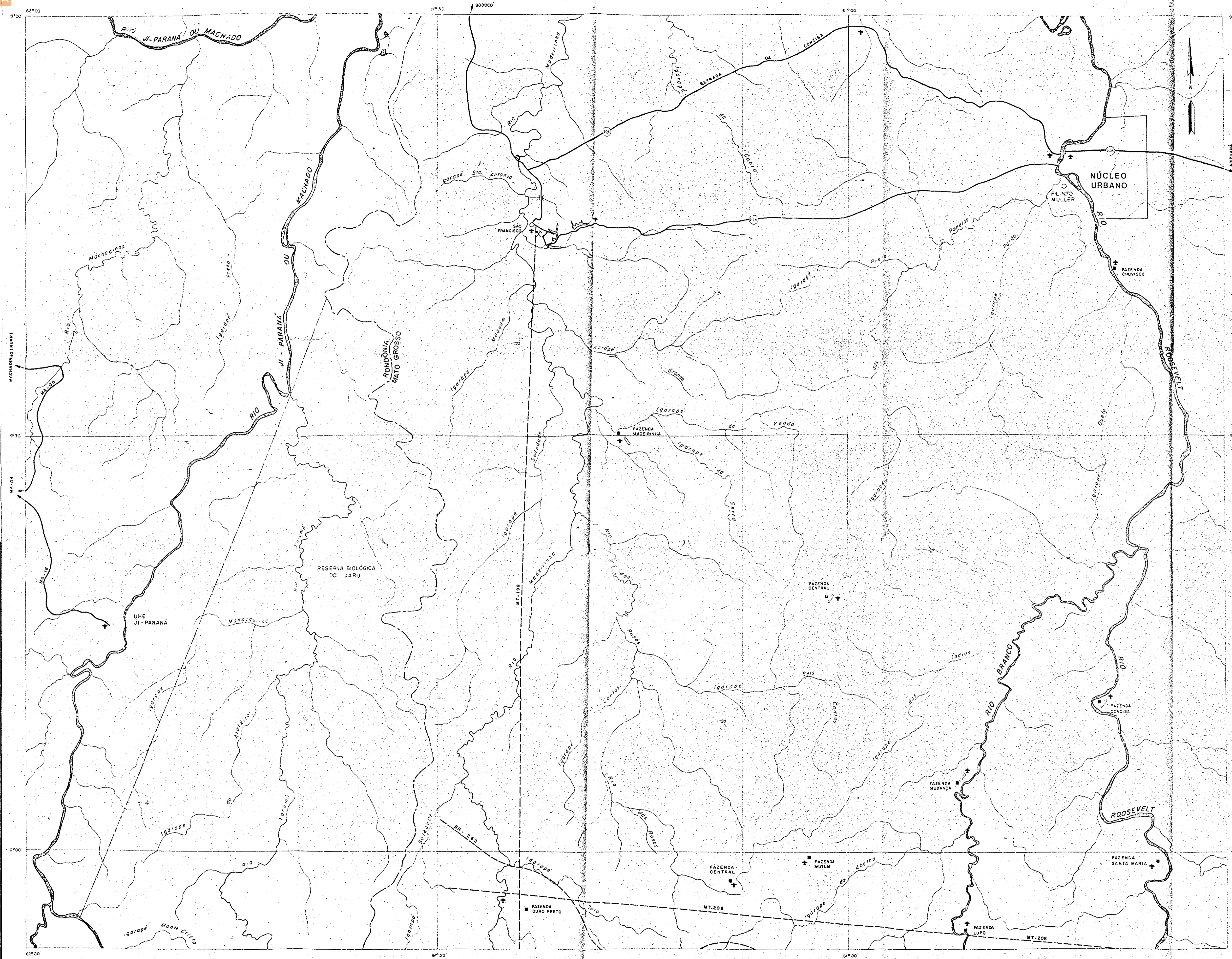
REFERÊNCIAS			
-------------	--	--	--

CNEC Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.		
PROJ.	VISTO	VISTO
DES.	APROV.	APROV.
CONF.	DATA	DATA

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
ESTUDOS DE VIABILIDADE
UHE JI-PARANÁ

OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA

Nº
MAD-16V-9686
FOLHA -

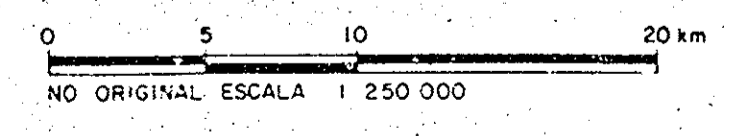


LEGENDA

- ESTRADA IMPLANTADA
- ESTRADA PROJETADA

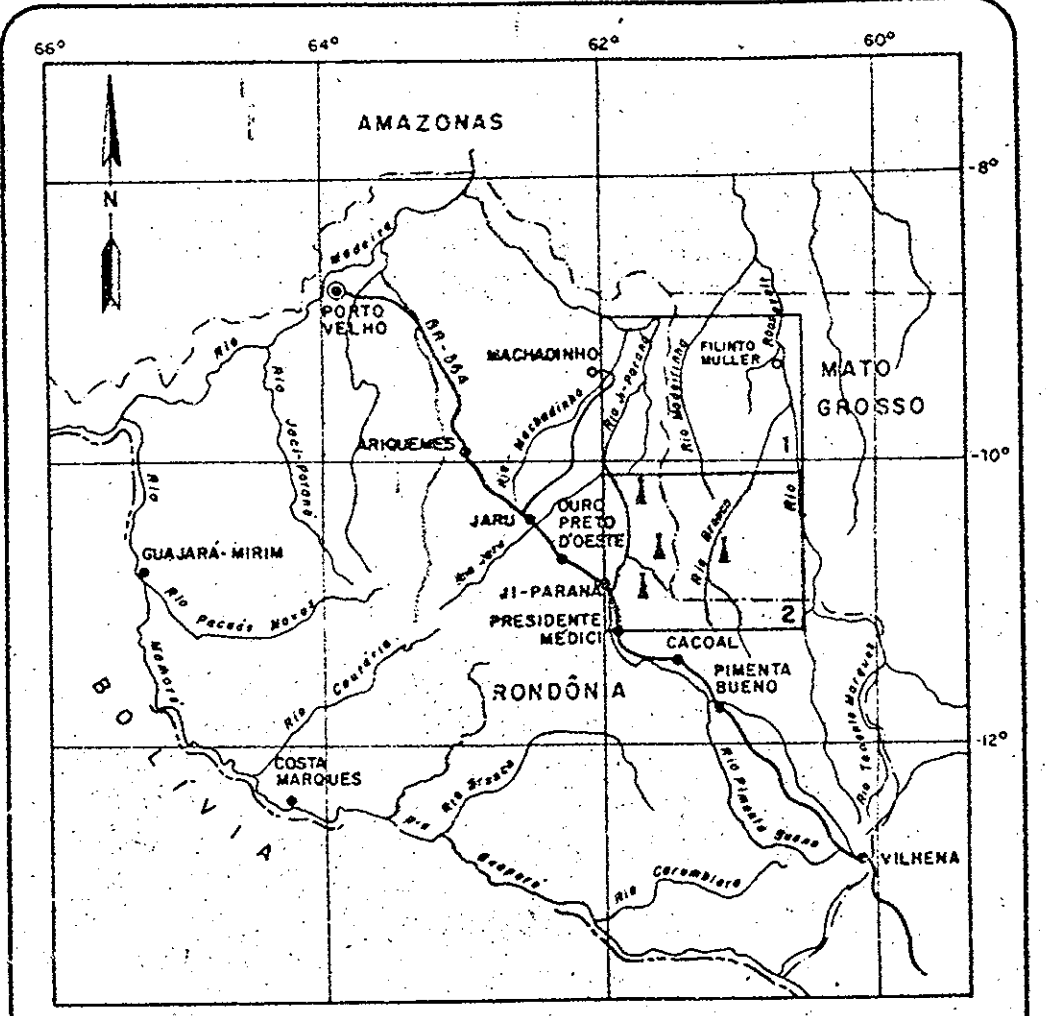
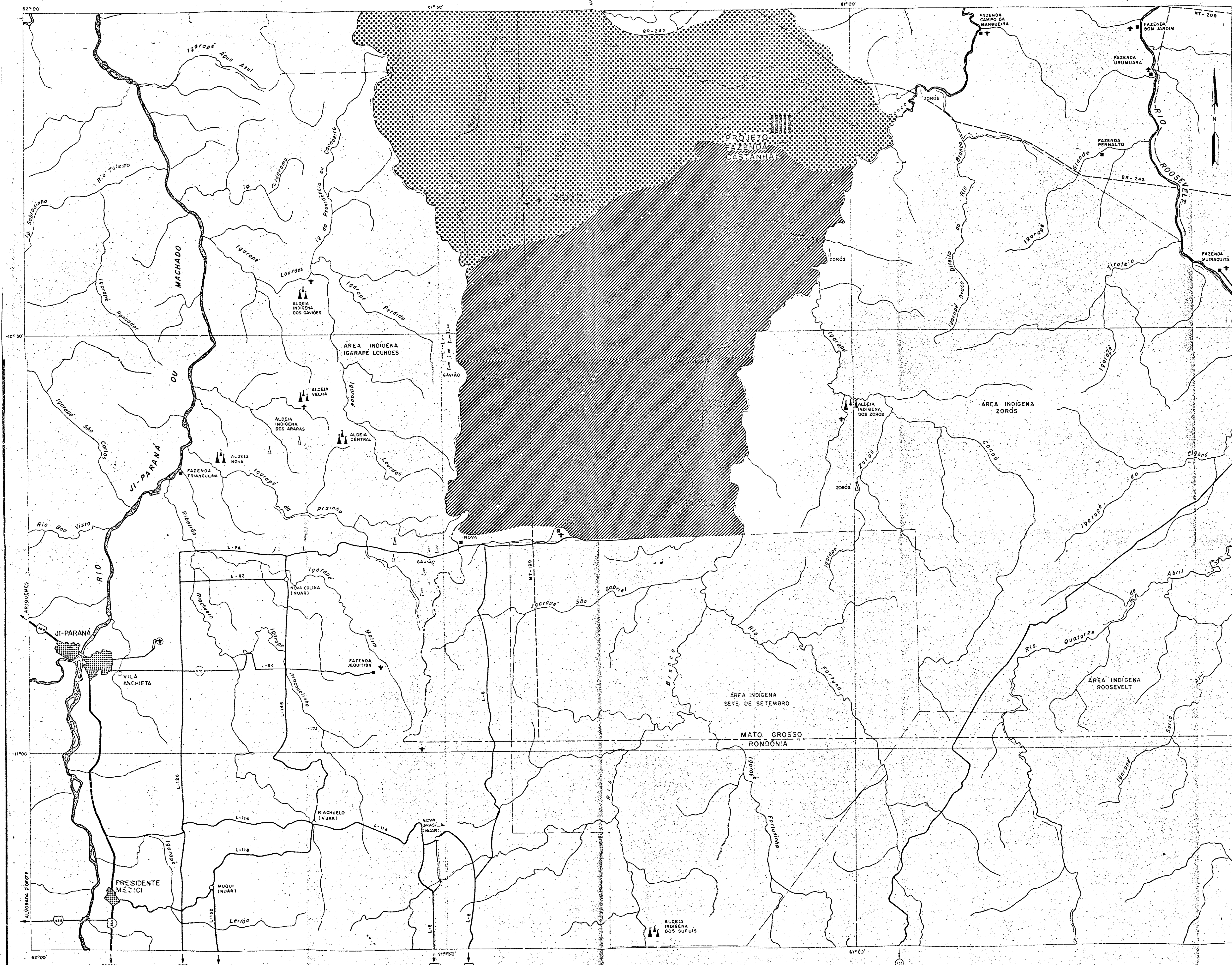
CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- ÁREA URBANA
- JARÚ SEDE MUNICIPAL
- OUTRAS LOCALIDADES
- RODOVIA C/P/AV. BR/PA
- RODOVIA S/P/AV. BR/PA
- ESTRADA MUNICIPAL E LINHA DE PROJETO
- AEROPORTO
- CAMPO DE POU'SC
- RIO PRINCIPAL / AFLUENTE
- ANCORADOURO, BALSA
- PONTE E BUÉIRO
- LIMITE INTERESTADUAL
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- ALDEIA INDÍGENA (A.I.)
- POSTO INDÍGENA (P.I.)
- MINERAÇÃO



REVISÕES					
3	2	1	DATA	FEITO	VISTO
PROJETISTA			ELETROMORTE		

ONEC Construtora Nacional de Engenheiros Consultores S.A.			CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. ELETROMORTE		
PROJ. _____ VISTO _____ DES. _____ APROV. _____ CONF. _____ DATA _____			ESTUDOS DE VIABILIDADE UHE JI-PARANÁ OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA		
REFERÊNCIAS					Nº MAD-16V-9687 FOLHA -



MAPA DE LOCALIZAÇÃO
0 50 100 200 km
ESCALA GRÁFICA

LEGENDA

- ESTRADA IMPLANTADA
- ESTRADA PROJETADA
- PROJETO FAZENDA CASTANHÃ (NÃO IMPLANTADO)
- ÁREA PROPOSTA PARA COMPENSAÇÃO - 1 (EM ESTUDO)
- ÁREA PROPOSTA PARA COMPENSAÇÃO - 2 (EM ESTUDO)

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- ÁREA URBANA
- JARU SEDE MUNICIPAL
- OUTRAS LOCALIDADES
- RODOVIA C/P.V. BR/PA
- RODOVIA S/P.V. BR/PA
- ESTRADA MUNICIPAL E LINHA DE PROJETO
- AEROPORTO CAMPO DE POUSO
- RIO PRINCIPAL / AFLUENTE
- ANCORADOURO, Balsa
- PONTE E BUEIRO
- LIMITE INTERESTADUAL
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- ALDEIA INDÍGENA (A.I.)
- POSTO INDÍGENA (P.I.)
- MINERAÇÃO

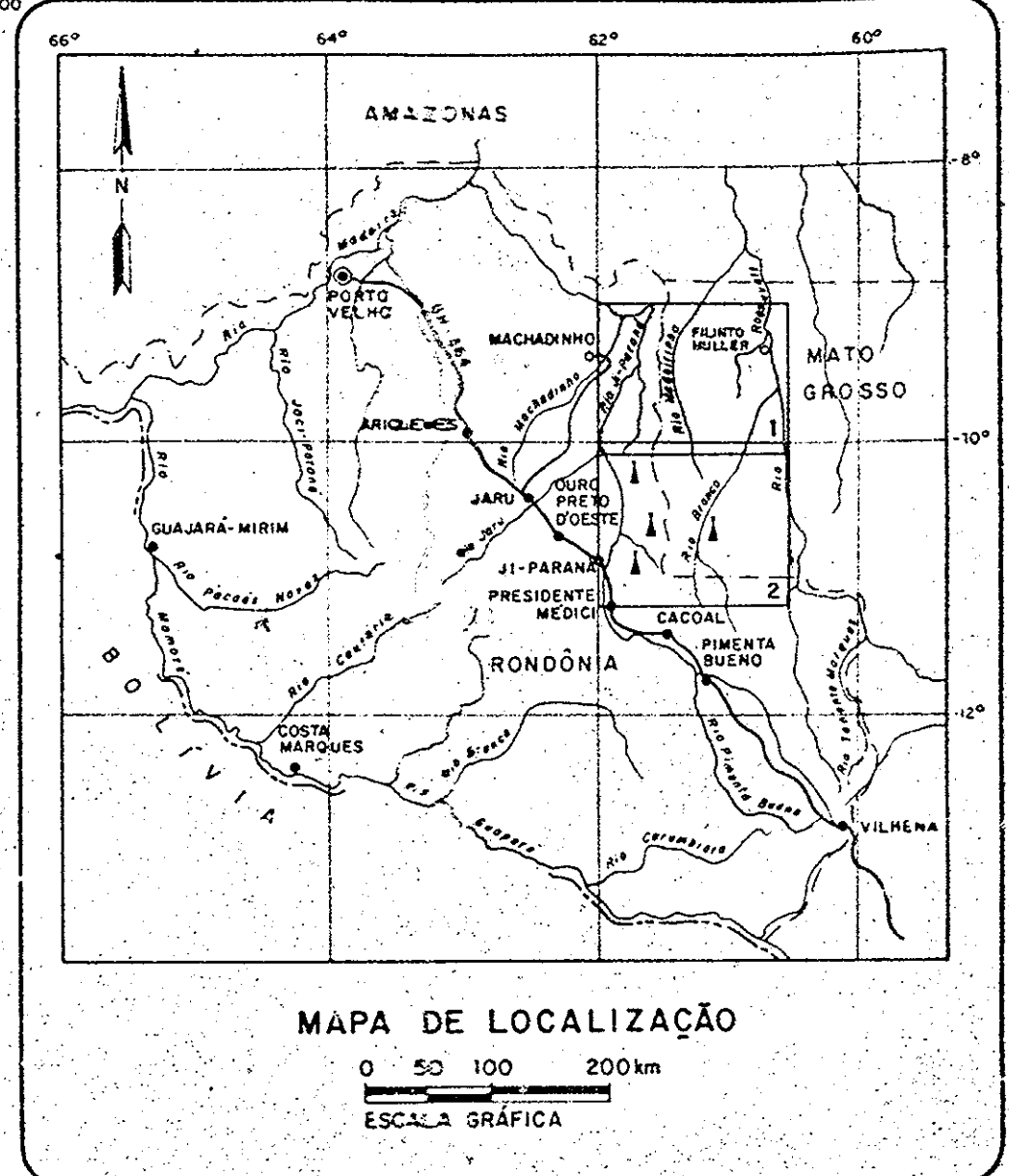
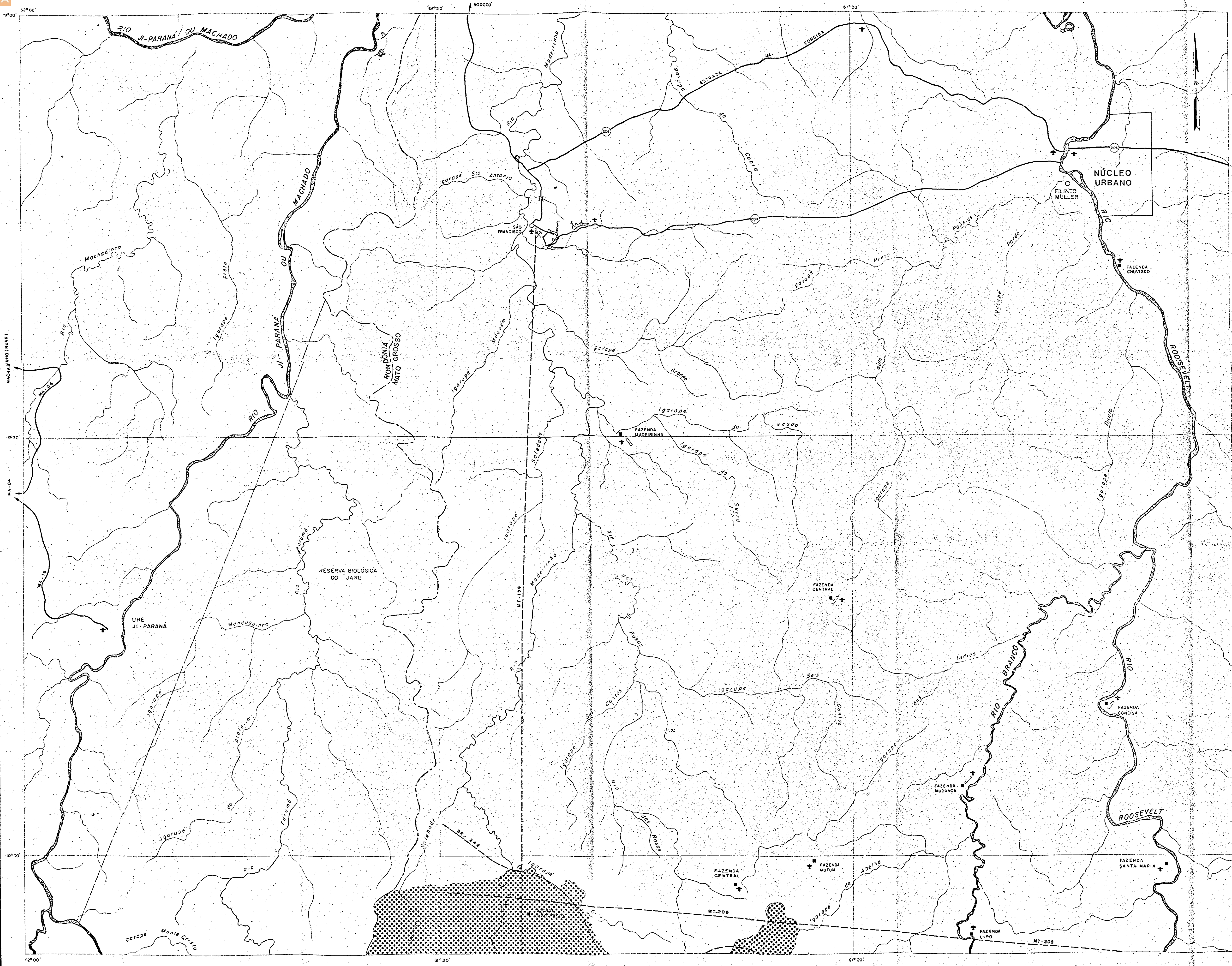
0 5 10 20 km
NO ORIGINAL ESCALA 1:250.000

3						
2						
1						
	DATA	FEITO	VISTO	APROV.	DATA	VISTO
		PROJETISTAS				ELETRONORTE
	REVISÕES					

REFERÊNCIAS					
-------------	--	--	--	--	--

PROJ.	VISTO	VISTO
DES.	APROV.	APROV.
CONF.	DATA	DATA

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.			ESTUDOS DE VIABILIDADE UHE JI-PARANÁ ÁREAS PROPOSTAS ÁREA DE INFLUÊNCIA	MAD-16V-9688 FOLHA -



- LEGENDA**
- ESTRADA IMPLANTADA
 - ESTRADA PROJETADA
 - PROJETO FAZENDA CASTANHAL (NÃO IMPLANTADO)
 - ÁREA PROPOSTA PARA COMPENSAÇÃO - 1
 - ÁREA PROPOSTA PARA COMPENSAÇÃO - 2

- CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**
- ÁREA URBANA
 - JARU SEDE MUNICIPAL
 - OUTRAS LOCALIDADES
 - RODOVIA C/PAV. BR/PA
 - RODOVIA S/PAV. BR/PA
 - ESTRADA MUNICIPAL E LINHA DE PROJETO
 - AEROPORTO CAMPO DE POUSO
 - RIO PRINCIPAL / AFLUENTE
 - ANCORADOURO, BALSA
 - PONTE E BUEIRO
 - LIMITE INTERESTADUAL
 - LIMITE INTERMUNICIPAL
 - ALDEIA INDÍGENA (A.I.) POSTO INDÍGENA (P.I.)
 - MINERAÇÃO

0 5 10 20 km
NO ORIGINAL ESCALA 1:250.000

3					
2					
1					
	DATA	FEITO	VISTO	APROV.	DATA
		PROJETISTA			ELETRONORTE
REVISÕES					

REFERÊNCIAS		

ENEG Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.		
PROJ.	VISTO	VISTO
DES.	APROV.	APROV.
CONF.	DATA	DATA

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
ESTUDOS DE VIABILIDADE
UHE JI-PARANÁ
ÁREAS PROPOSTAS
ÁREA DE INFLUÊNCIA

Nº
MAD-16V-9689
FOLHA -